

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

ENSINO TÉCNICO E SUSTENTABILIDADE: O Papel do
Egresso da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste -
RO

JOSÉ RIBAMAR DE OLIVEIRA

2009



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**ENSINO TÉCNICO E SUSTENTABILIDADE: O Papel do Egresso da
Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste - RO**

JOSÉ RIBAMAR DE OLIVEIRA

Sob a Orientação do Professor
Dr. Aloísio de Jesus Jorge Monteiro

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Ciências** em Educação, Área de Concentração em Educação Agrícola.


Seropédica, RJ
Dezembro de 2009

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

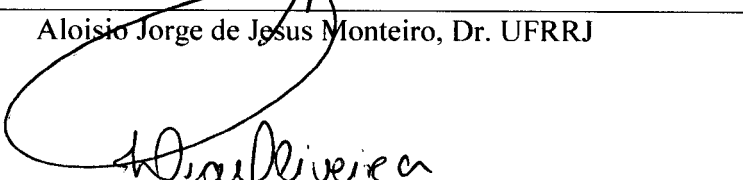
JOSÉ RIBAMAR DE OLIVEIRA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

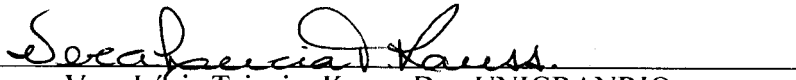
DISSERTAÇÃO APROVADA EM 18/12/2009.



Aloisio Jorge de Jesus Monteiro, Dr. UFRRJ



Lia Maria Teixeira de Oliveira, Dra. UFRRJ



Vera Lúcia Teixeira Kauss, Dra. UNIGRANRIO

DEDICATÓRIA

Ao meu filho
Heron Mandú

A minha esposa
Valéria Lúcia

Aos meus pais
Alcides e Antonia

E in-memoriam
A minha irmã
Liromá Fernandes

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, Grande Arquiteto do Universo, pela vida, pela família, pela força, coragem, determinação e sabedoria recebidas.

Em especial a minha esposa Valéria, pelo apoio, incentivo e compreensão.

E ao meu filho Heron por ser a razão da minha vida e a motivação recebida.

A Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste – RO, ao Ministério da Educação e a Secretaria de Educação Tecnológica pela oportunidade e apoio.

Aos Professores, Sandra Barro Sanchez, Gabriel de Araújo Santos e Nilson Brito de Carvalho pelo apoio e motivação recebida.

Aos Egressos e servidores da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste - RO pela contribuição e apoio com os quais gentilmente cederam as informações necessárias à realização desse trabalho.

RESUMO

OLIVEIRA, José Ribamar de. **ENSINO TÉCNICO E SUSTENTABILIDADE: O Papel do Egresso da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste - RO**. Seropédica: UFRRJ, 2009, 78 p Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2009.

Este trabalho de pesquisa objetivou revelar a atuação dos egressos da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste – RO e as contribuições desses profissionais para a sustentabilidade sócio-econômica do município em questão. Analisou-se o papel da Escola na formação profissional de jovens que desenvolvem suas atividades profissionais em setores da economia do referido município. Mostrou-se, com a Pesquisa, a importância do acompanhamento de Egressos para a Instituição. A Pesquisa foi desenvolvida no município de Colorado do Oeste – RO e para tanto foi realizado o mapeamento da população de egressos colocados no mundo do trabalho pela instituição no período de 1997 a 2007; identificadas as atividades profissionais desenvolvidas pelos egressos e pontuadas aquelas promotoras do desenvolvimento com sustentabilidade sócio-econômica; e ainda, elaborados os perfis dos egressos e das empresas e/ou negócios nas quais desenvolvem suas atividades. A Pesquisa foi realizada através de entrevistas com a aplicação de questionários semi-estruturados para os egressos. A metodologia usada na realização da pesquisa foi a qualitativa. A pesquisa mostrou a educação profissional em suas diferentes épocas, e sua importância na formação profissional dos jovens. O Projeto Político Pedagógico do Curso, o Projeto Político Pedagógico Institucional e a Missão da Escola foram instrumentos norteadores na realização dessa pesquisa. A concepção de sustentabilidade preconizada por Aloísio Ruscheinsky (2004:18), e importantes eventos sobre Meio Ambiente, como: A Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo - Suécia, realizada em 1972, Relatório de Brundtland, A ECO-92, conhecida como a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, dentre outros, foram importantes na realização dessa Pesquisa. Mostrou ainda que aspectos econômicos, sociais e ambientais dimensionam o desenvolvimento em sua perspectiva de sustentabilidade ressaltando a forte ligação entre a sustentabilidade econômica e a ambiental. A Pesquisa permitiu inferir que os egressos estão aos poucos se apropriando de novas discussões sobre a sustentabilidade, e que a dimensão econômico-produtiva continua a ser o maior foco das ações implementadas e, por conseguinte, passam a ter maior visibilidade por parte dos egressos. A pesquisa observou que o nível de apreensão do sentido do desenvolvimento econômico, em geral, e da sustentabilidade, em termos específicos, começa a incorporar aspectos qualitativos do crescimento econômico, responsabilidade social e com o Meio Ambiente. Identificou-se que as ações implementadas na promoção da sustentabilidade econômica e social do município estão sendo praticadas pelos egressos que atuam em empresas Públicas Estaduais e nas Casas Agropecuárias, empresas essas, voltadas ao desenvolvimento de atividades ligadas ao setor primário da economia local. A Pesquisa revelou que a maioria dos egressos desenvolve suas atividades nos setores produtivos urbanos, em detrimento a uma minoria que está no meio rural, e mesmo aqueles oriundos da zona rural não voltam àquele meio, motivados por problemas econômicos, sociais, estruturais e educacionais existentes. Esclareceu ainda a importância da Escola inserir em seu Currículo ações didático-pedagógicas para a discussão da sustentabilidade sócio econômica do município de Colorado do Oeste - RO.

Palavras chave: Egresso, Sustentabilidade e Educação Profissional.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Jose Ribamar de. **TECHNICAL EDUCATION AND SUSTAINABILITY: The Egress's Paper of Federal Agrotécnica School of Colorado do Oeste - RO** Seropédica: UFRRJ, 2009, 78 p. Dissertation (Masters in Agricultural Education). Institute of Agronomy, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2009.

This work of research objectified to disclose to the performance of the egresses of Federal Agrotécnica School of Colorado do Oeste - RO, and the contributions of these professionals for the social, economic sustainability of the city in question. It was analyzed the paper of the School in the professional formation of young people that develop professional activities in sectors of the economy of the related city. The importance of the Accompaniment of Egresses for the Institution was showed through this research. The research was developed in the city of Colorado do Oeste - RO and for this was realized through population's mapping of the egresses inserted in the world of work by the institution in the period between 1997 and 2007; identified the professional activities developed by the egresses and pointed those promoters of the development with social, economic sustainability; and still, elaborated the profiles of the egresses and the companies and/or businesses in which they develop their activities. The research was realized through interviews with the application of questionnaires half-structuralized to the egresses. The methodology used in the accomplishment of the research was to the qualitative one. The research showed the professional education in its different times, and its importance in the professional formation of the young people. The Project Pedagogical Politician of the Course, the Project Institutional Pedagogical Politician and the School's Mission had been instruments guided in the accomplishment of this research. The conception of sustainability praised for Aloísio Ruschinsky (2004:18), and important events about Environment, such as The Conference of United Nations about the Human Environment, in Stockholm - Sweden, carried in 1972, Brundtland Commission, the ECO-92, knew as the United Nations Conference on the Environment and Development, among others, had been important in the accomplishment of this research. It showed that economic, social and environmental aspects measure the development in its perspective of sustainability standing out the strong linking between the economic sustainability and the environmental one. The research allowed to infer that the egresses are slowly appropriating themselves of the new quarrels on the sustainability, and that the economic-productive dimension continues to be the biggest focus of implemented actions e, therefore, they start to have greater visibility on the part of the egresses. The research observed that the level of apprehension of the direction of the economic development, in general, and of the sustainability, in specific terms, starts to incorporate qualitative aspects of the economic growth, social responsibility and with the Environment. It was identified that the actions implemented in the promotion of the economic and social sustainability of the city are being practiced for the egresses that act in public companies State and the Farming Houses, companies these, come back to the development of on activities to the primary sector of the local economy. The research disclosed that the majority of the egresses develop their activities in the urban productive sectors, in detriments to a minority that is in the agricultural way, and same those deriving ones of the agricultural zone don't come back to that way, motivated for economic, social, structural and educational problems existing. It still clarified the importance of the School to insert in its Resume didactic-pedagogical actions for the quarrel of the social, economic sustainability of the city of Colorado do Oeste - RO.

Words key. Egress, Sustainability and Professional Education.

LISTA DE SIGLAS

BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China.
CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica.
COAGRI – Coordenação Geral do Ensino Agrícola.
CONTAP – Convênio Técnico da Aliança para o Progresso.
EAFCO – Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste - RO.
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
FIERO – Federação da Indústria do Estado de Rondônia.
GTA – Guia de Transito Animal.
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IDARON – Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia.
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
INEP – Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Educacionais Anísio Teixeira.
LDB – Lei de Diretrizes e Base da Educação
MEC – Ministério da Educação.
MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização.
MST – Movimento dos Sem Terra.
ONU – Organização das Nações Unidas.
OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte
PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação.
PIB – Produto Interno Bruto.
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
POLONORDESTE – Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste.
PROEJA – Programa de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.
PRONASEC – Programa Nacional de Ações Sócio-econômicas e Culturais para o Meio Rural.
PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.
PSECD – Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto.
SEAPES – Secretaria de Agricultura, Produção e Desenvolvimento Econômico e Social do Estado de Rondônia.
SEMTEC – Secretaria de Educação Média e Tecnológica.
SENETE – Secretaria Nacional de Educação Tecnológica.
SETEC – Secretaria de Educação Profissional.
SIEG – Sistema Nacional de Acompanhamento de Egressos.
SOE – Setor de Orientação Educacional.
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
ULSAV – Unidade Local de Sanidade Animal e Vegetal.

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - 10 egressos trabalham como técnicos em agropecuária ou técnicos agrícolas em empresas públicas	40
Gráfico 2 - 01 egresso trabalha como técnico em agropecuária ou técnico agrícola em empresa privada;.....	40
Gráfico 3 - 09 egressos trabalham em empresas privadas, não como técnicos em agropecuária ou técnico agrícola.	41
Gráfico 4 - 06 egressos trabalham em empresas públicas, não como técnicos em agropecuária ou técnico agrícola	42
Gráfico 5 - 05 egressos não trabalham.....	43
Gráfico 6 – 06 Egressos trabalham em outras áreas ou são autônomos.	44

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Da idade dos Egressos	39
Tabela 2 – Do sexo dos Egressos.....	40
Tabela 3 - Do Estado Civil dos Egressos.....	41
Tabela 4 – Ano de Ingresso do Egresso na Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste - RO:	41
Tabela 5 – Ano de conclusão do Curso na EAF de Colorado do Oeste - RO:.....	42
Tabela 6 – Curso que concluiu na EAF de Colorado do Oeste - RO:.....	42
Tabela 7 – Contribuição do curso para a vida profissional:	43
Tabela 8 – Da faixa salarial:	45
Tabela 9 – Do conceito de Sustentabilidade:.....	45
Tabela 10 – Da atuação profissional do Egresso:.....	45
Tabela 11 – Da empresa ou negócio:.....	46

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. CAPÍTULO I – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL CONTEXTUALIZAÇÃO DO ENSINO AGRÍCOLA	6
2.1. A Educação Profissional e sua Importância no Processo de Desenvolvimento Sócio Econômico	6
2.2. O Sistema Escola-Fazenda e a Expansão do Ensino Agrícola	7
2.3. Projetos Especiais para a Educação	9
2.4. A Educação Profissional e Tecnológica à Luz da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e dos Decretos 2.208/97 e 5.154/2004.	12
2.5. Concepções Pedagógicas para a Educação e o Desenvolvimento	19
3. CAPÍTULO II – EGRESSOS - A IMPORTÂNCIA DO ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	23
3.1. O Sistema de Acompanhamento de Egressos.....	23
4. CAPÍTULO III – A SUSTENTABILIDADE ASPECTOS HISTÓRICOS, ECONÔMICOS, SOCIAIS E AMBIENTAIS - O DESENVOLVIMENTO EM SUA PERSPECTIVA DE SUSTENTABILIDADE	27
4.1. Um novo Paradigma de Desenvolvimento	27
4.2. Conceitos e Concepções	31
4.3. A Sustentabilidade e a Escassez de Alimentos no Mundo	32
4.3.1. Sustentabilidade da produção de alimentos e crescimento econômico de Países emergentes: Brasil, Rússia, Índia e China	34
5. CAPÍTULO IV – DA METODOLOGIA	35
5.1. Metodologia usada na Realização da Pesquisa.....	35
5.2. Etapas Realizadas no Desenvolvimento da Pesquisa	36
5.3. Pesquisa Qualitativa: Fundamentos e Concepções	37
6. CAPÍTULO V – DA PESQUISA, DOS DADOS E DAS ANÁLISES	39
6.1. O Egresso no Contexto da Pesquisa	39
6.2. O Egresso e a Sustentabilidade	48
6.3. O Egresso e as Ações Promotoras da Sustentabilidade Sócio Econômica do Município de Colorado do Oeste - RO	49
6.3.1. O Egresso e o Projeto INSEMINAR	49
6.3.2. O Egresso e o Projeto de Assistência Técnica da EMATER-RO em Colorado do Oeste - RO	50
6.3.3. O Egresso e o papel da Agência de Defesa Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON no município de Colorado do Oeste - RO	51
6.3.4. O Egresso e a promoção da sustentabilidade: considerações e análises.....	53
7. CONCLUSÃO	54
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58
9. REFERÊNCIAS DE SITES UTILIZADOS	62
10. ANEXO	64

1. INTRODUÇÃO

A formação do Estado de Rondônia teve início no século XVIII com a chegada de Bandeirantes à região em busca de ouro, pedras preciosas e mão-de-obra indígena. Em 1776, iniciou-se a construção do Real Forte Príncipe da Beira, às margens do Rio Guaporé. A atividade de exploração da borracha atraiu muitos migrantes, principalmente nordestinos, por volta de 1877.

Em 1943, com o desmembramento de áreas de Mato Grosso e do Amazonas, foi criado o Território Federal do Guaporé, que a partir de 1956 recebeu a denominação de Território Federal de Rondônia em homenagem ao Marechal Cândido Mariano Rondon.

Em 1960, incentivos fiscais e investimentos federais impulsionaram o crescimento da Região, estimulando a migração de milhares de pessoas oriundas de várias regiões do país, interessadas na oportunidade de acesso fácil à terra produtiva e barata, havendo, com isso, um grande crescimento da população. Ainda naquela década, depois de ligar o país de norte a sul pela Belém-Brasília, o Presidente Juscelino Kubistchek inicia a construção de uma estrada ligando Cuiabá-MT/Porto Velho-RO/Rio Branco/AC. Ao longo dessa estrada, surgiram às primeiras vilas, embriões dos atuais municípios do Estado de Rondônia.

Em 1982, sob o governo do Presidente João Batista de Figueiredo, o Território Federal de Rondônia é transformado em Estado. O Presidente autoriza a pavimentação asfáltica da BR 364 para facilitar a ocupação desta região de terras férteis e riquezas incomensuráveis. Por volta de 1984, o Presidente Figueiredo inaugurou a ligação asfáltica Porto Velho-RO a Cuiabá-MT.

O Estado de Rondônia tem uma área de 238.512,8 km², com uma população de 1.379.787 habitantes e com um PIB per capita de R\$ 5.625,00 (cinco mil seiscentos e vinte e cinco reais). O estado conta, atualmente, com 52 municípios, 832.513 eleitores, representa 2,8% da superfície do país e 6,19% da região norte. Limita-se, ao Norte e Nordeste, com o Estado do Amazonas; ao Leste e Sudeste, com o Estado do Mato Grosso; a Oeste, com a República da Bolívia e a Noroeste, com os Estados do Amazonas e Acre.

O Estado de Rondônia está situado entre os paralelos 7° 58' e 13° e 43' de Latitude Sul e os meridianos 59° 50' e 66° e 48' de Longitude Oeste de Greenwich, não sofrendo grandes influências do mar ou da altitude. O clima corresponde, pois, a uma transição entre o Amazônico e o clima do Brasil Central. Segundo a classificação de Köppen, o Estado de Rondônia possui um clima do tipo Aw – Clima Tropical Chuvoso com curta estação seca, junho a agosto no norte do Estado, intensificando-se mais para ao Sul, durante os meses de maio a agosto. Segundo Gama (1999), a precipitação pluviométrica média anual em Rondônia, durante o período chuvoso é de 1.400 a 2.300 mm/ano, e a média anual de temperatura do ar entre 24 e 26 °C.

O Estado, na sua participação por setores de atividades, está assim distribuído: (27% Indústria; 15% Agricultura/Pecuária; 58% serviços). E ainda, com um número de estabelecimentos da seguinte ordem: Comércio 12.700; Indústria 3.585; Serviços 7.701, sendo que os principais ramos são industriais (alimentos, construção civil, confecções, madeira, metalúrgico e moveleiro), minerais (calcário, cassiterita, diamantes, granitos, ouro e platina) e agricultura (algodão, arroz, banana, café, cacau, feijão, mandioca, milho e soja).

O Cone Sul do Estado de Rondônia é uma região que abrange os municípios de Colorado do Oeste, Vilhena, Cerejeiras, Cabixi, Corumbiara, Pimenteiras do Oeste e Chupinguaia, com uma estimativa populacional de 122.722 em 2005, conforme dados do IBGE (2006), o que corresponde a 9,1% da população do Estado de Rondônia. Esses municípios são responsáveis pela maior afluência de alunos para a Escola Agrotécnica

Federal de Colorado do Oeste – RO. A região tem como principal atividade econômica a exploração madeireira e seu processamento industrial, atividades que decorreram, principalmente, das políticas públicas para dinamizar a região. A pecuária e a agricultura são atividades importantes. A agricultura se destaca com a produção de milho, arroz e soja. O tipo de ocupação predominante é a dos assentamentos estabelecidos pelo INCRA, permeado por áreas de grandes e médios estabelecimentos rurais e de ocupação espontânea.

A região é marcada pela exploração inadequada da terra, vinculada ao processo de desmatamento e também por conflitos fundiários, destacando como exemplo, o massacre de Corumbiara ocorrido em 1995 com trabalhadores sem terra na fazenda Santa Elina no município de Corumbiara - RO que, segundo Mesquita (2002), culminou com a morte de 35 pessoas (32 trabalhadores sem terras, uma criança de 9 anos e 2 policiais).

O município de Colorado do Oeste – RO tem uma população de 17.644 habitantes, 1.451 km² de área territorial e temperaturas médias anuais, máxima de 29,2 °C e mínima de 19,9 °C. As atividades econômicas do município são a pecuária, agricultura, comércio, indústria, extração vegetal e mineral. Sua rede de ensino apresenta as seguintes características: Ensino Fundamental: 3.452 matrículas; Ensino Médio: 1.119 matrículas; Ensino Pré-Escolar: 298 matrículas; Ensino Superior: 195 matrículas; Esta população estudantil é atendida por 206 docentes do ensino fundamental; 53 docentes para o ensino médio; 17 docentes para o pré-escolar e 18 docentes para o ensino superior. São 16 escolas para atender o ensino fundamental; 03 escolas para o ensino médio; 02 escolas para o pré-escolar; 02 escolas para o ensino superior. (INEP 2007)

Surge, neste contexto, a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste – RO e torna-se o marco inicial na oferta da Educação Profissional e Tecnológica no município, criada pela Lei nº. 8.670, de 30 de junho de 1993 e transformada em autarquia em 16 de novembro do mesmo ano, pela Lei nº. 8.731/93. Está localizada em solo privilegiado, a 70 km da BR 364, no Município de Colorado do Oeste – RO, e dispõe de uma área de terras de 242 ha, sendo que 80 ha destes foram mantidos para reserva florestal.

Em fevereiro de 1995 a Escola iniciou suas atividades didático-pedagógicas oferecendo a 120 (cento e vinte) alunos o curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, curso este oferecido até dezembro de 1998. Com a edição do Decreto 2.208/97, num processo de transição que teve início em 1998, a Instituição passou a ofertar o curso Técnico Agrícola, na área de Agropecuária, com habilitação em Zootecnia, Agricultura e Agroindústria, concomitante com o Ensino Médio. Em 2004, com a revogação do Decreto 2.208/97 pelo Decreto 5.154, a escola voltou a oferecer o curso Técnico Agrícola Integrado ao Ensino Médio com Habilitação em Agropecuária. Em 2005, recebeu a autorização em caráter experimental do Ministério da Educação e passou a ofertar dois cursos superiores de tecnologia: Gestão Ambiental e Laticínios.

Atualmente, a Educação Profissional e Tecnológica do país vive um novo momento da sua história, o Ministério da Educação, ao apresentar o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), leva a público o seu compromisso com a educação brasileira com mais uma ação: a criação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia dentro da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Com essa nova Institucionalidade Educacional, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia serão constituídos a partir da integração dos Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Agrotécnicas Federais, Técnicas e Vinculadas às Universidades. O Projeto de Lei nº. 3.775/2008, que tramita no Congresso Nacional prevê, a criação de 38 Institutos Federais que terão como foco a justiça social, a equidade, a competitividade econômica e a geração de novas tecnologias. Os institutos também terão forte inserção na área de pesquisa e extensão, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas e estendendo seus benefícios à comunidade e atuarão em todos os níveis e modalidades da educação profissional.

A implantação dos Institutos Federais integra a política do governo Lula, para a Educação Profissional e Tecnológica no país. Nesse sentido, ações importantes foram implementadas, das quais destacamos: a expansão da rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica; ações que em cooperação com estados e municípios visam à ampliação da oferta dos cursos técnicos, técnicos integrados ao ensino médio, educação à distância, elevação da qualificação dos profissionais da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e ainda, processos de formação para o trabalho com propósitos de elevação da escolaridade, no qual se inclui o Programa de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA.

Para o Secretário de Educação Profissional do Ministério da Educação, Eliezer Pacheco:

“O Ministério da Educação está oferecendo ao país um novo modelo de Instituição de Educação Profissional e Tecnológica, aproveitando o potencial da rede existente. Os institutos responderão de forma mais ágil e eficaz às demandas crescentes por formação de recursos humanos, difusão de conhecimentos científicos e suporte aos arranjos produtivos locais”.

Os Institutos Federais constituem um espaço fundamental na construção de caminhos com vistas ao desenvolvimento local e regional. Para tanto, devem ir além da compreensão da educação profissional e tecnológica como mera instrumentalizadora de pessoas para o trabalho determinado por um mercado que impõe seus objetivos. É imprescindível situá-los como potencializadores de uma educação que possibilita ao indivíduo o desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade. Ao mergulhar em sua própria realidade, esses sujeitos devem extrair e problematizar o conhecido, investigar o não conhecido para poder compreendê-lo e influenciar a trajetória dos destinos de seu lócus de forma a se tornarem credenciados a ter uma presença substantiva a favor do desenvolvimento local e regional.

Pensar o local, ou seja, pensar o uso do espaço geossocial, conduz a reflexão sobre a territorialidade humana:

A palavra Territorialidade é utilizada como sinônimo de “pertencer àquilo que nos pertence. (...) sentimento de exclusividade e limite [que] ultrapassa a raça humana e prescinde da existência de estado. (...) Estende-se aos animais, como sinônimo de área de vivência e de reprodução. Mas a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do homem. (SANTOS E SILVEIRA, 2001: 19)

O território, na perspectiva da análise social, só se torna um conceito a partir de seu uso, isto é, a partir do momento em que é pensado juntamente com atores que dele fazem uso. São esses atores que exercem, permanentemente, um diálogo com o território usado. Diálogo esse que inclui as coisas naturais e socioculturais, a herança social e a sociedade em seu movimento atual.

Nesta conjuntura, terá a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste - RO um papel preponderante na consolidação e implantação do Instituto Federal de Rondônia, pois, integrada à Escola Técnica Federal de Rondônia, constituirão essa nova institucionalidade, consolidando o comprometimento da Educação Profissional e Tecnológica com o desenvolvimento do município de Colorado do Oeste - RO.

A Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste – RO, dada a sua importância como Instituição Federal de Ensino, e única no Estado, devido à qualidade do ensino que oferece, pelas condições materiais e de profissionais do seu quadro, tem atuado como instrumento de grande relevância na formação profissional de dezenas de jovens que, atualmente, estão desenvolvendo suas atividades profissionais em setores da economia local e

contribuindo para a sustentabilidade sócio econômica do município de Colorado do Oeste - RO.

Em seus 13 (treze) anos de funcionamento, a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste – RO tem contribuído de forma efetiva para desenvolvimento do município, colocando no mundo do trabalho profissionais qualificados, e com o propósito de conhecer essa realidade, a atuação desses profissionais e as atividades implementadas por eles, que esta pesquisa propõe identificar ações para a sustentabilidade sócio econômica do referido município. Para tanto, serão desenvolvidas as seguintes ações: o mapeamento dos egressos colocados no mundo do trabalho pela instituição no município, no período de 1997 a 2007; identificar às atividades profissionais desenvolvidas pelos egressos, pontuando ações promotoras da sustentabilidade sócio-econômica ocorrida no município; e ainda, elaborar o perfil profissional dos egressos, e das empresas e/ou negócios que desenvolvem suas atividades.

Um dos fatores preponderantes à realização desta pesquisa deve-se ao fato da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste - RO, ao longo dos seus 13 (treze) anos, não ter realizado o Acompanhamento de seus egressos, não avaliando, portanto, se eles estariam aplicando, nas suas atividades profissionais, os conhecimentos adquiridos na escola e, ainda, se o mundo do trabalho estaria absorvendo esses profissionais e se os objetivos educacionais propostos pela Instituição estariam sendo alcançados.

O “Acompanhamento de Egressos” no sistema de ensino público do Brasil surgiu da necessidade de se buscar investigar se os ex-alunos, concluintes de cursos, estariam aplicando, nas suas atividades profissionais, os conhecimentos adquiridos na escola, e questões, como a desistência e ou transferência foram consideradas importantes para estudos realizados com os egressos.

Os diversos problemas ambientais associados à extração da madeira existentes no município levou-nos, através desta pesquisa, a identificar as contribuições dadas pelos egressos para a sustentabilidade sócio econômica do município de Colorado do Oeste – RO, problemas estes decorrentes da política de colonização implantada pelo governo estadual nas décadas de 1970 e 1980.

A formação dos Egressos conforme prevê o Projeto Político Pedagógico dos Cursos Técnicos em Agropecuária, Zootecnia, Agricultura e Agroindústria, busca aprimorar os aspectos de consciência e valorização dos princípios da cidadania, bem como, capacitar o Técnico a agir com espírito empreendedor atuando como agente transformador de sua realidade sócio-econômica cultural; e tem como objetivo formar profissionais com habilidades técnicas e científicas capazes de atuar conscientemente na área de agropecuária, adequando e desenvolvendo tecnologias que atendam às necessidades regionais.

Considerando o potencial produtivo do setor primário do Estado de Rondônia, faz-se necessário aumentar a disponibilidade de recursos humanos, com vistas a ampliar a produção/produtividade vegetal, animal, bem como o seu processamento, incentivando a adoção de tecnologias que promovam a sustentabilidade sócio ambiental.

Como instrumento importante de análise nesta pesquisa, considerou-se o Perfil Profissional dos egressos, proposto pelo Projeto Político Pedagógico do Curso:

“Vivemos em uma sociedade em constantes e rápidas transformações, em que a informação e o acesso a ela são de suma importância para o sucesso do profissional moderno, por isso necessitamos de pessoas que tenham capacidade de adaptar-se ao mercado de trabalho, com sólida formação cultural e eclética, que seja crítico com capacidade de análise. Cada vez menos empresas privadas e públicas estão empregando pessoas. Para que nosso profissional não seja mais um no mercado de trabalho e corra o risco de ficar desempregado acreditamos que deva ser empreendedor, com visão holística e capacidade de gestão (versatilidade, liderança, inovação e

criatividade). Devendo ser ainda humanista, com consciência ambiental, democrática, ética e conciliadora.”

Portanto, as ações propostas com esta pesquisa, foram fundamentais para a identificação de indicadores que poderão ser utilizados pela Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste - RO na elaboração e implementação de estratégias para a melhoria da qualidade da Educação Profissional e Tecnológica que oferece à comunidade, através da avaliação de sua atuação e missão como instituição promotora de educação profissional no município de Colorado do Oeste - RO.

O propósito com a Pesquisa foi conhecer a atuação dos egressos colocados no mundo do trabalho pela Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste – RO, no período de 1997 a 2007, identificando as atividades profissionais implementadas, bem como, as contribuições desses profissionais para a sustentabilidade sócio econômica do município de Colorado do Oeste - RO. Para tanto foi necessário realizar: 1. Mapeamento da população de técnicos colocados no mundo do trabalho pela Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste - RO no município de Colorado do Oeste - RO, no período de 1997 a 2007; 2. A Identificação das atividades profissionais que estão sendo desenvolvidas pelos técnicos egressos no município de Colorado do Oeste - RO; 3. Pontuadas as ações promotoras de sustentabilidade sócio-econômica ocorrida no município de Colorado do Oeste - RO, fomentadas a partir da atuação desses profissionais; 4. E ainda, a elaboração do perfil profissional dos técnicos, das empresas e/ou negócios que desenvolvem suas atividades.

Para fins de realização desta pesquisa, foi considerado como Egresso da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste - RO, apenas os discentes que concluíram as disciplinas do currículo e que colaram grau, portanto, portadores de diplomas concedidos pela Instituição. O entendimento do termo “egresso,” em questão foi importante, a fim de permitir uma consciência maior do estudo na realização desta pesquisa.

2. CAPÍTULO I – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL CONTEXTUALIZAÇÃO DO ENSINO AGRÍCOLA

2.1. A Educação Profissional e sua Importância no Processo de Desenvolvimento Sócio Econômico

O processo histórico da Educação Profissional no Brasil nas últimas décadas forneceu subsídios para o entendimento da evolução e importância dessa modalidade de ensino no processo de qualificação profissional dos cidadãos brasileiros.

A Lei n.º 5.692/71, que reformulou a Lei n.º 4.024/61 no tocante ao então ensino de primeiro e de segundo graus, representa um capítulo marcante na história da Educação Profissional, ao generalizar a profissionalização no ensino médio, então denominado segundo grau. Parte do quadro atual da Educação Profissional pode ser explicada pelos efeitos dessa Lei. Desse quadro não podem ser ignorados as centenas e centenas de cursos ou classes profissionalizantes sem investimentos apropriados e perdidos dentro de um segundo grau supostamente único. Dentre seus efeitos, vale destacar: a introdução generalizada do ensino profissional no segundo grau se fez sem a preocupação de preservar a carga horária destinada à formação geral; o desmantelamento, em grande parte, das redes públicas de ensino técnico então existente, assim como a descaracterização das redes do ensino secundário e normal, mantidas por estados e municípios; a criação de uma falsa imagem da formação profissional como solução para os problemas de emprego e qualificação, possibilitando a criação de muitos cursos mais por imposição legal e motivação político-eleitoral que por demandas reais da sociedade.

No âmbito do sistema escolar como um todo, os governos militares foram protagonistas de um projeto de reforma do ensino fundamental e médio, mediante a Lei 5.692/71. Essa Lei instituiu a “profissionalização universal e compulsória para o ensino secundário” estabelecendo, formalmente, a equiparação entre o curso secundário e os cursos técnicos. Pretendeu-se, segundo Cury (1982), fazer a opção pela profissionalização universal de 2º grau, transformando o modelo humanístico/científico num científico/tecnológico. (MANFREDI, 2002: 105)

A Educação Profissional deixou de ser limitada às instituições de educação profissional, a responsabilidade da oferta ficou difusa e recaiu também sobre os sistemas de ensino público estaduais, os quais estavam às voltas com a deterioração acelerada que o crescimento quantitativo do primeiro grau impunha às condições de funcionamento das escolas. Isto não interferiu diretamente na qualidade da Educação Profissional das instituições especializadas, mas, interferiu nos sistemas públicos de ensino, que não receberam o necessário apoio para oferecer um ensino profissional de qualidade compatível com as exigências de desenvolvimento do país.

A Lei 5.692/71, que tratava da estruturação do ensino fundamental e secundarista, contribuiu para acentuar as divergências sócio-políticas existentes na escolarização do povo brasileiro da época e consagrando, assim, o elitismo sempre presente no processo escolar nacional. Os princípios que regem o ensino nacional a partir dessa lei são a continuidade (elenco de disciplinas – estruturação curricular e programas de ensino) e terminalidade (habilitação profissional – sentido de reorganização social propiciado pelo trabalho e pela cidadania).

Neste contexto, a profissionalização do ensino seria necessária, levando em

consideração aspectos econômicos e de desenvolvimento, de forma a garantir que uma parcela da classe trabalhadora se tornasse o aporte para o processo produtivo e, ainda, o suprimento das exigências pela qualificação de mão de obra, bem como, sua absorção pelo mercado de trabalho.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, buscando tratar as particularidades regionais para o atendimento às necessidades das micro-economias, teoricamente, abriu espaço para a educação rural, sem as condições necessárias, materiais e humanas, ao alcance dos objetivos definidos pela legislação, tendo como principal fator o distanciamento provocado pela Lei 5.692/71, da realidade sócio-cultural do campesinato brasileiro, não atentando nem incorporando as exigências do processo escolar rural em suas orientações fundamentais, nem o estabelecimento de uma política educacional direcionada aos grupos de camponeses.

Observa-se que, a partir da Lei 5.692/71, as Secretarias Estaduais de Educação desenvolveram esforços visando adequar a estrutura administrativa às novas diretrizes vigentes. As ações desencadeadas se propunham otimizar os serviços de macroplanejamento e coordenação através de uma estrutura mais moderna e dinâmica. Tratava-se, então, de colocar em prática o princípio da descentralização que permitiu liberar as instâncias centrais das tarefas de execução, concorrendo para facilitar a gradativa passagem para os municípios dos encargos relativos ao ensino de 1º grau.

Nesse sentido, ocorreu a municipalização do ensino rural, na sua prática por projetos como POLONORDESTE, o PRONASEC, dentre outros, que, ao subsidiarem os órgãos municipais de ensino, cobraram mais organização, através do acompanhamento e distribuição de merenda e da realização de diagnóstico da escolaridade das comunidades rurais.

2.2. O Sistema Escola-Fazenda e a Expansão do Ensino Agrícola

O sistema escola-fazenda introduzido no Brasil em 1966¹ teve sua implantação a título de experiência, em alguns ginásios e colégios agrícolas, e tinha como objetivo principal oferecer um modelo de profissionalização técnica ajustada aos aspectos da modernização e tecnificação da agricultura naquela época, e ainda, minimizar os problemas existentes na estrutura técnico-pedagógica e administrativa do ensino agrícola brasileiro.

Aquele sistema sustentava-se no processo ensino/produção, proporcionando a vivência da realidade social e econômica do setor de produção agrícola, fazendo do trabalho um elemento integrante do processo ensino-aprendizagem e visando conciliar educação, trabalho e produção, e no início de 1966, sob influência de investimentos em tecnologias pela “Revolução Verde”.

Em 1970, através do Ministério da Educação e Cultura, realizou-se a expansão do Ensino Agrícola em toda Rede Federal de Ensino Agrícola do país. Com base na Lei nº. 5.692/71, que definiu a nova política para o ensino técnico, através do Decreto nº. 72.434, de 09 de julho de 1973, foi criada a Coordenadoria Nacional do Ensino Agrícola (COAGRI) com a finalidade de proporcionar, nos termos desse Decreto, assistência técnica e financeira a estabelecimentos especializados em ensino agrícola do Ministério da Educação e Cultura. O referido Decreto, em seu artigo 2º, assegurou autonomia administrativa e financeira à COAGRI, criando, então, um fundo de natureza contábil.

A política para Ensino Agrícola na década de 1970 foi marcada pela criação do “Sistema Escola Fazenda”, modelo que, atualmente, é usado para a organização funcional de instituições de ensino agrícola do país. Naquele período, aconteceu a denominada “Revolução

¹Ocorreu a implantação do Programa do Conselho Técnico-Administrativo da Aliança para o Progresso - CONTAP II, Convênio Técnico da Aliança para o Progresso, MA/USAID (United States Aid International Development) visando dar suporte ao Ensino Agrícola de grau médio.

Verde”, ocorrida também em outros países periféricos, influenciando não somente as formas de produzir, mas também a educação para o setor primário da economia.

O Ministério da Educação, ao assumir o ensino agrícola, em 1967, adotou políticas que foram marcantes à época, como a “Lei do boi”, a qual destinava parte das vagas dos cursos ligados ao setor primário para filhos de agricultores. Esse benefício perdurou por cerca de 16 (dezesesseis) anos; assim como a expansão do modelo “escola-fazenda”, daquela época é o precursor de um modelo que atualmente é usado por muitas das Escolas Agrotécnicas Federais.

A política para o Ensino Agrícola, implantada pela COAGRI, foi responsável por sistematizar e padronizar estratégias pedagógicas e de gestão, dando uma identidade única a esta modalidade de ensino e pelo equipamento das escolas para um ensino em sintonia com as tecnologias preconizadas pela “Revolução Verde”.

A Revolução Verde refere-se à invenção e disseminação de novas sementes e práticas agrícolas que permitiram um grande aumento na produção agrícola em países menos desenvolvidos durante as décadas de 1960 e 1970. O modelo era baseado na intensiva utilização de sementes melhoradas (particularmente sementes híbridas), insumos industriais (fertilizantes e agrotóxicos), mecanização, diminuição do custo de manejo e uma produção que fosse intensamente provocada pela intervenção humana no meio rural. Também são creditados à revolução verde o uso extensivo de tecnologia no plantio, na irrigação e na colheita, assim como no gerenciamento de produção. De uma forma crítica, a "Revolução Verde", proporcionou, através desses 'pacotes' agroquímicos, a degradação ambiental e cultural dos agricultores tradicionais. Esse ciclo de inovações se iniciou com os avanços tecnológicos do pós-guerra, embora o termo “revolução verde” só tenha surgido na década de 1970. Desde essa época, pesquisadores de países industrializados prometiam, através de um conjunto de técnicas, aumentar estrondosamente as produtividades agrícolas e resolver o problema da fome nos países em desenvolvimento. Mas, contraditoriamente, além de não resolver o problema da fome, aumentou a concentração fundiária, a dependência de sementes modificadas e alterou significativamente a cultura dos pequenos proprietários.

A introdução dessas técnicas em países menos desenvolvidos provocou um aumento brutal na produção agrícola de países não-industrializados. Países como o Brasil e a Índia foram alguns dos principais beneficiados na produção, mas também, prejudicados ambientalmente e culturalmente, pois muitas técnicas agrícolas usadas na produção de alimentos foram tratadas como "atraso" e, em busca da modernidade, efetuou-se um caso clássico de modernização conservadora, onde, em benefício de poucos se destruiu o patrimônio de todos. No Brasil, passou-se a desenvolver tecnologia própria, tanto em instituições privadas quanto em agências governamentais, como a Embrapa e Universidades.

Vale salientar que, em contrapartida ao aumento na produtividade gerados pela Revolução Verde, observou-se, nos países subdesenvolvidos, o aumento da estrutura latifundiária, uma vez que os pequenos agricultores não conseguiram financiar os gastos necessários para acompanhar a Revolução. Também criou-se uma dependência tecnológica dos países subdesenvolvidos para com os desenvolvidos, além de muita poluição, sobretudo, causada por pesticidas e também pela indústria de fertilizantes.

Os processos produtivos oriundos da revolução nunca obtiveram redução nos custos de produção. Antes desse processo de corrosão da agricultura camponesa, a produção baseava-se em insumos internos e obtiam boa produtividade em solos bem manejados. A utilização de insumos externos (fertilizantes, biocidas) comprados a preços altíssimos, não só aumentou os custos de produção como o deixou extremamente endividado.

A introdução das tecnologias preconizadas pela “Revolução Verde”, de certa forma, fragilizou o pequeno produtor rural o qual, sem meios e condições de se adequar ao novo modelo, não encontrou alternativa senão trabalhar a terra para sua própria subsistência ou

transformar-se em trabalhador volante. Na verdade, as políticas públicas de financiamento, as quais visavam a universalização da adoção de tecnologias de altas entradas de insumos externos, contribuíram, de forma determinante, para aumentar a concentração da posse da terra nas mãos de poucos.

A incorporação dos pequenos produtores no processo de modernização agrícola passou a depender, por conseguinte, de condições políticas e econômicas mais favoráveis. Com efeito, os resultados da modernização agrícola não beneficiaram a todos os produtores rurais. A definição de uma política agrícola, por parte dos governos, parece não ter levado em conta as diferenças regionais e sociais, pressupondo-se uma igualdade entre os produtores com relação à obtenção de financiamento.

Como fatos importantes preconizados pela Revolução Verde, a partir da década de 1990, ocorreu a disseminação dessas tecnologias em todo o território nacional permitiu que o Brasil vivesse um surto de desenvolvimento agrícola, com a aumento da fronteira agrícola, a disseminação de culturas em que o país é recordista de produtividade como a soja, o milho, o algodão, entre outros, atingindo recordes de exportação. Há quem chame esse período da história brasileira de *Era do Agronegócio* (ou *Era do Agrobusiness*, embora esse último termo soe provocativo em alguns círculos nacionalistas).

Em 4 de setembro de 1979, pelo Decreto nº. 83.935, as Escolas Agrícolas passaram a ter a denominação de Escolas Agrotécnicas Federais, acompanhadas do nome do município onde se encontravam localizadas.

É fundamental entendermos a diferença entre Ensino Agrícola e Ensino Rural, este difere do Rural basicamente por estar relacionado com a produção agropecuária e não somente com o meio físico. Geograficamente, o Ensino Agrícola pode se inserir no meio rural, sendo parte deste.

As modificações trazidas pela Lei n.º 7.044/82, de conseqüências ambíguas, tornou facultativa a profissionalização no ensino de segundo grau. Se, por um lado, tornou esse nível de ensino livre das amarras da profissionalização, por outro, praticamente restringiu a formação profissional às instituições especializadas.

E ainda, no contexto histórico, as atuais Escolas Técnicas Federais e Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet) são originárias das escolas de aprendizes e artífices, criadas em 1909, pelo Decreto no 7.566, de 23 de dezembro. Com o Decreto no 8.319, de 20 de novembro de 1910, deu-se início à regulamentação e estruturação do Ensino Agrícola no Brasil, passando esse a ser ministrado em quatro categorias: Ensino Agrícola Superior, Ensino Agrícola Médio, Aprendizes Agrícolas e Ensino Primário Agrícola. Esse Decreto apresenta como finalidade precípua “a instrução técnica profissional relativa à agricultura e às indústrias correlatas, compreendendo: Ensino Agrícola, Ensino de Zootecnia, Ensino de Indústrias Rurais e Ensino de Medicina Veterinária” (BRASIL – MEC/SEMTEC, 1994).

2.3. Projetos Especiais para a Educação

Dentro do modelo de produção implantado no país, nas décadas de 1970 e 1980, tornou-se necessária a implantação de programas com o propósito de melhorar a demanda de produção da época, através da qualificação dos trabalhadores. Dentre os projetos destacamos: O I Plano Nacional de Desenvolvimento - PND para a educação e posteriormente o Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos – PSECD (75/79 e 80/85), motivados pela chaga do analfabetismo da década de 1970, fomentaram a criação, pelo MEC, de projetos especiais, como o PRONASEC, o EDURURAL e o MOBREAL, projetos esses que deixam claro a ineficácia da Lei 5.692/71, no que se refere ao ensino fundamental rural e urbano, sem considerar praticamente a inexistência do 2º grau no campo. Neste contexto, a escola no campo não pretendia a formação de um cidadão consciente, mas a formação de instrumentos

de produção a atender a demanda produtiva existente.

O Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos – PSECD propunha a expansão do ensino fundamental no campo, com o intuito de promover a melhoria do nível de vida e de ensino, á redução da evasão e da repetência escolar. O PSECD orientava a valorização da escola rural, o trabalho do homem do campo, a ampliação das oportunidades de renda e de manifestação cultural do rurícola, a extensão dos benefícios da previdência social e ensino ministrado de acordo com a realidade campesina, calendário escolar rural com base no calendário urbano.

Um dos pontos negativos do plano foi a falta de considerar inadequada a formação urbana de professores que atuavam no Ensino Rural, os quais demonstravam pouco interesse pela vida rural (atividades campesinas, padrões sócio-culturais e produtivos, etc.). O professor leigo, as salas multi-seriadas, inadequação do material didático e das instalações físicas da escola, não foram pontos de preocupação no referido plano.

Questões como as elencadas acima ocorreram no PRONASEC que, apesar de seus objetivos institucionais, visava a modernização global, que definia atividades específicas a serem realizadas no campo. Modernização essa que, na busca de ampliar as relações produção/trabalho no campo, valorizou a escola e os grupos comunitários, objetivando melhores condições de vida para a população rural, incentivo e fomento à organização dos trabalhadores em pequenas cooperativas e grupos produtivos, ampliando as opções para o trabalho e produção no campo, de forma, é claro, a não perder o objetivo maior que é atender ao mercado exterior.

O EDURURAL (80/85), projeto destinado à educação rural tinha como objetivo ampliar a escolarização do povo nordestino. Para tanto, algumas ações eram imprescindíveis, tais como: reestruturação curricular e adequação do material didático (formação cultural-intelectual de adultos e orientação para o trabalho). Esse programa produziu críticas à proposta curricular urbana introduzida no meio rural e propunha autonomia pedagógica que valorizasse o trabalho de professores e alunos, voltados para a realidade campesina.

O papel das políticas sociais no Nordeste e, em particular, na área rural em que se situam os programas de educação rural, tiveram mais o objetivo de diminuir tensões sociais geradas pela pobreza no campo do que propriamente de enfrentar e resolver de modo satisfatório a questão do analfabetismo e do baixo nível de escolarização da região ou de serem instrumentos de um modelo alternativo de desenvolvimento, tal como propunham as teses que fundamentam os textos básicos que delineiam a atual política de ensino para o país.

O Decreto nº. 93.613, de 21 de novembro de 1986, extinguiu a COAGRI, ficando o Ensino Agrotécnico de 2º grau diretamente subordinado à Secretaria de Ensino de 2º grau (SESG). Durante boa parte do período de atuação da COAGRI na concepção e execução das políticas para a Educação Agrícola, essa esteve sintonizada com as prioridades econômicas e sociais estabelecidas no Plano Nacional de Desenvolvimento 1980-1985 (III PND) e com as diretrizes estabelecidas no Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto 1980-1985 (III PSECD).

Em 12 de abril de 1990, o Ensino Agrotécnico passou a ser subordinado à Secretaria Nacional de Educação Tecnológica (SENETE), segundo a Lei nº. 8.028, nos termos da Alínea “C” do item II do artigo 23, que, posteriormente, tornou-se Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC), cuja finalidade era cuidar da Educação Média e Tecnológica no país, e que, atualmente, chama-se Secretaria de Educação Tecnológica - SETEC.

A SENETE, órgão do Ministério da Educação, criada em 12 de abril de 1990, passou a “estabelecer políticas, normas, diretrizes, bem como prestar assistência técnico-pedagógica às instituições que ofereciam a Educação Tecnológica, no âmbito de todos os sistemas de ensino”. (MEC / SENETE, 1990)

O Ensino Agrotécnico passou a ser administrado pela SENETE, juntamente com

outras modalidades de ensino técnico, no entanto, por possuir especificidades e particularidades que o distinguem das demais, a SENETE definiu as Diretrizes para o Funcionamento das Escolas Agrotécnicas e ainda os objetivos das Escolas Agrotécnicas Federais, os quais eram: preparar o jovem para atuar, conscientemente, na sociedade como cidadão; ministrar o ensino médio profissionalizante na sua forma regular, nas habilitações de agropecuária; formar o educando para que possa atuar como agente de produção e de difusão de tecnologias nas áreas de produção, crédito rural, cooperativismo, agroindústria, extensão, dentre outros; atuar como centro de desenvolvimento rural, apoiando as iniciativas de educação comunitária e básica, colaborando para o crescimento da agropecuária local e regional; e prestar cooperação técnica ao ensino agrícola dos sistemas estaduais, municipais e particulares.

Caberia ainda às escolas encontrarem meios para conciliar a moderna tecnologia com os métodos tradicionais, incentivando o retorno dos alunos às comunidades de origem, já que a procedência da grande maioria daqueles eram do meio rural, no entanto, esse retorno, efetivamente, não ocorria.

O processo de modernização que se instalou no campo direcionou e continua a direcionar o trabalhador rural para fazer uso de máquinas em várias de suas atividades. Mais ainda: além da substituição do trabalho humano pela máquina, ocorre, também, a necessidade de apropriação de um novo saber, por parte desse trabalhador, o que interfere sobremaneira na sua cultura e modo de vida.

Explicita-se com isso as particularidades do Ensino Agrícola e as peculiaridades dos sistemas produtivos, enquanto elementos importantes para a formulação de uma política educacional destinada a essa área que possa dar conta, ao mesmo tempo, dos aspectos econômicos, sociais e ambientais.

Dentre essas particularidades, destaca-se a origem social dos alunos das Escolas Agrotécnicas, na sua maioria filhos de pequenos e médios agricultores, portanto, detentores de um saber acumulado nas famílias de origem e vivência no mundo rural.

O que se observa nas instituições de ensino, em particular no ensino agrícola, é que, nos últimos anos, vêm existindo a preocupação em passar do modelo tradicional para o modelo “moderno” e tecnificado de produção, porém, esse processo não está ocorrendo em consonância com a pequena propriedade, pois quanto mais se busca e se introduz inovação técnica, maior tem sido o distanciamento do pequeno produtor desse novo modelo.

As novas tecnologias, por um lado, podem provocar certo deslumbramento no aluno, levando-o a menosprezar o modelo classificado como tradicional e antiquado de produção agrícola. Por outro lado, podem também frustrá-lo ao perceber as dificuldades para adotá-las em sua propriedade. Essa é uma consequência do distanciamento das escolas em relação à agricultura familiar e os movimentos sociais, uma vez que as mesmas vêm preparando o seu alunado muito mais para lidar com a produção realizada pelo grande capital.

Nos últimos anos, o Ensino Técnico, incluindo-se aí o Agrícola, buscando adequar-se às demandas da dinâmica neoliberal da economia, tem reproduzido uma visão bastante utilitarista da educação, no sentido de encará-la apenas como formadora de mão-de-obra para o mercado. Exemplo disto é a multiplicação de propostas ligadas à qualidade total e seus paradigmas na educação. Tais propostas voltam-se basicamente para atender às demandas do mercado de trabalho.

Para Luís Antonio Gandim (1994), o discurso da qualidade total em educação está longe de ser apenas uma estratégia organizacional nas escolas, mas uma ampla estratégia neoliberal que visa despolitizar a educação e preparar de forma mais intensiva e organizada a tomada de uma frente essencial à manutenção do capitalismo como modo de produção dominante: o senso comum. A qualidade total é uma idéia que foi incutida nas mentes das pessoas através das idéias capitalistas neoliberalistas. Toda a sociedade respira e funciona de

acordo com essa idéia. É muito claro que a qualidade total e os benefícios trazidos por ela não atingirão a todos, mas somente a uma classe que consegue, e tem os meios, para fazer valer os seus direitos em relação aos deveres cumpridos dentro dos critérios estabelecidos.

A própria escola influencia, e muito, na formação e/ou transformação da sociedade, e não pode ser vista como uma empresa, com o único objetivo de transmitir informações necessárias para criar funcionários competentes e profissionais de caráter ilibado, capazes de sobreviver neste novo quadro econômico-político-social. A escola, desta forma, estaria abrindo mão de seu papel vital que é a educação e formação do homem completo, contribuindo para o seu desenvolvimento integral. Seu papel é formar pessoas capazes de buscar sua felicidade, pessoas livres e críticas para perpetuar uma sociedade ou transformá-la, se acharem que possa ser melhor.

No entender de Issa K. e Ortiz D. D. (1994), ao buscar a qualidade total em educação, procura-se desenvolver o processo crítico da aprendizagem, manter o aluno no sistema educacional, evitando a reprovação e a evasão, pontos esses que trazem desânimo ao próprio aluno.

Vista assim, a escola perde seu papel de agente da construção e conquista do conhecimento e da cidadania, passando a ser, simplesmente, uma formadora de mão-de-obra para a produção.

2.4. A Educação Profissional e Tecnológica à Luz da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e dos Decretos 2.208/97 e 5.154/2004.

A formação de técnicos de nível médio, até a promulgação da Lei nº. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, e a edição do Decreto nº. 2.208/97 que, respectivamente, estabelecem a separação conceitual e operacional entre o Ensino Médio e a Educação Profissional e Tecnológica, vinha acontecendo nos moldes das Leis nos 5.692/71 e 7.044/82 e dos pareceres que fixaram as habilitações profissionais.

A Lei nº. 9.394/96 e o Decreto nº. 2.208, de 17 de abril de 1997, separam, conceitualmente e operacionalmente, a Educação Básica da Educação Profissional e Tecnológica, criando duas vertentes, reforçando a dicotomia entre cidadania e trabalho. Uma voltada para a Educação Propedêutica Acadêmica e outra para o Ensino Profissionalizante, que através de cursos concomitantes ou posteriores ao Ensino Médio com currículos flexíveis, objetiva facilitar sua adaptação ao mercado de trabalho. Segundo Mello (1999), o Decreto nº. 2.208/96 tinha o pressuposto de que a baixa escolaridade e qualificação dos trabalhadores não favoreceriam o aumento da produtividade necessário para fazer face à intensificação da competitividade, dada à mudança do paradigma técnico-produtivo.

Salientamos ainda, que as mudanças nas escolas, em função da Reforma propostas a partir do Decreto 2.208, envolveram, entre outros aspectos: a suspensão da oferta do Ensino Médio integrado para novos alunos, a oferta de um novo Ensino Médio regular com uma porcentagem da carga horária total reservada para disciplinas de caráter profissionalizante e a oferta de cursos técnicos sob a forma de módulos. As novas grades curriculares e os novos conteúdos de ensino foram reformulados no espaço da Coordenação Central e enviados para as escolas. Quanto à avaliação discente, houve a substituição do sistema numérico (pontos de 0 a 10) em que se avaliava basicamente conhecimento, por um sistema de conceitos (MB, B, D), reforçando-se a idéia de se avaliar o que é denominado de conhecimentos, atitudes e comportamento ou habilidades.

O Decreto 2.208/96 fez com que a Escola Agrotécnica de Colorado do Oeste - RO experimentasse, por força desse instrumento legal, um novo processo educacional em sua história, passando, então, a oferecer cursos técnicos específicos na área da agropecuária (agropecuária, agricultura, zootecnia e agroindústria). Para o docente, a experiência da

Avaliação por Competência vivenciada na instituição não se consolidou de forma eficaz, dada as dificuldades de entendimento dessa metodologia de avaliação por parte dos docentes, etapa importante no processo de formação profissional do educando.

Em decorrência do referido Decreto, a escola passou a oferecer um número maior de cursos e, por conseqüência, atendeu a um maior número de alunos, inclusive, com cursos pós-técnicos, cujo propósito seria atender a demanda de um Estado que tem como fortaleza as atividades agropecuárias, produção e beneficiamento da madeira. Dada a especificidade do egresso formado a partir desse Decreto, ocorreu, por parte do setor produtivo local, uma espécie de não aceitação desses profissionais, devendo esse fato à exigência desse mundo do trabalho por profissionais dotado de conhecimentos diversos e não específicos em uma determinada área. Para exemplificar essa situação, vejamos o caso do Técnico em Agricultura, um profissional específico na área de agricultura e que, dada às particularidades da região, esse profissional teve muita dificuldade de acesso ao mundo do trabalho. Diferentemente dos técnicos em Agropecuária do curso integrado, um profissional detentor de uma gama maior de conhecimentos, em diversas áreas, tinha sua inserção assegurada e de forma rápida no mundo do trabalho. Outro fator importante a considerar, é que os cursos da Instituição oferecidos pelo Decreto 2.208/96 tinham duração máxima de dois anos, enquanto que o curso integrado tinha uma duração de três anos, fator importante considerado pelo empregador na hora da contratação desses profissionais.

Com a edição do Decreto 5.154 de 23 de julho de 2004 que regulamentou o § 2º do Art. 36 e os Arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases e revogou em seu Art. 9º o Decreto 2.208/97, houve a flexibilização da Educação Profissional especialmente no nível médio, proporcionando às escolas e estados (no caso do nível médio) a liberdade de organizar a sua formação, desde que respeitando as diretrizes do Conselho Nacional de Educação.

O Decreto definiu, ainda, o desenvolvimento da educação profissional através de cursos e programas, em três planos: formação inicial e continuada de trabalhadores - inclusive integrada com a educação de jovens e adultos; educação profissional de nível médio; e educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação. Introduziu alguns conceitos novos, como o de *itinerário formativo*: Art. 3º, §1º considera-se itinerário formativo o conjunto de etapas que compõem a organização da educação profissional em uma determinada área, possibilitando o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos.

Estabeleceu, também, a articulação do nível médio com o nível técnico de educação, em diferentes graus, que o decreto chama de integrado (quando o curso de nível médio é oferecido ao mesmo tempo em que a formação técnica e o aluno têm matrícula única); concomitante (quando os cursos são dados separadamente, até em instituições diferentes); subsequente (quando a formação técnica é oferecida a quem já concluiu o ensino médio).

O Decreto introduz a terminalidade em “etapas”, ou seja, várias vias de saída durante a formação técnica de nível médio e também a graduação tecnológica, sempre observando que o aluno tenha certificação da terminalidade obtida e a possibilidade de continuar os estudos aproveitando a etapa cumprida. Este conceito, na verdade, é uma reedição da formação em módulos prevista no decreto 2.208/97.

O Decreto nº. 5.154, em seu Art. 6º “Os cursos e programas de educação profissional técnica de nível médio e os cursos de educação profissional tecnológica de graduação, quando estruturados e organizados em etapas com terminalidade, incluirão saídas intermediárias, que possibilitarão a obtenção de certificados de qualificação para o trabalho após sua conclusão com aproveitamento. E ainda:

§ 1º Para fins do disposto no caput considera-se etapa com terminalidade a conclusão intermediária de cursos de educação profissional técnica de nível médio ou de cursos de

educação profissional tecnológica de graduação que caracterize uma qualificação para o trabalho, claramente definida e com identidade própria.

§ 2º As etapas com terminalidade deverão estar articuladas entre si, compondo os itinerários formativos e os respectivos perfis profissionais de conclusão.

O Decreto de nº 5.154, propicia a todos os alunos, de escolas públicas e ou particulares, a frequência concomitante do ensino médio e do ensino técnico em nível médio de caráter profissionalizante, através de uma mesma matriz curricular, o que poderá ocorrer na mesma escola. Com isso os estudos serão feitos de uma maneira mais rápida, fácil e objetiva, criando uma articulação entre os dois ensinos, com o objetivo de inserir o educando no direito ao exercício de sua cidadania, através da promoção de sua formação profissional. O aluno poderá, então, fazer um só curso e obter um certificado com nível médio-técnico.

O que caracteriza esse Decreto é a liberdade que é dada às escolas em escolher o modelo que irá ser adotado. Não há obrigatoriedade em seguir este novo modelo de articulação e integração do ensino médio e ensino técnico em uma mesma grade curricular. Poder-se-á seguir o modelo que antes já era adotado. Cada escola definirá se quer vincular ou manter independente o ensino médio e o ensino técnico de nível médio. O educando poderá resolver se quer cursar só o ensino médio (habilitando ao prosseguimento de estudos) ou se quer cursar o ensino médio e técnico na mesma escola dentro de uma só grade curricular, se em escolas distintas e em grades diferentes ou, então, cursar o ensino técnico após o término do ensino médio.

A nova modalidade de ensino está prevista no parágrafo 2º do artigo 36 da LDB 9394/96, resgatando o que foi extinto em 1997 pelo Decreto nº 2.208: “o ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas”. Essa articulação e integração entre o ensino médio e o técnico de nível médio deverão seguir as Diretrizes Curriculares Nacionais do Conselho Nacional de Educação e as normas dos sistemas de ensino e também o projeto pedagógico de cada Instituição de Ensino.

É oportuno ressaltar que a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste - RO tem adotado em sua política de oferta da educação profissional as diretrizes emanadas do Decreto nº 5.154, especificamente no que se refere à oferta do curso técnico integrado ao ensino médio e aos cursos superiores de tecnologia.

A partir dessa contextualização da Educação Profissional e Tecnológica na Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste - RO, a partir de ações pedagógicas implementadas pela instituição, torna-se relevante falar dos modelos de produção agrícola, que, ao analisar a atual realidade econômica do país, conclui-se que existem pelo menos dois modelos distintos de produção agrícola. Um deles, constituído por pequenos produtores ligados à atividade agropecuária familiar individual ou organizada pelo associativismo e tem como característica desenvolver uma produção diversificada, seja de subsistência, seja intensiva. Existem, também, os pequenos produtores que, devido a condições favoráveis de localização, acesso a tecnologias, vocação regional e pelo associativismo, entre outros fatores, conseguem inserir-se de forma consistente na cadeia produtiva, obtendo assim melhores condições de vida. Para esses, entende-se ter havido uma contribuição significativa do Ensino Agrícola. Há, contudo, pequenos produtores que, mesmo tendo incorporado a cultura cooperativa e contando com um pouco de assistência técnica, porém sem formação profissional, não conseguem chegar às mesmas condições do grupo anteriormente descrito.

Por sua vez, mesmo que cada governo estabeleça pontos de prioridade, tanto a produção familiar como do grande capital, gozam de financiamento oficial. A diversidade existente na agropecuária, resultante de um conjunto de fatores e a dimensão continental do Brasil, aumentam as dificuldades e desafios impostos ao Ensino Agrícola para dar conta das diferentes demandas. Por esta razão, entende-se que, ao lançar um olhar sobre essa forma de ensino, com vista a adequá-lo ao atual momento histórico, sejam quais forem os modelos, as

estratégias e prioridades definidas, essas devem estar atentas ao seguinte:

‘1’ A Educação Profissional Agrícola precisa estar voltada para uma formação emancipatória que, além de atender às peculiaridades locais e regionais, ofereça subsídios para o cidadão trabalhador poder pensar e tomar decisões autonomamente e determinar seus próprios caminhos;

‘2’ A Educação Profissional Agrícola deve contemplar de forma indissociável a teoria com a prática e dar ênfase ao saber fazer, por que e para quem, adotando a prática, a rotina como uma das estratégias epistemológicas, sem transformá-la em mão-de-obra dissociada do trabalho socialmente útil e educativo;

‘3’ As Instituições de Ensino Agrícola, entre outras atribuições, precisam interagir de forma efetiva com a comunidade nas quais estão inseridas, contribuindo efetivamente para o desenvolvimento local e regional;

‘4’ O Ensino Agrícola necessita adotar uma organização curricular e estratégia operacional que dê conta de atender também às demandas dos movimentos sociais e a agricultura familiar;

‘5’ Deve promover a formação de técnicos tendo como fundamento a agroecologia e o desenvolvimento com sustentabilidade;

‘6’ Deve levar à geração de tecnologias, através da pesquisa aplicada, em especial aquelas compatíveis com a exploração familiar;

‘7’ Estimular ao empreendedorismo como forma de desenvolvimento social e econômico;

‘8’ Garantir acesso e permanência, independente de cor/raça, condição econômica e gênero; garantir assistência estudantil (moradia e alimentação), aos alunos oriundos do meio rural, como função social inclusiva, em especial aqueles das pequenas propriedades, cuja dificuldade de acesso à escola é maior;

‘9’ Fazer opção por uma organização curricular e estratégias didático-pedagógicas capazes de formar um técnico ético comprometido com as causas sociais e preservação ambiental;

‘10’ Adotar, em suas práticas educativas e de gestão, bem como nos ambientes de aprendizagem, formas efetivas de preservação ambiental;

‘11’ Adotar estratégias, respeitadas as individualidades e direitos do cidadão, de devolver ao setor primário as tecnologias geradas e os profissionais formados de forma que a produção agrícola possa potencializar o desenvolvimento social e econômico, especialmente dos pequenos produtores;

‘12’ Direcionar os currículos e as práticas pedagógicas para as fases do desenvolvimento humano, em sintonia com a capacidade de abstração e concentração, estrutura física, jornada diária de trabalho, respeitando o lúdico e o lazer, bem como a observância do que determina o estatuto da criança e do adolescente;

‘13’ Buscar, na pedagogia da alternância e num currículo vocacionado, mas sem perder o viés generalista, uma alternativa para o desenvolvimento regional, a manutenção do aluno na propriedade e o atendimento aos movimentos sociais e da agricultura familiar;

‘14’ Fomentar o espírito do associativismo nos alunos, como forma de difusão dessa prática entre os produtores rurais;

‘15’ Levar em conta que, numa sociedade em constante transformação, há necessidade de superar o conceito de “aprender fazer fazendo”, agregando o aprender a aprender, pois no mundo do trabalho, onde as inovações estão acontecendo cada vez com maior rapidez, é necessário aprender e continuar aprendendo por toda a vida. Járchev (1986) propõe uma formação profissional cuja característica seja um enfoque integral. A escola propiciando aos alunos uma capacitação profissional inicial e uma perspectiva de aperfeiçoamento para toda a vida. Bachelard² em 1938, já insistia na educação “contínua no decorrer da vida inteira”. Segundo ele, uma cultura bloqueada no tempo escolar é a negação da própria cultura

² apud GADOTTI, Moacir. **Educação contra a Educação**: 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

científica, portanto, sem a escola permanente não existe ciência;

‘16’ Considerar que o Brasil ainda vive o fenômeno da “onda adolescente”, exaustivamente discutida pelos demógrafos brasileiros, uma vez que o país conta com o maior contingente de jovens de 15 a 20 anos, desde o ano de 1500 (situação em que permanecerá até o ano 2010). Assim, é imprescindível buscar alternativas adequadas para inserir essa juventude no processo de educação básica e profissional e a sua posterior inserção no mundo do trabalho;

Todavia, qualquer que seja o caminho a seguir pelo país, deverá considerar que todo processo de ensino-aprendizagem não pode perder de vista a sua dimensão social e a sua busca incessante de igualdade de oportunidades aos indivíduos, de forma a levá-los a sua realização enquanto sujeito-cidadão e conviver com as transformações do mundo da ciência e da tecnologia.

A formação agrícola na proposta de transmissão ordenada e sistemática de conhecimentos tecnológicos, destinada à difusão de tecnologias, especialmente para uma agricultura com alta entrada de insumos externos vem perdendo forças, o que atualmente prepondera é o ensino agrícola associado a uma nova cultura do trabalho e da produção com preservação da natureza. O que torna imprescindível a elaboração de novas políticas educacionais para o ensino agrícola, considerando o surgimento de novas tecnologias, formas de produção, aumento da produtividade com menor impacto ambiental e que contemple os movimentos sociais e a agricultura familiar e, ainda, de forma a buscar superar a dicotomia entre formação profissional e formação propedêutica, objetivando uma formação emancipatória, que tome como referência o conhecimento científico subjacente à organização do trabalho agroindustrial e desenvolva atividades que tornem as pessoas capazes de pensar autonomamente.

É inegável que a opção pelo ensino superior sempre esteve relacionada com a divisão social do trabalho, na diferença de compensações que derivam das diferentes atribuições e especializações (e a legitimação pela escola dessas diferenciações), através da hierarquização das remunerações, obedecendo claramente às concepções de Durkheim (1977).

Na sociedade capitalista, o processo produtivo institui um modelo social no qual, através da divisão do trabalho, acentuam-se as diferenças salariais, contribuindo para a tendência histórica da valorização do ensino superior, como é o caso do Brasil. Posto que a formação superior fosse a grande meta de profissionalização, o Ensino Profissionalizante de nível médio passou a ser visto como uma formação transitória, mesmo que a maioria dos seus egressos não consiga ter acesso ao ensino superior. Nota-se que muitos dos aspectos referidos, em especial o da divisão social do trabalho e a valorização do ensino superior, muito pouco mudaram até os dias atuais.

A Lei n.º 9.394/96, atual LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - configura a identidade do ensino médio como uma etapa de consolidação da educação básica, de aprimoramento do educando como pessoa humana, de aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental para continuar aprendendo e de preparação básica para o trabalho e a cidadania. A LDB dispõe, ainda, que "a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva".

No âmbito da escola rural, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional define rural como um planejamento voltado para a vida rural, de forma desurbanizado, promovendo na lei desvinculação da escola rural da escola urbana, no entanto não deixa claro os princípios e as bases de uma política educacional que atenda as comunidades camponesas.

Importa notar que o pano de fundo da escolaridade camponesa, a partir de agora, não se limita ao modelo urbano/industrial, como fora outrora nas décadas de 1960 a 1980. A sustentação dessa escolaridade encontra-se na consciência ecológica, na preservação dos valores culturais e da práxis rural

e, primordialmente, no sentido da ação política dos rurícolas. Assim, o contexto das unidades escolares passa a ser o parâmetro maior de aplicabilidade da lei em si mesma, isto é, o contexto traz os paradigmas e parâmetros necessários para justificar e legitimar a ação pedagógica que, agora, é ato político enquanto cognição consciente e intimamente ligada à práxis. Pelo menos é a leitura que realizamos nas entrelinhas da legislação no que tange à escola no meio rural. (LEITE, 2002: 55)

É extremamente importante ressaltar a necessidade de uma educação básica no campo, que atenda aos interesses e ao desenvolvimento sociocultural e econômico dos povos camponeses, considerando suas diferenças históricas e culturais, que lhes permita viver com dignidade. Não é necessário apenas ter escola no campo, mas escolas com projeto político-pedagógico vinculado à realidade dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, aos seus desafios, a história e a cultura.

A Educação é imprescindível na formação do cidadão, como forma de prepará-lo para sua atuação no mundo produtivo e suas múltiplas relações com a comunidade e, de forma efetiva, contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Nesse sentido, destacamos a importância da educação como instrumento de elevação da escolaridade, formação de consciência cidadã de trabalhadoras e trabalhadores, permitindo-lhes a criação de novas técnicas e mecanismos de promoção da melhoria do sistema produtivo e das condições de vida da comunidade.

A Constituição Brasileira, em seu Art. 205, descreve: “A educação direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, infelizmente o que observamos é a falta de compromisso de autoridades e governos na busca efetiva da consolidação de ações que venham efetivamente promover uma educação do campo de qualidade e que atenda efetivamente os anseios das comunidades rurais.

Direitos usurpados, negados. A Educação do Campo não fica apenas na denuncia do silenciamento; ela destaca o que há de mais perverso nesse esquecimento: o direito à educação que vem sendo negado a população trabalhadora do campo. É curioso constatar que desde o início da década de 80 foi se afirmando na sociedade brasileira o reconhecimento da educação, como direito humano. “Educação, direito de todo cidadão, dever do Estado” foi o grito ouvido nas praças e ruas de todas as cidades. O movimento docente e o movimento pedagógico progressista foram protagonistas desse avanço da educação como direito. Entretanto, esse grito não chegou ao campo. Os homens e as mulheres, as crianças, os adolescentes ou jovens do campo não estavam excluídos desse grito, porém não foram incluídos nele com sua especificidade. Consequentemente ficaram a margem. O direito à educação foi vinculado a uma concepção abstrata de cidadania, e não fomos capazes de chegar a concretude humana e social em que os direitos se tornam realidade. (ARROYO, 2005: 214)

Diante dessa conjuntura, surgiram as organizações de trabalhadores, vários foram os movimentos sociais criados com o intuito de buscar, através de movimentos reivindicatórios, a implementação de políticas públicas que assegurassem o direito à educação aos cidadãos brasileiros, em especial a homens, mulheres e crianças do campo.

Desde 1984, além das ocupações de terra e marchas para pressionar pela reforma agrária no país, o MST luta pelo acesso à educação pública, gratuita e de qualidade em todos os níveis para a população do campo. Em toda a sua história, foram conquistadas, aproximadamente, duas mil escolas públicas nos acampamentos e assentamentos em todo país, abrindo as portas do conhecimento para 160 mil crianças e adolescentes Sem Terra, e

ainda mais de quatro mil professores foram formados.

A mobilização dos movimentos sociais organizados tem promovido eventos importantes com o propósito de discutir a educação, como forma de fortalecimento e busca da consolidação de políticas públicas que atendam às necessidades dos cidadãos que moram no campo, que a qualidade da educação ofertada ao cidadão é imprescindível para a melhoria da qualidade de vida no campo, que somente isso é possível com a elevação da escolarização dos trabalhadores.

Para uma melhor compreensão, destacamos, nesse aspecto, um programa criado para possibilitar ao trabalhador o acesso à educação: O PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária que é uma política de Educação do Campo implementada em áreas da Reforma Agrária, executada pelo governo brasileiro e com o objetivo principal de fortalecimento do mundo rural como território de vida em todas as suas dimensões: econômicas, sociais, ambientais, políticas, culturais e éticas. Teve início em 1998, a partir da luta dos movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais pelo direito à educação com qualidade social. Desde então, milhares de jovens e adultos, trabalhadores e trabalhadoras das áreas de Reforma Agrária têm garantido o direito de alfabetizar-se e de continuar os estudos em diferentes níveis de ensino. Entendemos, portanto, que esta ação promove a justiça social no campo por meio da democratização do acesso à educação na alfabetização e escolarização de jovens e adultos, na formação de educadores para as escolas de assentamentos/acampamentos e na formação técnico-profissional de nível médio e superior.

Enquanto política pública, o PRONERA fundamenta-se na gestão participativa e na descentralização das ações das instituições públicas envolvidas com a educação. Essas instituições criam por meio de projetos a oportunidade de exercitar e realizar ações com a co-participação dos movimentos sociais e sindicais de trabalhadores e trabalhadoras rurais, instituições de pesquisa, governos estaduais e municipais, em prol do desenvolvimento sustentável no campo, da construção da solidariedade e da justiça social.

O PRONERA é operacionalizado de forma estratégica, associado ao desenvolvimento territorial, para contribuir com a elevação das condições de vida e de cidadania de milhares de brasileiros e brasileiras que vivem no campo. Compreende que o modo de vida do povo do campo tem especificidades quanto à maneira de se relacionar com o tempo, o espaço, o meio ambiente, de organizar a família, a comunidade, o trabalho, a educação e o lazer, o que lhe permite a criação de uma identidade cultural e social própria.

Desta forma, o PRONERA realiza práticas e reflexões teóricas da Educação do Campo, tendo como fundamento a formação humana como condição primordial e como princípio a possibilidade de todos e todas serem protagonistas da sua história, criando novas possibilidades para descobrir e reinventar, democraticamente, relações solidárias e responsáveis no processo de reorganização sócio territorial em que vivem.

Para José de Souza Martins, Professor titular aposentado do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e Fellow de Trinity Hall e professor titular da Cátedra Simon Bolívar da Universidade de Cambridge (1993-1994), o ensino deveria ser mais flexível e culturalmente adaptado do que é, tanto no campo quanto na cidade. A educação básica na cidade é quase que apenas projeção da ideologia de classe média do educador. O mesmo acontece no campo. Prevalece ainda entre nós a concepção de que o educador não precisa ser educado, não precisa ser ressocializado para a sua missão de educar. Houve muitas mudanças na sociedade brasileira nas últimas décadas, no campo e na cidade, que exigem uma ressocialização do educador. Não só o campo de algum modo vem se urbanizando, como a cidade vem, surpreendentemente, se ruralizando. O mesmo acontece no campo e, talvez, de modo agravado em consequência de uma ideologia educacional que desvaloriza o mundo rural e o trabalho rural. A ideologia do educador, no campo, é via de regra a ideologia que considera a

cultura, os costumes, o saber da população que ele quer educar como cultura primitiva de povos ignorantes, formas incivilizadas de conhecer a vida e interpretar o mundo. Não raro, o educador é o grande responsável por abrir um amplo abismo cultural entre as gerações do mundo rural. Por tudo isso, prefere dizer que o ensino que atualmente se ministra tanto na zona rural quanto na cidade deveria ser diferente. A escola deveria ser uma instituição do diálogo cultural com sua clientela, com os circunstantes e deveria considerar clientela não só o aluno burocraticamente matriculado, como preferem os educadores burocratas, mas também a comunidade de referência a que pertencem os alunos. Para isso é necessário voltar ao professor de tempo integral na mesma escola, que inclua entre os seus deveres o dever de conhecer os saberes daqueles que procura ensinar, aos quais procura transmitir e, não raro, até impor o seu próprio saber. No Brasil, o educador, sobretudo no ensino básico, legitima unilateralmente sua própria cultura de classe e usa a autoridade da função pedagógica para impor sua ditadura cultural, não raro uma tirania dessocializadora, que mais destrói do que constrói. Com isso, o educador se fecha à possibilidade e à necessidade de sua própria ressocialização a partir do processo interativo com seus alunos. Fui aluno na roça. Na roça, uma criança sabe geralmente mais do que o seu professor urbano a respeito do mundo em que vive: as matas, os animais, as plantas, as falas, o imaginário. É claro que o professor tem o que ensinar e é justamente isso que esperam tanto os alunos como suas famílias: ensinar aquilo que ainda não é sabido. Um professor que só fala e é culturalmente surdo, é de fato um deficiente, como é deficiente a escola em que ele ensina. De certo modo, as demandas de educação no campo são culturalmente mais complexas do que na cidade, o que se choca com a ideologia educacional que considera simples o mundo rural, quando de fato não o é e será cada vez menos. De modo que a educação rural deveria perder o qualificativo rural para ser apenas educação e educação do diálogo com a diversidade cultural, as peculiaridades sociais, e não só do trabalho. A educação deveria ser pensada como ponte de acesso à complexidade da sociedade moderna, que vem se tornando, também, social, cultural e politicamente, e até economicamente, a sociedade da diferença, da diversidade. O campo deixou de ser o passado para ser o contemporâneo e sua diferença deixou de ser o atraso para ser o singular e diferente num mundo de diferentes e do direito à diferença, direito proclamado pelo sociólogo e filósofo francês Henri Lefebvre.

2.5. Concepções Pedagógicas para a Educação e o Desenvolvimento

O Brasil, pela sua cultura dominante, é marcado por exclusões e desigualdades, a considerar a maioria da população que vive no campo como a parte atrasada e fora de lugar no almejado projeto de modernidade. Para mudar essa realidade, uma política educacional que se preocupe com a melhoria na qualidade de vida dessas populações, constitui o principal instrumento de emancipação desse povo, através do acesso à educação de qualidade e com uma metodologia de ensino que permita o acesso ao conhecimento e à informação por parte dessa população. A exemplo de Paulo Freire, que revolucionou a prática educativa, através dos chamados Métodos de Educação Popular, tomando por base filosófico-ideológico os valores e o universo sóciolinguístico-cultural de grupos menos favorecidos. Freire, partindo do confronto entre a escola formal/tradicional e educação popular, rompeu com a dicotomia vivenciada pela escola brasileira, na tentativa de possibilitar uma educação voltada para a solidariedade, para a práxis, em que o elemento político-social, econômico e cultural institui o molde do processo de ensino aprendizagem e da cidadania consciente.

O método Paulo Freire foi utilizado por várias comunidades rurais que desenvolveram a “educação libertadora”, que contou com o apoio de progressistas, partidos políticos e pessoas engajadas em ideologias socializantes. Considerando o método em si, o seu enfoque principal é a conscientização do cidadão a pressões vindas do capitalismo exploratório e seu

papel diante das distorções histórico-sociais por ele produzidas. O método pedagógico de Freire contraria os princípios básicos de uma escola voltada para a submissão e subserviência das classes subalternas, bem como para o acatamento irrestrito aos planejamentos econômico-capitalistas; sendo o objetivo principal a conscientização do cidadão frente às pressões do capitalismo exploratório.

A proposta de Paulo Freire é baseada na ação e reflexão e parte da concepção pela qual é a capacidade de refletir que faz do homem um ser da práxis. É através da reflexão sobre uma prática realizada que os homens podem corrigir erros, verificar se está no caminho certo e definir estratégias de ação:

Se ação e reflexão, como constituintes inseparáveis da práxis, são a maneira humana de existir, isto não significa, contudo, que não estão condicionadas, como se fossem absolutas, pela realidade em que está o homem. Assim, como não há homem sem mundo, nem mundo sem homem, não pode haver reflexão e ação fora da relação homem – realidade. (FREIRE, 2001: 17)

A concepção pedagógica de Freire é baseada na valorização do diálogo, através do qual as pessoas podem ser, realmente, libertadas da condição de oprimidos em que se encontram, tornando-se seres autônomos, críticos, criativos, éticos, o que efetivamente dificulta o processo de manipulação dessas pessoas. O diálogo é extremamente importante e a comunicação estabelecida entre educador e educando, torna-se mecanismo essencial no processo de ensino-aprendizagem.

...o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que ao ser educando, também educa. Ambos assim se tornam sujeitos do processo em que crescem junto e em que os 'argumentos de autoridade' já não valem. Em que, para ser-se, funcionalmente, autoridade, se necessita de estar sendo com as liberdades e não contra elas. (FREIRE, 1987: 68)

A educação consolidada no diálogo e na construção de conhecimentos torna-se um instrumento eficaz na formação integral do indivíduo, como condição para a promoção do desenvolvimento.

A educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos implica tanto o esforço da reprodução da ideologia dominante quanto ao seu desmascaramento. Dialética e contraditória, não poderia ser a educação só uma ou só a outra dessas coisas. Neutra "indiferente" a qualquer dessas hipóteses, a da reprodução da ideologia dominante ou a de sua contestação, a educação jamais foi, é, ou pode ser. É um erro decretá-la como tarefa apenas reprodutora da ideologia dominante como erro é tomá-la como uma força de desocultação da realidade, a atuar livremente, sem obstáculos e duras dificuldades. (FREIRE, 2007: 98)

É na compreensão da educação como instrumento de libertação do indivíduo, através do conhecimento adquirido, que se vislumbra os caminhos para a superação da educação voltada para os interesses dominantes, interesses esses que ocultam e imobilizam as verdades. A ruptura a essa educação é primordial para que as mudanças sociais ocorram e os indivíduos sejam capazes de transformar o meio em que vivem.

Nesse contexto e conforme Freire (2007:14) diz: "formar é muito mais do que puramente treinar o educando no desempenho de destrezas", ressalta-se a importância do conhecimento para o cidadão, mas o desenvolvimento de sua capacidade crítica, sua

consciência cidadã, a sua formação ética e moral, a sua capacidade de perceber as diferenças de compreensão dos fatos, são imprescindíveis para compreender o seu papel e buscar promover as transformações que a sociedade precisa.

Para o êxito do desempenho de uma atividade profissional é fundamental que haja compromisso do profissional com a sociedade.

Uma vez que “profissional” é atributo de homem, não posso, quando exerço um que fazer atributivo, negar o sentido profundo do que fazer substantivo original. Quanto mais me capacito como profissional, quanto mais sistematizo minhas experiências, quanto mais me utilizo do patrimônio cultural, que é patrimônio de todos e ao qual todos devem servir, mais aumenta minha responsabilidade com os homens. Não posso, por isso mesmo, burocratizar meu compromisso de profissional, servindo, numa inversão dolosa de valores, mais aos meios do que ao fim do homem. Não posso me deixar seduzir pelas tentações míticas, entre elas a da minha escravidão às técnicas, que, sendo elaboradas pelos homens, são suas escravas e não suas senhoras. (FREIRE, 2006: 20)

Ressalta-se, aqui, a importância do compromisso profissional do egresso, além da necessária e permanente busca de ações eficazes para a promoção da sustentabilidade econômica e social, de forma a possibilitar ganhos de produtividade, de qualificação profissional e que consiga, ao mesmo tempo, incluir no mercado de trabalho e de consumo os setores mais pobres da população. A sustentabilidade presente e futura das atividades produtivas do município dependerá da capacidade do egresso de compatibilizar, em suas ações profissionais, o desenvolvimento econômico, a inclusão social e a preservação ambiental.

É fundamental, neste contexto, que o egresso ofereça à sociedade o seu saber técnico e experiência profissional em busca de alternativas que assegure a sustentabilidade sócio econômica do município de Colorado do Oeste - RO, de forma a contribuir com a construção de uma sociedade mais justa e democrática para as presentes e futuras gerações.

No caso específico da sustentabilidade sócio econômica no contexto rural, torna-se imprescindível a compreensão do "desenvolvimento rural", o qual, ao longo do tempo, sofreu mudanças em suas definições, das quais nos faz compreender como sendo a melhoria do bem-estar das populações rurais, como o objetivo final desse desenvolvimento está sempre destacado, ocorrendo mudanças apenas nas estratégias definidas, nas prioridades e nas metodologias. A exemplo disso, desenvolvimento rural, na década de 70, foi marcado pelo acesso e desenvolvimento de tecnologias e um aumento no consumo de insumos modernos pelos produtores, como estratégia para o aumento da produtividade e como propósito o aumento da renda dos produtores.

O Desenvolvimento Rural tem como característica específica o desenvolvimento a partir de uma ação previamente articulada que induz ou procura induzir mudanças em um determinado ambiente rural. O Estado Brasileiro é o agente principal por ser a única esfera da sociedade com legitimidade política assegurada para propor, bem como impor, mecanismos amplos e deliberados no sentido da mudança social. O Estado funda-se, para tanto, em uma estratégia pré-estabelecida, metas definidas, metodologias de implementação, lógica operacional e as demais características específicas de projetos e ações governamentais que têm como norte o desenvolvimento rural.

Já o Desenvolvimento Rural Sustentável surgiu em meados dos anos 80, a partir da crescente difusão da expressão mais geral, "desenvolvimento sustentável". A ideia de sustentabilidade nasceu da crescente percepção acerca dos impactos ambientais do padrão civilizatório acelerado após a Segunda Guerra, cujas evidências empíricas multiplicaram-se a partir da década de 70. Neste sentido, o componente "sustentável" da expressão refere-se

exclusivamente ao plano ambiental, indicando a necessidade de estratégias de desenvolvimento rural que incorpore uma apropriada compreensão das chamadas "dimensões ambientais", de forma que a expressão desenvolvimento rural seja acrescida, cada vez mais, do componente ambiental derivado da palavra sustentável. Embora certamente seja possível adicionar outros significados à noção de sustentabilidade (por exemplo, sustentabilidade política, social ou institucional, entre outras possibilidades), tais agregações já fazem parte do repertório analítico das tradições teóricas sobre o desenvolvimento rural. Por tal razão, mantendo-se o rigor necessário, o "sustentável" aqui se refere tão somente aos padrões ambientais requeridos em ações movidas sob a ótica do desenvolvimento rural.

Desenvolvimento rural, portanto, não se restringe ao "rural estritamente falando" - famílias rurais e produção agrícola - nem exclusivamente ao plano das interações sociais, também principalmente rurais - comunidades, bairros e distritos rurais, por exemplo -, mas necessariamente abarcam mudanças em diversas esferas da vida social as quais, se têm por limite mais imediato de realização o município, podem estender-se para horizontes territoriais mais extensos. Parecem, assim, desaparecer definitivamente o corte rural-urbano e as formas de sociabilidade igualmente demarcadas por tal segmentação.

Portanto, embora consideráveis avanços tenham ocorridos, ainda não propuseram claras trilhas para o desenvolvimento rural, pois o processo de mudanças deverá ser múltiplo, interdependente, cumulativo e diversificado em planos territoriais e sociais variados. Desde o interior dos estabelecimentos rurais, onde a difusão da chamada "agricultura do conhecimento" não pode deixar de ser o modelo principal, aos planos societários para além das cercas das propriedades, inclusive nos próprios municípios nos quais o desenvolvimento rural se associe à intensificação da participação social e ao aperfeiçoamento da "governança" local, sedimentados por uma radicalização democrática que seja a principal arma política a revalorizar o mundo rural como uma das opções da sociedade. Assim, um esforço para ampliar o debate entre os diferentes proponentes, estudiosos e organizações rurais, sem pré-condições (especialmente as derivadas das âncoras ideológicas), parece ser o maior desafio atualmente existente entre aqueles que sonham ver concretizados os processos de desenvolvimento rural no Brasil que, realmente, instituem processos de emancipação social e, especialmente, renovem as esperanças para as famílias rurais.

No contexto local e atual, o egresso está desenvolvendo suas atividades profissionais em empresas públicas do município, que tem contribuído com o produtor rural, para que os mesmos, através dos ensinamentos e conhecimentos recebidos, promovam ações eficazes e que assegurem a sustentabilidade sócio econômico da propriedade rural.

3. CAPÍTULO II – EGRESSOS - A IMPORTÂNCIA DO ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

3.1. O Sistema de Acompanhamento de Egressos

A Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste - RO tem como missão atuar como centro de excelência na formação e difusão tecnológica mediante ensino, pesquisa e extensão, integrada a órgãos governamentais e não governamentais contribuindo ao atendimento das necessidades regionais, ao desenvolvimento sustentável, à preservação da biodiversidade e à qualidade de vida da sociedade da região; Nesse contexto, o egresso tem um papel preponderante na execução de ações que possibilitem a identificação de indicadores que retratem o verdadeiro papel da instituição junto à comunidade e, de forma específica, no processo da sustentabilidade sócio-econômica do município.

O *Acompanhamento de Egressos* no sistema de ensino público do Brasil surgiu da necessidade, dentre outros, a de se investigar se os ex-alunos, concluintes de cursos, estariam aplicando, nas suas atividades profissionais, os conhecimentos adquiridos na escola e ainda verificar questões, como a desistência e ou transferência.

Para fins desta pesquisa foi considerado como egresso da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste - RO todo aluno que, efetivamente, concluiu os estudos regulares, estágios e está apto ou já recebeu o diploma.

Um dos fatores limitante a desenvolver a pesquisa com egressos é a carência de estudos desenvolvidos e publicados, a abrangência significativa do próprio conceito, no que tange à semântica, bem como as analogias pertinentes que, de uma forma ou de outra, podem perturbar a construção epistemológica racional do aspecto pedagógico das noções teóricas sobre o tema a ser investigado.

Ferreira (1999) define egresso: 1. Aquele que deixou de pertencer a uma comunidade. S.m. 2. Indivíduo que deixou o convento; ex-frade. 3. Detento ou recluso que, tendo cumprido sua pena, ou por outra causa legal, se retirou do estabelecimento penal. 4. Saída, retirada”.

Nérici (1986: 64-66) destaca que a Lei nº 5.564, de 21 de dezembro de 1968, regulamentada em 25 de setembro de 1973, pelo Decreto nº 72.846, no Art. 8º, que, ao estabelecer as “atribuições privativas do Orientador Educacional”, inclui entre elas a de “coordenar o acompanhamento pós-escolar”.

Giacaglia e Penteado (1994:122), caracterizando o termo “pós-escolar”, registram que: “... a atuação do SOE não se esgota, pois, ao final do período em que o aluno é entregue aos cuidados da escola. Daí, a importância de que se reveste o acompanhamento pós-escolar (APE), atividade esta que o legislador explicitou como uma das atribuições privativas do Orientador Educacional. Como o nome está indicando, trata-se de manter contato com os alunos que já saíram da escola seja porque concluíram o curso, seja porque tenham se transferido para outro estabelecimento de ensino ou, ainda, por terem abandonado os estudos”.

O acompanhamento de egressos constitui uma forma de avaliar os resultados de uma instituição e a partir dessa avaliação introduzir modificações necessárias à política de oferta da educação, a permanência e a saída do aluno da escola, pois uma Instituição de Ensino deve ter, como missão principal, formar profissionais que atuem na área para a qual foi profissionalizado, o que lhe dará legitimidade no atuar pedagógico e a certeza dos objetivos educacionais propostos alcançados.

Analisando-se o termo “egresso” em seus aspectos legais, percebe-se que a Lei nº. 9.394/96 utiliza esse vocábulo, no Capítulo III – “Da Educação Profissional”. Art. 39, para

designar o aluno formado no Ensino Fundamental, Médio ou Superior que contará com o acesso à educação profissional. Dessa forma, favorece o entendimento de egresso como sendo o ex-aluno formado por uma Instituição qualquer. O Decreto no 2.208/97 reforça esse entendimento, quando, no seu Art. 3º, se refere a “egressos do ensino médio, técnico e superior”. A Portaria no 646/97, no Art. 9º, esclarece que as Instituições Federais de Educação Tecnológica devem implantar, com a SEMTEC, mecanismos permanentes de consulta aos setores interessados, com o objetivo de identificar novos perfis de profissionais e de adequar a oferta de cursos às demandas dos setores produtivos. No parágrafo único do mesmo artigo está registrado ainda que esses mecanismos permanentes devam incluir “sistemas de acompanhamento dos egressos e estudos de demanda profissional”.

O Sistema de Acompanhamento de Egressos - SIEG, na área da educação, caracteriza como egresso todo aluno que, efetivamente, concluiu os estudos regulares, estágios e está apto ou já recebeu o diploma. Como se vê, no âmbito educacional, parece haver uma divergência quanto à definição de egresso: enquanto alguns profissionais usam o termo egresso para referir-se exclusivamente aos alunos formados, outros são claros ao abranger com essa denominação todos os indivíduos que saíram do sistema escolar por diferentes vias: diplomados, por desistência, por transferência; outros, por sua vez, entre essas categorias, incluem, também, a dos jubilados; uns poucos, porém, revelam não ter bem definido o conceito em questão.

Assim sendo, discutir a questão dos egressos, no momento atual, mostra-se uma tarefa trabalhosa e desafiadora, devido a uma série de fatores importantes, como, entre outros, a carência de estudos desenvolvidos e publicados sobre o assunto, a abrangência significativa do próprio conceito, no que tange à semântica, bem como as analogias pertinentes que, de uma forma ou de outra, podem perturbar a construção epistemológica racional do aspecto pedagógico das noções teóricas sobre o tema a ser investigado.

No Sistema de Ensino brasileiro, o acompanhamento de egressos pelas escolas, até o presente momento, é ainda inexpressivo. O que existe, na maioria das vezes, são ações direcionadas para a formação de associações de ex-alunos e organização de reuniões de conagração.

Assim:

Orientados pela tendência filosófica que deve nortear todo esse processo de acompanhamento de egressos pelas Instituições de Ensino, pode-se pensar num processo contínuo, no qual o procedimento metodológico do acompanhamento de egressos deve ser discutido e implementado a partir de decisões gerenciadas pela coletividade escolar. (PENA, 2000:157)

Salienta-se a importância de investigar a questão dos egressos numa abordagem conceitual, como sugerem os estudos de Cury (1989) em que a educação deve buscar a compreensão de sua própria realidade. Com base em Gadotti (1988:34) e em Konder (1988:84), foi possível concluir, também, que a consciência do ato de educar auxilia o processo de questionar o presente a favor do futuro.

O termo “egresso”, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, é citado no Capítulo III — “Da Educação Profissional” —, Art. 39, em seu parágrafo único, já citado anteriormente. O mesmo termo é explicitado, também, no Decreto no 2.208, de 17 de abril de 1997, “Regulamenta o § 2º do Art. 36 e os Arts. 39 a 42 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996” —, que no Art. 3º, estabelece os níveis da educação profissional:

- I - básico: destinado à qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia;
- II - técnico: destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egresso de ensino médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida por este Decreto;

III - tecnológico: corresponde a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico.

Fato singular representou a determinação da Portaria nº. 646, de 14 de maio de 1997 que regulamenta a implantação do disposto nos artigos 39 a 42 da Lei nº. 9.394/ 96 e no Decreto no 2.208/97, que no Art. 9º:

As Instituições Federais de Educação Tecnológica implantarão, em articulação com a SEMTEC e com os órgãos de desenvolvimento econômico e social dos Estados e Municípios, mecanismos permanentes de consulta aos setores interessados na formação de recursos humanos, objetivando:

I - identificação de novos perfis de profissionais demandados pelos setores produtivos;

II - adequação da oferta de cursos às demandas dos setores produtivos. Parágrafo único. Os mecanismos permanentes deverão incluir sistema de acompanhamento de egressos e de estudos de demanda de profissionais.

A Secretaria da Educação Média e Tecnológica - SEMTEC - informava que deveria “instituir, de forma continuada, uma avaliação das escolas que constituíam o sistema federal de educação tecnológica”. Além disso, considera que a avaliação da Educação é uma prioridade do Governo Federal. Como desdobramento dessa política, a Secretaria Média e Tecnológica desenvolveu o Sistema de Avaliação Institucional das Instituições Federais de Educação Tecnológica - SAI. Este sistema tem como objetivo geral criar uma cultura permanente de registro e sistematização de dados e informações nas Instituições, de forma a sedimentar uma cultura de Avaliação Institucional no conjunto de Instituições que compõem a Rede Federal de Educação Tecnológica.

A mesma secretaria também “foi incumbida, através do Departamento de Desenvolvimento Educacional, da implantação de um Sistema Nacional de Acompanhamento de Egressos - SIEG”, que é “uma iniciativa da SEMTEC com o objetivo de aprimorar o ensino técnico da Rede Federal de Ensino Tecnológico a partir das informações prestadas pelos seus ex-alunos”. A documentação orienta, ainda, quanto à estratégia de ação, treinamento de pessoal e equipamentos, além de detalhar todos os procedimentos necessários para a obtenção das informações esperadas, dispendo de um software que permite o armazenamento dessas informações, alimentando o “grande Banco de Dados da SEMTEC”.

O Programa de Acompanhamento de Egressos - SIEG, “significa o embrião da necessária integração entre empresa, Escola e a sociedade, ambos assumindo sua parcela de responsabilidade na formação de jovens”.

A propósito, Arroyo (1999: 13) declara:

“sem pesquisar e ponderar a vida em sua totalidade não estaremos em condições de equacionar devidamente o trabalho como princípio educativo, nem estaremos em condições de entender os múltiplos nexos entre trabalho e educação. Estamos em outros tempos. As pesquisas e análises avançam para olhares mais ampliados sobre as vinculações entre trabalho-educação-humanização-escola, olhares mais atentos às conseqüências não pretendidas nos casos específicos de ação — as mudanças no trabalho, por exemplo; mais atentos à pluralidade de esferas sociais vivenciadas pelos trabalhadores, as crianças, os jovens.”

A Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste, a partir de seu funcionamento em 1995, além de ter tido um papel preponderante, como instituição de educação profissional, para o desenvolvimento do município, formando profissionais que possam contribuir para o crescimento econômico local, promovendo o engajamento da população jovem no mundo do trabalho e ainda, possibilita que jovens de baixa renda tenham a oportunidade de acesso ao

ensino técnico e tecnológico.

Portanto, considerando a importância do egresso da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste - RO para a sustentabilidade sócio-econômica do município de Colorado do Oeste - RO, e ainda, a inexistência de um trabalho de acompanhamento de egressos realizado pela Instituição, esta pesquisa contribuiu de forma eficaz para conhecer o papel desempenhado pelos egressos na comunidade local e sua importância nas mudanças e transformações dos processos produtivos agropecuários ocorridos no município. E, ainda, que o acompanhamento de egressos pela instituição constitui um elemento importante para compreender a educação, o papel institucional da escola no processo educação e trabalho e o entendimento da necessidade de implementar ações educacionais coerentes e eficazes para o atendimento as reais necessidades da comunidade.

4. CAPÍTULO III – A SUSTENTABILIDADE ASPECTOS HISTÓRICOS, ECONÔMICOS, SOCIAIS E AMBIENTAIS - O DESENVOLVIMENTO EM SUA PERSPECTIVA DE SUSTENTABILIDADE.

4.1. Um novo Paradigma de Desenvolvimento

A Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo, Suécia, realizada em 1972, na qual inúmeros debates e encontros governamentais e não-governamentais procuram reconciliar o desenvolvimento com a conservação dos recursos naturais, reduzindo os impactos da poluição industrial, do lixo atômico, da degradação dos recursos hídricos, entre outros, movimentos em defesa da qualidade de vida se organizam em diversos países, voltadas para os problemas localizados.

No Brasil, a política do governo da ditadura militar incentiva a ocupação da Amazônia através da execução de grandiosos projetos agropecuários de grande impacto ambiental, ao tempo que abria o país a indústrias poluidoras, por força da pressão do Primeiro Mundo. Conceitos como *ecodesenvolvimento* preconizado por Ignacy Sachs nos anos 1970, e *desenvolvimento sustentável*, definido pelo Relatório de Brundtland, de 1987, como a capacidade das gerações presentes atenderem as suas necessidades sem comprometer a capacidade das gerações futuras e atenderem as suas. A partir do Relatório de Brundtland, de 1987 desenvolveu-se o conceito de desenvolvimento sustentável como promoção de um desenvolvimento sócio-econômico equilibrado ou *ecodesenvolvimento*, mas o conceito de desenvolvimento carregava em seu bojo contradições relacionadas à apropriação desigual, iniquidades e degradação, sendo, portanto, objeto de reflexão e sua relação com o meio ambiente amplamente discutida.

Em Estocolmo, o foco estava voltado para o limite do crescimento e as características da preservação a serem praticadas; no Relatório de Brundtland, deram lugar ao discurso do desenvolvimento sustentável. Segundo Sachs, de Founieux a Estocolmo e até o Relatório de Brundtland a ênfase era dada a uma intensificação do crescimento econômico, que se acompanharia de uma mudança completa de suas formas, do seu conteúdo, dos seus usos sociais, e que seria orientada para a satisfação das necessidades essenciais, em direção a uma repartição equilibrada de renda e de técnicas de produção aproveitando os recursos. Para Sachs:

... o debate causado pelo Relatório de Brundtland, que opõe o “crescimento quantitativo” ao “desenvolvimento qualitativo”, considerando que falar de “crescimento durável” é uma contradição no próprio termo (ver Goodland et al., 1991), repousa em parte sobre um mal-entendido semântico. Apesar de se posicionar ao lado dos críticos do Relatório Brundtland, Goodland e El Serafy reconhecem que este propõe promover o crescimento por meio de um melhor rendimento dos recursos e de utilizar os frutos desse crescimento para reduzir os consumos intermediários, reabilitar o meio natural e operacionalizar uma distribuição de renda (apud GUILHERME, 2007: 29).

As organizações não governamentais e públicas começam a implementarem suas ações de forma a darem consistência e corpo ao Desenvolvimento Sustentável e a sustentabilidade, caracterizadas por organismos internacionais, Estados nacionais e agências multilaterais, construindo as condições políticas para a defesa, na ECO-92, do equacionamento de questões ambientais globais, via acordo e convenções e da enunciação do conceito sustentabilidade como um conceito global e paradigmático.

Segundo Goodland³ (1995), a história da sustentabilidade se inicia a partir da discussão de padrões econômicos relacionados a crescimento produtivo e populacional, disponibilidade de recursos, escalas e limites. Após analisar estudos por meio da relação crescimento da economia com aumento de população e uso de recursos, Goodland chega a uma definição de sustentabilidade ambiental que distingue crescimento dos meios de produção de desenvolvimento, ou seja, que há diferenças entre acumulação de bens materiais, pelo aumento de seu volume, e expansão de potencialidades até um estágio mais avançado. Goodland afirma ainda, que nossa economia, um subsistema numa terra finita e estanque, pode se adaptar a um modelo de desenvolvimento sem crescimento dos meios de produção.

Guimarães⁴ (1997) trabalha a questão da sustentabilidade, introduzindo, com mais ênfase, os temas da globalização, dos novos aparatos político-institucionais, de mudanças no mercado internacional e da inserção de padrões culturais diferenciados, além das questões dos recursos naturais e da pobreza. Define a sustentabilidade como um novo paradigma de desenvolvimento, considerado um pré-requisito fundamental para a governabilidade. Vê na política o grande instrumento de mediação a ser utilizado na transição para esse novo paradigma. Cita Vega (1995), ao dizer que “não obstante, desde uma perspectiva democrática, independentemente da pertinência de juízos com os que esta atividade e este ofício são assediados, não existem postulações capazes de defender solidamente a tese de que a elaboração e gestão da vida pública possam realizar-se sem a mediação da política”. Postula a participação de partidos políticos e de instituições de representatividade pública, bem como a atuação do estado de forma concertada, como meios de garantir equilíbrio, ante a atuação dos mercados, dos mecanismos transnacionais de mundialização da economia e do uso indiscriminado de recursos naturais, pressionados pela competitividade e pelos modelos de consumo vigentes.

Um novo paradigma de desenvolvimento deve colocar o ser humano no centro do processo de desenvolvimento, considerar o crescimento econômico um processo ecologicamente limitado, um dos meios para alcançar maiores níveis de bem estar humano e não um fim, proteger as oportunidades de vida das gerações atuais e futuras e, por fim, respeitar a integridade dos sistemas naturais que permitem a existência de vida no planeta. (GUIMARÃES, 1997: 6)

Questões desenvolvidas por Sachs (1994), as quais transcorrem a economia em suas funções produtiva e distributiva, o consumo mundial e as relações Norte-Sul, ganham grande relevância para o equacionamento das questões de sustentabilidade local. Sachs enumera alguns pontos sobre os quais vê um acordo relativamente amplo, todos vinculados ao que designou ecodesenvolvimento, um conceito fundante para todas as relações estabelecidas para a sustentabilidade. São eles: a noção de falência do superconsumo, a noção de que os sistemas econômicos são tributários dos sistemas subjacentes e a superestimação do poder das “soluções tecnológicas”. Trabalha, ainda, com o horizonte da planificação do desenvolvimento, abordando cinco aspectos de sua viabilidade, são eles: a viabilidade social, a viabilidade econômica, a viabilidade ecológica, a viabilidade espacial e a viabilidade cultural.

No tocante a questão local, Sachs demonstra que o local se move pela cultura, muitas vezes na pobreza e enfrentamento de obstáculos de base política e institucional.

Qualquer que seja o contexto ambiental ou cultural em que vivam, mostrando que as populações locais são capazes de respeitar o meio ambiente, desde que

³ apud GUILHERME, Maria Lúcia. **Sustentabilidade sob a ótica Global e Local**: 1ª edição. São Paulo. 2007. 233 p.

⁴ apud GUILHERME, Maria Lúcia. **Sustentabilidade sob a ótica Global e Local**: 1ª edição. São Paulo. 2007. 233 p.

sejam eliminados os obstáculos que as impedem de adotar uma visão em longo prazo de conservação da base de seus recursos. Tais obstáculos são principalmente de ordem política e institucional. Estes são frequentemente ligados a regimes agrários desiguais, ausências de reformas tributárias adequadas, privatização de propriedades comunais, marginalização das populações das regiões florestais, ou exploração predatória dos recursos naturais que visam maximizar os lucros imediatos. É somente nas regiões de alta densidade populacional que as pressões impostas pelo meio ambiente e o nível de recursos constituem um limite absoluto. (SACHS, 1994: 54)

Aspectos econômicos, sociais e ambientais dimensionam o desenvolvimento em sua perspectiva de sustentabilidade, ressaltando a forte ligação entre a sustentabilidade econômica e ambiental, sendo esta última pré-requisito para a sustentabilidade social.

Goodland⁵ dimensiona a sustentabilidade em três graus – fraco, forte e muito forte, relacionados à capacidade de substituição que permeia os quatro tipos de capital, delimitados pelo sistema econômico: natural, humano, construído e social. A sustentabilidade ambiental fraca mantém o capital total intacto, isso implica que os vários tipos de capital são mais ou menos substituíveis, ao menos dentro dos limites dos níveis atuais da atividade econômica e da utilização de recursos. Dadas a atual liquidação e as graves ineficiências no uso dos recursos, sustentabilidade fraca poderia ser um grande avanço, ainda num primeiro nível, mas não se constitui em sustentabilidade ambiental, tornando-se, assim, condição necessária, mas não suficiente para tanto. A Sustentabilidade ambiental forte: requer a manutenção em separado dos quatro tipos de capital, assumindo que o capital natural não é perfeitamente substituível, antes é complementar de funções produtivas e, agora, limitadas; esta é uma proposta que vem sendo assumida por economistas ecológicos. A Sustentabilidade muito forte não pode haver depleção de recursos naturais. Recursos não renováveis não podem ser usados, assim como todos os recursos minerais. Os recursos minerais são utilizados, condicionados à reposição de estoques.

Essas dimensões foram acrescidas, à medida que o entendimento da sustentabilidade avançava para outros setores, estruturando os aparatos teóricos e político-institucionais da globalização, forjando novas alianças e novos atores sociais em ação e tornando-se, para alguns autores, o discurso paradigmático das mudanças sociais, dentro da visão da ultra modernidade, vinculada a novos padrões de participação política e valores pós-materialistas.

Sachs e Guimarães buscaram traduzir esse avanço, desenvolvendo análises de viabilidade e de dimensionamento do ecodesenvolvimento e da sustentabilidade, em critérios de política evidenciando e traduzindo esse avanço, ainda não desconstruindo a globalização, como o faria Yearley, mas organizando-a a partir de padrões de sustentabilidade específicos.

Sachs considera cinco aspectos de viabilidade, quais sejam, social, econômico, ecológico, espacial e cultural. Embora de natureza objetiva e direta, as formas de viabilidade construídas se referem às grandes questões mundiais ainda em seu arcabouço vigente, socioeconômico e institucional. A viabilidade social, tendo por objetivo “construir uma civilização caracterizada por uma maior justiça na repartição das riquezas e das rendas, tendo como objetivo a redução da distância no nível de vida entre providos e deserdados”, a viabilidade econômica, “tornada possível pela repartição e pela gestão mais eficiente dos recursos, e por um fluxo regular de investimentos públicos e privados”, a viabilidade ecológica, buscando melhorias que vão do aumento da capacidade de exploração dos ecossistemas à definição de regras para uma adequada proteção do meio ambiente, passando pela viabilidade espacial que objetiva um melhor equilíbrio entre cidade e campo, a viabilidade cultural, vista como cultura agrária e social, tem o mérito, entre outros, de indicar os

⁵ GUILHERME, Maria Lúcia. **Sustentabilidade sob a ótica Global e Local**: 1ª edição. São Paulo. 2007. 233 p.

pressupostos iniciais e a forma de análise mais factível, e que seria retomada, ampliada e reestruturada por Guimarães em seus estudos sobre sustentabilidade, modernidade, meio ambiente e ética, considerados partes de um novo paradigma. (apud GUILHERME, 2007: 37)

A insustentabilidade do atual estilo de desenvolvimento, baseado no crescimento, é uma das premissas básicas de análise, estabelecida por Guimarães em seus estudos, o perigo que representa para o meio ambiente a hegemonia dos mecanismos de mercado sobre as ações do Estado e de outras organizações da sociedade, o novo papel do Estado, forte na sua capacidade reguladora e de planejamento estratégico e o papel preponderante da ética e da política para o equacionamento da crise atual e elaboração de novas estratégias.

Alberto Einstein, ao referir-se ao início da guerra nuclear, dizia que “tudo mudou” e que “ precisamos uma maneira substancialmente distinta de pensar, para que a humanidade possa sobreviver”. É importante lembrar que a Rio-92 teve um papel preponderante no pensamento internacional para o terceiro milênio, evidenciando a crise ambiental como generalizada e global, com dimensões políticas, econômicas, institucionais, sociais e culturais. No aspecto ecológico, o empobrecimento do patrimônio natural do planeta e no âmbito ambiental o declínio na capacidade de recuperação dos ecossistemas. A inexistência da dicotomia entre meio ambiente e desenvolvimento, posto que o primeiro é resultado do segundo, o que prescinde a análise das distintas dimensões da sustentabilidade como necessidade de constituição de política pública.

Segundo Guimarães (1997:32-40), oito são as dimensões de sustentabilidade do desenvolvimento: planetária, ecológica, ambiental, demográfica, cultural, social, política e institucional

- 1.Sustentabilidade planetária: relaciona-se com os problemas que extrapolam as fronteiras do Estado-nação, no que tange a necessidade de reversão dos processos globais de degradação ecológica e ambiental;
- 2.Sustentabilidade ecológica: refere-se à base física do processo de crescimento e objetiva a conservação e o uso racional do estoque de recursos naturais, renováveis e não renováveis incorporados às atividades produtivas;
- 3.Sustentabilidade ambiental: esse item amplia a referência anterior, pois não trabalha os recursos separadamente em sua relação com as estruturas produtivas, mas integrando-os em ecossistemas e sua manutenção da capacidade de carga, ou seja, a capacidade da natureza para absorver e recuperar-se das agressões antrópicas. A outra diferença entre essas duas formas de sustentabilidade é que a ecológica trabalha com taxas de recomposição e de substituição, e a ambiental com as de regeneração e de recuperação;
- 4.Sustentabilidade Demográfica: problematiza as duas anteriores, ao incluir como critério de política pública os impactos da dinâmica demográfica tanto no aspecto de gestão da base de recursos naturais como de manutenção da capacidade de carga ou de recuperação dos ecossistemas;
- 5.Sustentabilidade cultural: prioriza a manutenção da diversidade em seu sentido mais amplo, relativo tanto as minorias sociais quanto aos aspectos de cultura agrícola;
- 6.Sustentabilidade social: em termos gerais, traduz-se como melhoria da qualidade de vida, com critérios básicos de justiça distributiva para bens e serviços, e de universalização de cobertura para as políticas globais de educação, saúde, habitação e seguridade social, especialmente em países periféricos;
- 7.Sustentabilidade política: a dimensão mais ordenadora, pois traduz as relações entre Estado e sociedade na busca efetiva de processos de democratização, base para a construção da cidadania e da incorporação plena dos indivíduos ao processo de desenvolvimento. Esses processos, exercidos pela construção de aliança entre diferentes grupos sociais, têm no Estado ainda um ator privilegiado par ordenar a luta de interesses, orientar o

processo de desenvolvimento e forjar um pacto social que ofereça alternativa de solução à crise de desenvolvimento;

8. Sustentabilidade institucional: projeta no desenho das instituições que regulam a sociedade e a economia suas dimensões sociais e políticas. Traduz por impostos de consumo ambiental, taxação de emissões, redefinição das várias formas de contabilidade e do aparato institucional, bem como dos sistemas de regulação nacional e internacional. (GUILHERME, 2007: 39)

Para Guimarães (1997), a sustentabilidade é um novo paradigma de desenvolvimento, e como novo paradigma considera o ser humano elemento central, o crescimento econômico um processo ecologicamente limitado, e os sistemas naturais, íntegros, para a continuidade da vida no planeta, as novas diretrizes e práticas políticas necessitam incorporar progressivamente estes aspectos, sob pena de, favorecendo outros tipos de opções, contribuir ou mesmo privilegiarem a cristalização da insustentabilidade, o que representaria um risco mundial, que perpassa os ambientais já existentes.

4.2. Conceitos e Concepções

O conceito de sustentabilidade, em sua forma mais simplificada, consiste em considerar que a atuação do ser humano sobre o meio ambiente deve ser direcionada para assegurar às gerações futuras as mesmas oportunidades que tivemos onde chegamos, e nessa concepção racional e lógica da “sustentabilidade ambiental, inseparável das questões da sustentabilidade econômica e social”, preconizada por Aloísio Ruscheinsky (2004:18), sendo esta a concepção de sustentabilidade que se procurou através desta pesquisa identificar nas ações implementadas pelos egressos da Escola Agrotécnica Federal, e que de forma efetiva contribui para a sustentabilidade sócio econômica do município de Colorado do Oeste – RO.

O conceito de sustentabilidade inclui, em sua hierarquia, a noção de preservação e conservação da base dos recursos naturais como condição essencial para a continuidade dos processos de reprodução socioeconômica e cultural da sociedade, em geral, e de produção agropecuária, em particular, numa perspectiva que considere tanto as atuais como as futuras gerações. (RUSCHEINSKY, 2004: 18)

Para Barbieri (2007:38), o conceito tradicional de sustentabilidade tem sua origem nas Ciências Biológicas e aplica-se aos recursos renováveis, principalmente os que podem se exaurir pela exploração descontrolada, como são os casos dos cardumes de peixes e das espécies vegetais das florestas naturais. A sustentabilidade para esse tipo de recursos apóia-se na idéia de que só é possível uma exploração permanente, se esta se restringe ao incremento do período, geralmente um ciclo anual, de modo que seja preservada a base inicial dos recursos.

A preocupação com os problemas ambientais decorrentes dos processos de crescimento e desenvolvimento deu-se lentamente e de modo diferenciado entre os diversos agentes, indivíduos, governos, organizações internacionais, entidades da sociedade civil etc. Pode-se pensar numa evolução que seguiu as seguintes etapas. A primeira etapa baseia-se na percepção de problemas ambientais localizados e atribuídos à ignorância, negligência, dolo ou indiferença das pessoas e dos agentes produtores e consumidores de bens e serviços. As ações para coibir estas práticas são de natureza reativa, corretiva e repressiva, tais como: proibições, multas e as atividades típicas de controle da poluição para combater os efeitos gerados pelos processos de produção e consumo.

Numa segunda etapa, a degradação ambiental é percebida como um problema generalizado, porém confinado aos limites territoriais dos estados nacionais. Gestão inadequada dos recursos, além das causas citadas acima, são apontadas como as causas básicas

dos problemas percebidos. Às práticas corretivas e repressivas acrescentam-se novos instrumentos de intervenção governamental voltados para a prevenção da poluição e a melhoria dos sistemas produtivos poluidores ou consumidores de insumos escassos por outros mais eficientes e limpos, o zoneamento ambiental para o licenciamento de empreendimentos com elevada capacidade de interferência no meio ambiente.

Na terceira etapa, a degradação ambiental é percebida como um problema que atinge a todos e que decorre do tipo de desenvolvimento praticado pelos países. As ações que se fazem necessárias, nesta nova fase começam questionando as políticas e as metas de desenvolvimentos praticados pelos estados nacionais, geralmente baseadas numa visão economicista; contestam as relações internacionais, principalmente no que concerne às relações entre os poucos países desenvolvidos e a maioria dos países não desenvolvidos; e incorporam novas dimensões ao entendimento de sustentabilidade, entendimento este que se afasta das propostas baseadas exclusivamente numa visão ecológica. Essa nova maneira de perceber as soluções para os problemas globais, que não se reduzem apenas à degradação do ambiente físico e biológico, mas que incorporam dimensões sociais, políticas e culturais, como a pobreza e a exclusão social, é o que vem sendo chamado de desenvolvimento sustentável.

Considerando que o conceito de desenvolvimento sustentável sugere um legado permanente de uma geração a outra, para que todas possam prover suas necessidades, a sustentabilidade, ou seja, a qualidade daquilo que é sustentável, passa a incorporar o significado de manutenção e conservação dos recursos naturais. Isso exige avanços científicos e tecnológicos que ampliem permanentemente a capacidade de utilizar, recuperar e conservar esses recursos, bem como, novos conceitos de necessidades humanas para aliviar as pressões da sociedade sobre eles.

Para Almeida (2007:203), o caminho da sustentabilidade aponta para o bom senso, ou seja, para melhorar as dimensões social e ambiental e, ao mesmo tempo, alavancar a dimensão econômica.

4.3. A Sustentabilidade e a Escassez de Alimentos no Mundo

A crise mundial de escassez de alimentos chama a atenção para a necessidade de implementação de políticas de produção que garantam a sustentabilidade alimentar da população mundial, haja vista, que vários países já enfrentam sérias crises pela falta de alimentos. É inadmissível que com o desenvolvimento de tecnologias eficazes para a produção, existam crianças sem alimentos para as suas principais refeições. Diante dessa situação, políticas públicas eficazes precisam ser implementadas de forma a assegurar a produção de alimentos, e ainda, garantir o acesso ao alimento às populações mais carentes.

Segundo especialistas em produção agropecuária e ambiente, essa crise tem pouquíssima relação com a capacidade do planeta para produzir alimentos. Há uma enorme margem de manobra para aumentar a produtividade em áreas que já servem para plantar e criar animais. E abrir novas fronteiras agrícolas não vai necessariamente aliviar a situação, já que, nas últimas décadas, a produção cresceu sem que houvesse um aumento correspondente na área plantada ou usada para pecuária.

Para Luis Fernando Laranja da Fonseca, coordenador do Programa de Agricultura e Meio Ambiente da ONG Fundo Mundial para a Natureza (WWF-Brasil), a área agrícola disponível, hoje, no planeta, sem abrir nenhum hectare novo de lavoura ou pasto, dá e sobra para alimentar a população mundial e ainda sobra um bocado de área para produzir biocombustíveis”.

É importante salientar que quando houver ascensão social e crescimento econômico em países emergentes, como a China, por exemplo, a população buscará se alimentar mais de

carnes, ovos e laticínios. Neste contexto, é complicado e até difícil prever a capacidade de produção de alimentos da agropecuária moderna para alimentar a população mundial, práticas que, com o cultivo de diferentes culturas e a criação de rebanhos diversos, podem se tornar mecanismos eficazes de produção e de garantia à população do acesso ao alimento.

No Brasil, a maior parte das terras aráveis, cerca de 200 milhões de hectares são destinados à produção da pecuária, sendo que, a área destinada à agricultura equivale a um quarto da área destinada à pecuária. Essa situação nos faz acreditar que alterações nesse balanço ou a intensificação da pecuária, quase sempre extensiva, poderiam aumentar de forma significativa a produtividade nacional.

Isso leva a perceber que áreas ainda por ocupar teriam um potencial agrícola baixo. Outro fator importante a ressaltar são as condições de fertilidades do solo de áreas que sofreram processos de desmatamento e culminou com a perda das propriedades químicas e físicas do solo impossibilitando a produção de alimentos naquelas áreas. Exemplo: áreas da mata atlântica que foram desmatadas têm um solo tão ruim que nunca será possível plantar algo valioso nelas e, com isso, tornaram-se terras de valor comercial baixo.

É fundamental que as áreas não utilizadas para a produção de alimentos no Brasil sejam preservadas, do ponto de vista ambiental, considerando que a produtividade agrícola depende da preservação de áreas naturais, que são capazes de promover a renovação dos recursos hídricos, manutenção e conservação do solo, entre outros fatores. É importante entendermos também, que se transformássemos todas as terras do planeta em fazendas, teríamos um colapso produtivo por não contarmos com recursos naturais importantes ao equilíbrio dos ambientes naturais.

Segundo Reinhold Stephanes, ministro da Agricultura, “As mudanças climáticas já causam efeitos sobre a produção de alimentos em alguns países e já estão sendo percebidas no Sul do Brasil”, em seminário ocorrido na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, no dia 15/08/2008. Disse ainda: “o país já conta com 220 projetos em andamento para adaptar a produção agrícola às mudanças do clima.”

Para o ministro da agricultura do governo brasileiro, o mundo continuará numa escalada crescente de demanda por alimentos e, em 20 anos, será necessária uma produção 50% superior à de hoje. Segundo ele, o Brasil poderá ter vantagens em relação aos demais grandes produtores de alimentos, como Estados Unidos e União Européia. "Somos auto-suficientes em quase todos os produtos e temos condições de competir também em energia limpa".

Conforme estudo realizado pela EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e pela UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas, o Brasil poderá ter prejuízos de até R\$ 7,4 bilhões no seu PIB - Produto Interno Bruto agrícola em 2020 e ter sua geografia de produção desfigurada se não tomar alguma atitude contra esses efeitos climáticos.

Para Kofi Annan, ex-secretário-geral da ONU, a população mundial atual totaliza 6,5 bilhões de pessoas e pode chegar a nove bilhões em 2050. De acordo com relatório da ONU, alerta para o fato de que existe uma grande diversidade nas tendências demográficas de cada país e haverá o maior aumento de população nas próximas décadas em países da África e da Ásia, liderados pela Índia, China, Paquistão e Nigéria, seguidos dos Estados Unidos.

Os dados do relatório apontam ainda para a diminuição da população em alguns países desenvolvidos, em função da baixa taxa de natalidade, devendo ser mais acentuada na Rússia, Ucrânia, Japão e Itália e em menor grau na Polônia, Romênia, África do Sul e Espanha. E ainda que, em 2050, o número de pessoas com 50 anos some dois bilhões de habitantes em todo mundo, em comparação com os 600 milhões no início do século XXI. Com isso, a idade média da população mundial, hoje de 26 anos, subirá para 37 anos, em 2050. Outro dado importante da pesquisa é que metade da população do mundo viverá em zonas urbanas e que a

maioria das pessoas residirá em cidades com menos de 500 mil habitantes. Isto significará que, em 2050, a população das zonas urbanas será de cinco bilhões de pessoas, em comparação com os atuais 3,2 bilhões. Os maiores conglomerados urbanos serão Tokyo, Cidade do México, Nova York, Bombaim, São Paulo e Nova Délhi.

Esse contexto nos remete a uma reflexão sobre o papel da Instituição, cuja missão é preparar profissionais para atuarem no setor primário da economia, profissionais estes que tem uma grande responsabilidade no processo de produção de alimentos.

4.3.1. Sustentabilidade da produção de alimentos e crescimento econômico de Países emergentes: Brasil, Rússia, Índia e China

No contraponto da crise mundial de alimentos, refere-se aqui a capacidade dos chamados países que compõem o BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), que é um acrônimo criado em novembro de 2001 pelo economista Jim O'Neill, do grupo Goldman Sachs, criou o termo para designar os 4 (quatro) principais países emergentes do mundo, a saber: Brasil, Rússia, Índia e China no relatório "Building Better Global Economic Brics". Usando as últimas projeções demográficas e modelos de acumulação de capital e crescimento de produtividade, o grupo Goldman Sachs mapeou as economias dos países BRICs até 2050. Especula-se que esses países poderão se tornar a maior força na economia mundial.

Dada a sua capacidade de crescimento econômico, os países que compõem o BRIC, se constituem possíveis potências futuras produtoras de alimentos para atender à demanda populacional crescente com estimativa populacional para 2010 de 6.825.750.456 (seis bilhões, oitocentos e vinte e cinco milhões, setecentos e cinquenta mil e quatrocentos e cinquenta e seis) habitantes. A criação desse grupo ocorreu em virtude da necessidade de englobar e fazer um estudo sobre estes países, tendo em vista que até 2050, suas economias juntas superarão as economias dos seis países mais ricos do mundo atualmente (Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França e Itália). Ressalta-se que são projeções feitas por especialistas a estes países que, para tanto, terão desafios a vencer para alcançar essas projeções. Mesmos que esses países não alcancem as projeções referidas, por políticas econômicas fracassadas ou outros fatores, os especialistas prevêm que suas economias poderão alterar toda a conjuntura mundial.

Quando se fala do BRIC, é importante salientar que não se trata de um bloco econômico, político ou militar, como ocorre com o Mercosul, União Européia e OTAN, respectivamente. Pode-se classificar o BRIC como uma associação comercial de cooperação mútua, elaborada desde 2002 para alavancar o crescimento das economias emergentes. Os países do BRIC representam uma força global poderosíssima: mais de 40% da população mundial e um PIB de mais de 85 trilhões de dólares. As funções dentro do BRIC naturalmente ficariam definidas: o Brasil serviria como fornecedor de alimentos; a Rússia, de petróleo e gás natural; a Índia, de mão-de-obra e a China, de tecnologia. Se, de fato, formassem um bloco econômico, seriam as maiores potências do mundo segundo projeções, se tornando um bloco de onipotência mundial.

Portanto, nesta conjuntura identifica-se a importância da realização de pesquisas por pesquisadores brasileiros, como um instrumento essencial na implementação de políticas eficazes para a sustentabilidade da produção de alimentos no país. E, nesse sentido, identifica-se como valiosa e imprescindível à participação de egressos na execução de atividades inerentes a produção de alimentos no município de Colorado do Oeste - RO, de forma a assegurar às comunidades o acesso ao alimento como condição de garantia da sobrevivência e das transformações de sua realidade sócio-econômica-cultural.

5. CAPÍTULO IV – DA METODOLOGIA

5.1. Metodologia usada na Realização da Pesquisa

Antes da discussão sobre a metodologia que foi utilizada considera-se relevante para uma melhor compreensão trabalhar inicialmente algumas definições e finalidades da Pesquisa. Salienta-se que estudiosos e pesquisadores ainda não chegaram a um consenso, haja vista, a existência de inúmeros conceitos para Pesquisa. De acordo com o *Dicionário Brasileiro Globo*, a pesquisa é ato de pesquisar; indagação; inquirição; busca; exame de laboratório. E define como pesquisar: informar-se a cerca de; procurar com diligência; inquirir; indagar; investigar; esquadrihar: pesquisar a vida de outrem; intr. Segundo Lakatos e Marconi (2006:15), a pesquisa é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais. Ressalta-se ainda, a finalidade da pesquisa, que para Selltiz Et Alii (1965:5) “é descobrir respostas para questões, mediante a aplicação de métodos científicos”. São duas as finalidades da pesquisa, para Bunge (1972:9): “acumulação e compreensão” dos fatos levantados. Esse levantamento de dados se faz por meio de hipóteses precisas, formuladas e aplicadas sob a forma de respostas às questões (problema de pesquisa). A pesquisa sempre parte de um tipo de problema, de uma interrogação. Dessa maneira, ela vai responder às necessidades de conhecimento de certo problema ou fenômeno. Várias hipóteses são levantadas e a pesquisa pode invalidá-la ou confirmá-la. (LAKATOS; MARCONI. 2006: 16)

Para Chizzotti (2006: 81):

O problema, na pesquisa qualitativa, não é uma definição apriorística, fruto de um distanciamento que o pesquisador se impõe para extrair as leis constantes que explicam e cuja frequência e regularidade pode-se comprovar pela observação direta e pela verificação experimental”, e ainda, “que um problema de pesquisa não pode desse modo, ficar reduzido a uma hipótese previamente aventada, ou a algumas variáveis que serão avaliadas por um modelo teórico preconcebido. O problema decorre, antes de tudo, de um processo indutivo que se vai definindo e se delimitando na exploração dos contextos ecológico e social, onde se realiza a pesquisa; da observação reiterada e participante do objeto pesquisado, e dos contatos duradouros com informantes que conhecem esse objeto e emitem juízos sobre ele.

Na pesquisa qualitativa todos os fenômenos são igualmente importantes e preciosos: a constância das manifestações e sua ocasionalidade, a frequência e a interrupção, a fala e o silêncio. É necessário encontrar o significado manifesto e o que permanece oculto. Todos os sujeitos são igualmente dignos de estudo, todos são iguais, mas permanecem únicos, e todos os seus pontos de vista são relevantes: do culto e do iletrado, do delinquente e do seu juízo, dos que falam e dos que se calam, dos normais e dos anormais. Procura-se compreender a experiência que eles têm as representações que formam e os conceitos que elaboram. Esses conceitos manifestos, as experiências relatadas ocupam o centro de referência das análises e interpretações, na pesquisa qualitativa.

A pesquisa é importante no campo das ciências sociais, principalmente quando encontra soluções para problemas coletivos.

Neste contexto, propôs-se, com esta pesquisa identificar a atuação dos egressos colocados no mundo do trabalho pela Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste – RO, no período de 1997 a 2007, identificando as atividades profissionais implementadas, bem

como, as contribuições desses profissionais para a sustentabilidade sócio econômica do município de Colorado do Oeste - RO. Para tanto, algumas ações foram imprescindíveis para o êxito dessa pesquisa, das quais: mapear a população de técnicos colocados no mundo do trabalho pela Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste - RO no município de Colorado do Oeste - RO, no referido período; identificar as atividades profissionais que estão sendo desenvolvidas pelos técnicos egressos no município de Colorado do Oeste - RO; pontuar as ações promotoras de sustentabilidade sócio-econômica ocorrida no município de Colorado do Oeste - RO, fomentadas a partir da atuação desses profissionais; e elaborar o perfil profissional dos técnicos, e das empresas e/ou negócios que desenvolvem suas atividades.

5.2. Etapas Realizadas no Desenvolvimento da Pesquisa

Para a realização desta pesquisa, os procedimentos foram compostos das seguintes etapas:

1. Técnicas de Pesquisa:

1.1 A primeira etapa do levantamento de dados consistiu no levantamento de informações a partir de documentos oficiais constantes nos registros escolares da Secretaria da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste – RO;

1.2 Realizou-se visitas a empresas públicas e privadas, autarquias e unidades de assistência ao produtor rural com a finalidade específica de localização dos egressos;

2. Pesquisa Bibliográfica:

2.1 Consultas diversas referências bibliográficas, inerentes a pesquisa realizada, como forma de fundamentar as informações teóricas constantes na aludida pesquisa;

3. Pesquisa de Campo:

3.1 Esta pesquisa foi realizada através de entrevistas com a aplicação de questionários semi-estruturados para os egressos da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste – RO;

Questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. (LAKATOS, 2006: 98)

4. Delimitação do Universo de Pesquisa:

4.1 O município de Colorado do Oeste – RO foi delimitado como o espaço geográfico para a realização dessa pesquisa, definindo como público a ser pesquisado os egressos concluintes no período de 1997 a 2007.

A escolha do método e das técnicas de pesquisa é determinada pelo objeto de estudo, a concepção de pesquisa utilizada neste trabalho é a pesquisa exploratória, que para Malhotra (2001) é a concepção indicada para explorar um problema ou uma situação para prover critérios de compreensão.

Na análise de dados foram utilizados: a) dados secundários, através da pesquisa bibliográfica e documental, de dados internos gerados pela Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste - RO, através dos registros escolares disponíveis na Secretaria da Instituição. Para Mattar (1993) os dados secundários são uma excelente base de informações, seja para amadurecer ou aprofundar um problema de pesquisa. Cooper e Schindler (2003) e Malhota (2001) confirmam que os dados secundários são de acesso fácil, relativamente pouco dispendioso, de obtenção rápida e ajudam a identificar e definir melhor o problema.

b) E, por fim, a pesquisa de campo, segundo Lakatos; Marconi (2006), tem por objetivo conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta e /ou comprovação, ou ainda, descobrir novos fenômenos. A grande vantagem apontada por Mattar (1993) é o estudo desses fenômenos durante sua ocorrência natural.

Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos a cerca de um problema para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. (LAKATOS, 2006: 83)

5.3. Pesquisa Qualitativa: Fundamentos e Concepções

Neste caso específico, os dados primários que são de natureza qualitativa, permitiram diagnosticar impactos sócio econômicos da Educação Profissional, através de sua oferta e no exercício de atividades educacionais implementadas pela instituição e que são relevantes para o desenvolvimento sócio econômico do município de Colorado do Oeste - RO, permitindo, ainda, fazer uma avaliação do papel da escola na formação de técnicos qualificados a implementar ações promotoras da melhoria da qualidade de vidas das pessoas.

Na realização da Pesquisa, empregou-se o método de Pesquisa Qualitativa através da realização de entrevistas, com aplicação de questionário semi-estruturado. Tivemos a preocupação na aplicação dessa metodologia, pois entendemos que havia necessidade de definir critérios pelos quais foram selecionados os egressos, objetos dessa investigação, pois a qualidade das informações foram preponderantes na construção da análise e compreensão mais ampla do objeto de pesquisa definido nesta pesquisa. É importante salientar que a descrição e delimitação da população de egressos a serem entrevistados proposta neste trabalho foi outro fator essencial na aplicação do método qualitativo da pesquisa aqui definida.

Dentre as vantagens e desvantagens do questionário como técnico de coleta de dados, Lakatos (2006:98), destaca as seguintes: Como vantagens: economiza tempo, viagens e obtém grande número de dados; atinge maior número de pessoas simultaneamente; abrange uma área geográfica maior; economiza pessoal, tanto em adestramento quanto em trabalho de campo e obtém respostas mais rápida e mais precisa. E como desvantagens: percentagem pequena dos questionários que voltam; grande número de perguntas sem respostas; impossibilidade de ajudar o informante em questões mal compreendidas; a devolução tardia prejudica o calendário ou sua utilização; o desconhecimento das circunstâncias em que foram preenchidos torna difícil o controle e a verificação.

A investigação qualitativa trabalha com valores, crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões e adequa-se a aprofundar a complexidade de fatos e processos particulares e específicos a indivíduos e grupos. A abordagem qualitativa é empregada, portanto, para a compreensão de fenômenos caracterizados por um alto grau de complexidade interna, não sendo projetada para coletar resultados quantificáveis, embora seja seguida de um estudo quantitativo.

Entre suas características encontram-se as mencionadas por Chizzotti (1991), quais seja a imersão do pesquisador nas circunstâncias e contexto da pesquisa, a saber, o mergulho nos sentidos e emoções; o reconhecimento dos atores sociais como sujeitos que produzem conhecimentos e práticas; os resultados como fruto de um trabalho coletivo resultante da dinâmica entre pesquisador e pesquisado; a aceitação de todos os fenômenos como igualmente importantes e preciosos: a constância e a ocasionalidade, a frequência e a interrupção, a fala e o silêncio, as revelações e os ocultamentos, a continuidade e a ruptura, o significado manifesto e o que permanece oculto.

A pesquisa qualitativa busca respostas para perguntas que destacam o modo como a experiência social é criada e como lhe é atribuído significado. Em contraste, os estudos quantitativos enfatizam a mensuração e a análise de relações causais entre variáveis, não os processos.

A pesquisa qualitativa não visa causas, leis e previsão, mas compreensão do comportamento e da experiência humana, buscando identificar questões e entender porque

elas são importantes. Por essa razão é fundamental trabalhar com uma amostra heterogênea de pessoas. Revela, ainda, áreas de consenso tanto positivo quanto negativo, nos padrões de respostas. E determina quais idéias geram uma forte reação emocional. E ainda dada a sua utilidade em situações que envolvem o desenvolvimento e aperfeiçoamento de novas idéias.

A principal característica das pesquisas qualitativas é o fato de que estas seguem a tradição “compreensiva” ou interpretativa. Isto significa que essas pesquisas partem do pressuposto de que as pessoas agem em função de suas crenças, percepções, sentimentos e valores e que seu comportamento tem sempre um sentido, um significado que não se dá a conhecer de modo imediato, precisando ser desvelado. Dessa posição decorrem três características essenciais aos estudos qualitativos: visão holística, abordagem indutiva e investigação naturalística. A visão holística parte do princípio de que a compreensão do significado de um comportamento ou evento só é possível em função da compreensão das inter-relações que emergem de um dado contexto. A abordagem indutiva pode ser definida como aquela em que o pesquisador parte de observações mais livres, deixando que dimensões e categorias de interesse emergam progressivamente durante os processos de coleta e análise de dados. E a investigação naturalística é aquela em que a intervenção do pesquisador no contexto observado é reduzida ao mínimo”. (MAZOTTI E GEWANDSZNAJDER, 1999: 131)

Podemos observar, no entanto, que, conforme define Mazotti (1999: 132), o pesquisador é o principal elemento da investigação e para tanto é primordial o contato direto e prolongado com o campo, como forma de entender e captar os comportamentos observados. Delas decorre a natureza predominante dos dados qualitativos: “descrições detalhadas de situações, eventos, pessoas, interações, comportamentos observados; citações literais do que as pessoas falam sobre suas experiências, atitudes, crenças e pensamentos; trechos ou íntegra de documentos, correspondências, atas ou relatórios de casos” (PATTON, 1986: 22).

6. CAPÍTULO V – DA PESQUISA, DOS DADOS E DAS ANÁLISES.

6.1. O Egresso no Contexto da Pesquisa

O conhecimento teórico da pesquisa qualitativa permitiu-nos usar este tipo de pesquisa para identificar o papel do egresso da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste – RO para a sustentabilidade sócio-econômica do município de Colorado do Oeste – RO. Com o intuito de buscar respostas a essa questão, realizou-se no período de julho e agosto de 2008, uma pesquisa com a aplicação de questionário semi-estruturado aos egressos do município de Colorado do Oeste - RO. Foram pesquisados 45 egressos no total, dos quais 37 egressos devolveram seus questionários respondidos, totalizando 82,22% do total de questionários aplicados.

Da Pesquisa:

Tabela 1 - Da idade dos Egressos

EGRESSOS	IDADE	PERCENTUAL
02	20	5,40%
02	21	5,40%
01	22	2,70%
04	23	10,81%
03	24	8,10%
06	25	16,21%
06	26	16,21%
04	27	10,81%
02	28	5,40%
02	29	5,40%
03	30	8,10%
02	32	5,40%



Gráfico 1 - 10 egressos trabalham como técnicos em agropecuária ou técnicos agrícolas em empresas públicas

Dos 37 egressos entrevistados, identificou-se que a faixa etária variou de 21 a 32 anos, sendo que, a porcentagem mais significativa do nível de idade foi a de 32,43% que corresponde aos egressos com idades entre 25 e 26 anos.

Tabela 2 – Do sexo dos Egressos

EGRESSOS	SEXO	PERCENTUAL
21	Masculino	57,76%
16	Feminino	43,24%

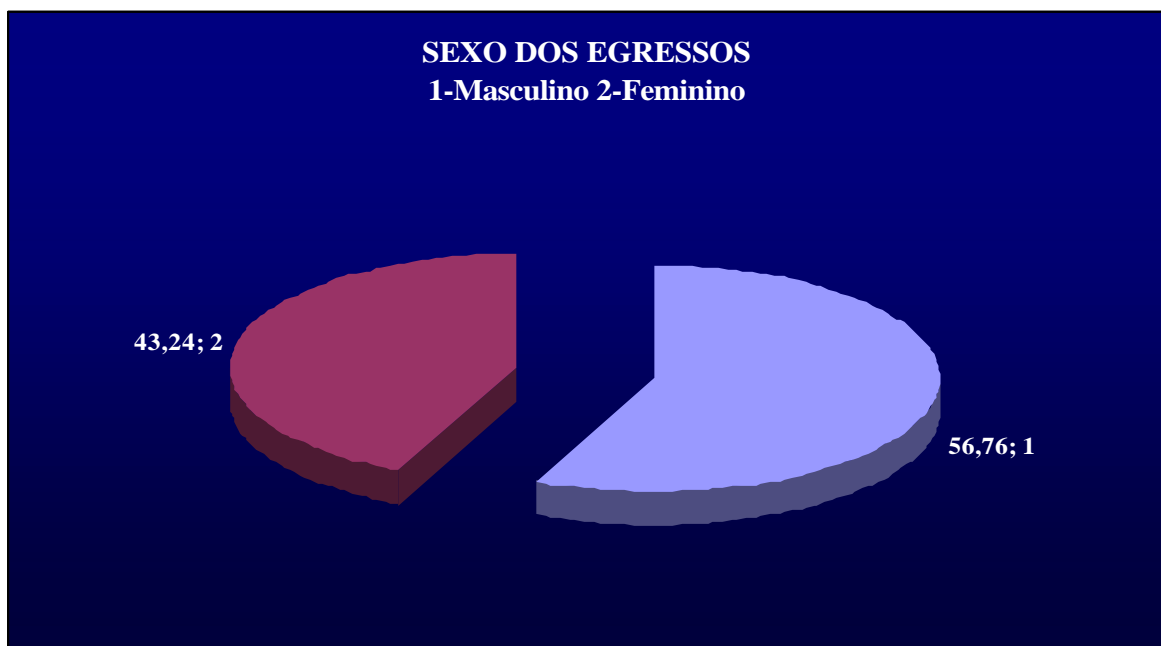


Gráfico 2 - 01 egresso trabalha como técnico em agropecuária ou técnico agrícola em empresa privada;

Fonte: Setor de Registros Escolares da EAFCO.

Os dados revelam que a maioria dos egressos pesquisados é do sexo masculino, isso mostra, que mesmo depois de decorridos 38 anos da implantação do sistema escola fazenda, ainda existe a predominância de homens em relação às mulheres no ensino agrícola.

Tabela 3 - Do Estado Civil dos Egressos

EGRESSOS	ESTADO CIVIL	PERCENTUAL
26	Solteiros	70,27%
11	Casados	29,73%



Gráfico 3 - 09 egressos trabalham em empresas privadas, não como técnicos em agropecuária ou técnico agrícola.

Fonte: Pesquisa realizada com os Egressos da EAFCO

Tabela 4 – Ano de Ingresso do Egresso na Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste - RO:

EGRESSOS	ANO DE INGRESSO	PERCENTUAL
04	1995	1,81%
04	1996	1,81%
06	1997	16,21%
06	1998	16,21%
03	1999	8,10%
04	2000	10,81%
03	2001	8,10%
03	2002	8,10%
01	2003	2,70%
02	2004	5,40%
01	2005	2,70%

Tabela 5 – Ano de conclusão do Curso na EAF de Colorado do Oeste - RO:

EGRESSOS	ANO DE INGRESSO	PERCENTUAL
03	1997	8,10%
05	1998	13,51%
06	1999	16,21%
09	2000	24,32%
02	2001	5,40%
03	2002	8,10%
03	2003	8,10%
01	2004	2,85%
02	2005	5,40%
01	2006	2,70%
02	2007	5,40%

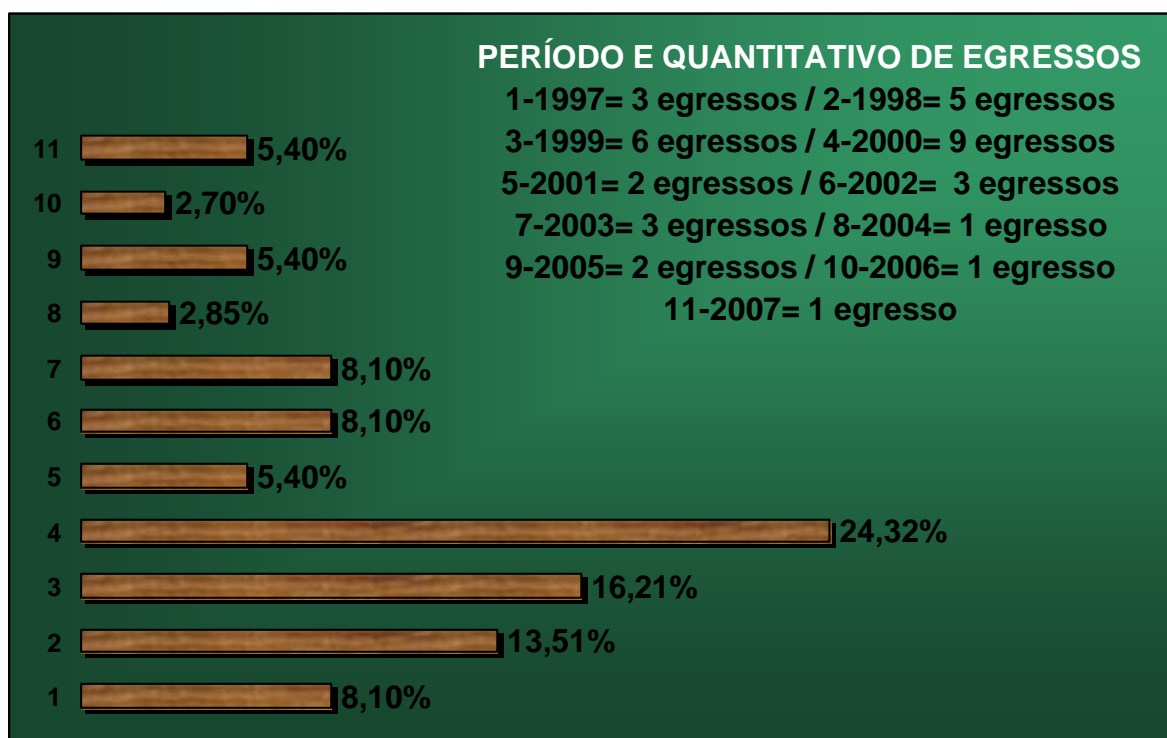


Gráfico 4 - 06 egressos trabalham em empresas públicas, não como técnicos em agropecuária ou técnico agrícola

Dos 37 egressos entrevistados, ficou evidenciado que, desses, a maioria foi egresso do ano 2000, ou seja, 24,32% dos entrevistados.

Tabela 6 – Curso que concluiu na EAF de Colorado do Oeste - RO:

EGRESSOS	CURSO CONCLUÍDO	PERCENTUAL
20	Técnico em Agropecuária	54,05%
06	Técnico Agrícola com Habilitação em Agropecuária	16,21%
08	Técnico Agrícola com Habilitação em Zootecnia	21,62%
03	Técnico Agrícola com Habilitação em Agroindústria	8,10%



Gráfico 5 - 05 egressos não trabalham
Fonte: Setor de Registros Escolares da EA FCO.

Dos 37 egressos entrevistados, foi possível identificar, considerando o período de 1997 a 2007 para a conclusão do curso, que a maioria dos egressos pesquisados são oriundos da estrutura curricular anterior à reforma da Educação Profissional preconizada pelo Decreto 2.208/97.

VII – Expectativas atendidas pelo curso:

Dos 37 egressos entrevistados, foi possível identificar a seguinte evidência: 37 egressos afirmaram que o curso realizado atendeu a sua expectativa (100%). A expectativa referida é aquela, segundo os entrevistados, voltada para a sua formação profissional. A qualidade do ensino oferecido pela Instituição é o principal elemento considerado para o atendimento da expectativa referida. Infra-estrutura física e de material são fatores essenciais para a consolidação dessa expectativa, como elementos necessários ao trabalho de qualidade desenvolvido pela instituição.

Tabela 7 – Contribuição do curso para a vida profissional:

CONTRIBUIÇÃO DO CURSO PARA A VIDA PROFISSIONAL DO EGRESSO	EVIDÊNCIAS
Para aprimorar os conhecimentos	23
Para melhorar a situação pessoal	9
Para melhorar o desempenho profissional	10
Para aumentar a sua renda	2
Para mudar para um emprego melhor	2
Para atualizar-se profissionalmente	3
Para procurar outras áreas	3

IX – Do trabalho:

Dos 37 egressos entrevistados, foi possível identificar, dentre as diversas manifestações, as seguintes evidências: 10 egressos trabalham como técnicos em agropecuárias ou técnicos agrícolas em empresa pública (27,02%); 01 egresso trabalha como técnico em agropecuária ou técnico agrícola em empresas privadas (2,70%); 09 egressos trabalham em empresa privada, não como técnicos em agropecuária ou técnico agrícola (24,32%); 06 egressos trabalham em empresas públicas, não como técnicos em agropecuária ou técnicos agrícolas (16,21%); 05 egressos não trabalham (13,51%); 06 egressos atuam em outras áreas ou são autônomos (16,21%).

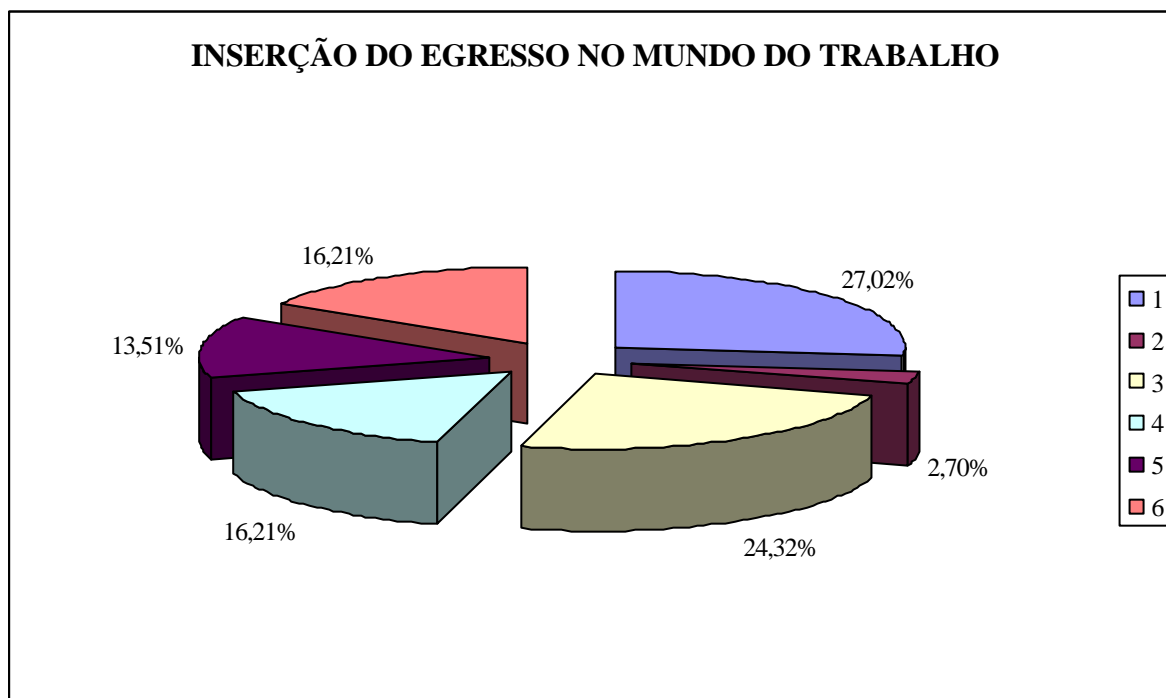


Gráfico 6 – 06 Egressos trabalham em outras áreas ou são autônomos.

A pesquisa revela que do total de entrevistados apenas 29,72% trabalham como técnico, ou seja, desenvolvem atividades profissionais para as quais foram preparados, o que evidencia que a maioria dos egressos pesquisados está desenvolvendo atividade não ligada as suas atividades profissionais. Os dados mostram que poderá a Escola fazer uma avaliação de forma a identificar as principais causas que contribuem para essa situação e, ainda, se for o caso, adotar mecanismos administrativos e/ou educacionais que efetivamente e de forma eficaz possam contribuir para a melhoria da política de oferta da educação profissional oferecida pela escola.

Tabela 8 – Da faixa salarial:

EGRESSOS	RENDA MENSAL	PERCENTUAL
04	menos de um salário mínimo	10,81%
06	de um a dois salários mínimos	17,14%
12	de dois a três salários mínimos	32,43%
05	de três a quatro salários mínimos	13,51%
09	superior a quatro salários mínimos	24,32%
01	Não tem renda mensal	2,70%

Tabela 9 – Do conceito de Sustentabilidade:

EGRESSOS	DO CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE	PERCENTUAL
33	Demonstrou conhecimento sobre a sustentabilidade	89,18%
04	Demonstrou não ter conhecimento sobre o tema	10,82%

Tabela 10 – Da atuação profissional do Egresso:

EGRESSOS	DESEMPENHO DAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS	PERCENTUAL
22	afirmaram implementarem ações para a sustentabilidade sócio econômica	59,45%
03	afirmaram não implementarem ações para a sustentabilidade sócio econômica	8,10%
05	não responderam ao questionamento realizado	13,51%
07	responderam de forma inadequada ou sem sentido	18,91%

Dentre os dados revelados pela pesquisa, destacam-se as concepções dos Egressos, quanto às ações implementadas para a sustentabilidade sócio-econômica do município de Colorado do Oeste – RO:

‘1’ realização de cursos profissionalizantes e cursos técnicos à comunidade;

‘2’ ações para melhorar as técnicas de produção vegetal e animal, de forma a promover o aumento do lucro com economia para o produtor rural;

‘3’ difusão de conhecimentos e tecnologias aos produtores objetivando o aumento da produtividade de maneira racional e causando menos impacto ambiental;

‘4’ difusão de conhecimentos e tecnologias aos produtores objetivando o aumento da produtividade de maneira racional e causando menos impacto ambiental;

‘5’ promover a comercialização dos produtos pecuários, diretamente entre o pequeno pecuarista e o frigorífico, de forma a evitar o intermediário, e com isso, ter melhor preço e melhores condições para o produtor garantir a sustentabilidade do seu rebanho e da sua propriedade;

‘6’ atuar junto ao ministério público na fiscalização e reflorestamento das matas ciliares dos córregos do município;

‘7’ comerciante do ramo de sorveterias e tem contribuído na geração de emprego e renda do município, além de desenvolver ações ecologicamente corretas, como a destino correto do lixo produzido e uso de materiais em inox para diminuir a produção de lixo pela empresa;

‘8’ cursos de qualificação técnica da mão de obra-rural para o gerenciamento de propriedades rurais, com o objetivo de aumentar a produtividade sem ampliação da área com utilização de técnicas adequadas, sem provocar danos ao ambiente, com melhoria da qualidade de vida do

produtor e de sua família e, com isso, gerar divisas para o município que investirá em estradas, cultura, lazer, etc.;

‘9’ incentivo à proteção e recuperação das Áreas de Preservação Permanentes – APPs, matas ciliares e a utilização de práticas agrícolas para a conservação e recuperação do solo (plântio direto, curva de nível do solo, etc);

‘10’ difusão de conhecimentos técnicos, através de palestras, cursos, mutirões e métodos realizados nos assentamentos rurais, de forma a contribuir com o aumento de renda e bem estar dos assentados;

‘11’ atividades tributárias municipal e sua aplicação para o desenvolvimento de melhorias para o município;

‘12’ controle de pragas e doenças, nos animais e vegetais, de forma a produzir produtos de origem animal e vegetal, com melhor aceitação no mercado local, estadual, nacional e internacional, gerando renda e qualidade de vida para a população;

‘13’ projeto de revitalização do rio sete voltas que abastece a cidade, de forma a assegurar a comunidade a água necessária às atividades básicas do ser humano;

‘14’ produção sustentável na agricultura familiar, onde o conceito de sustentabilidade tem que ser implementado, com a utilização do recursos naturais de forma racional, o trabalho com produtos orgânicos, a redução do uso de pesticidas e herbicidas e por fim o uso do manejo racional do ecossistema;

‘15’ projeto de expansão da Cooperativa de Crédito Rural de Colorado do Oeste, com o propósito de fomentar e apoiar o setor de indústria e comércio do município assegurando a comercialização e industrialização dos produtos de origem animal e vegetal e assim gerando melhoria da qualidade de vida das pessoas;

‘16’ incentivo à recuperação, manutenção e isolamento das matas ciliares das Áreas de Preservação Permanentes – APPs;

‘17’ orientações técnicas a produtores rurais para a utilização correta de insumos agropecuários assegurando uma produção de produtos com qualidade e isento de produtos químicos, e com isso garantindo a comunidade o consumo de um produto com qualidade;

‘18’ ações de defesa sanitária animal e vegetal, objetivando a saúde da produção como forma de geração de renda e desenvolvimento;

‘19’ educação sanitária através de palestras e visitas técnicas, levando ao produtor rural informações que o ajude a compreender e entender a legislação e as doenças que podem ocorrer em seu plantel, como forma de assegurar a sustentabilidade da sua empresa.

Tabela 11 – Da empresa ou negócio:

EGRESSOS	DA EMPRESA OU NEGÓCIO	PERCENTUAL
22	que a empresa ou negócio que ele trabalha desenvolve atividades promotoras da sustentabilidade sócio econômica	59,46%
15	que a empresa ou negócio que ele trabalha não desenvolve atividades promotoras da sustentabilidade sócio econômica	40,54%

Dentre os dados revelados pela pesquisa, destacam-se a seguir as concepções dos egressos quanto às ações implementadas pela empresa ou negócio para a sustentabilidade sócio econômica do município de Colorado do Oeste – RO:

‘1’ com o controle e fiscalização do reflorestamento de áreas desmatadas, através da aplicação da lei ambiental, a qual exige que 50% da propriedade sejam reflorestadas;

- '2' a concessão de crédito rural aos produtores rurais e como condição a exigência legal que o produtor implante uma reserva florestal na propriedade;
- '3' com a fiscalização em laticínios, frigoríficos e comércio de produtos agropecuários;
- '4' orientação técnica ao produtor rural, como condição para melhoria da produtividade rural e sustentabilidade econômica da empresa rural;
- '5' oferecendo cursos de qualificação na área ambiental e produção agrícola;
- '7' palestras voltadas para o meio ambiente cujo objetivo é sensibilizar e conscientizar as pessoas da importância da utilização dos recursos naturais de forma racional e assegurando às gerações futuras o acesso a esses recursos;
- '8' ações de sanidade animal através da fiscalização, controle e extensão rural; e ações de sanidade vegetal através de programas educativos, difusão de informações sobre o controle, medidas preventivas e eliminação de focos de pragas e doenças;
- '9' gerando emprego e renda através da oferta de emprego e pela política de redução de materiais descartáveis;
- '10' oferta de cursos de educação ambiental; alfabetização de produtores rurais, capacitação técnica da mão de obra rural (cursos, palestras, dia de campo, reuniões, unidades demonstrativas) e pela integração do jovem ao meio rural;
- '11' Incentivo à produção, conservação e recuperação das Áreas de Proteção Permanentes APPs e do solo; ações de incentivo à diversificação das atividades agropecuárias; incentivo para o aprimoramento e fortalecimento do setor agropecuário do município;
- '12' produção de mudas no viveiro municipal e na promoção social no trabalho com crianças carentes;
- '13' controle e erradicação da febre aftosa e controle e monitoramento da raiva no rebanho bovino do município de Colorado do Oeste - RO;
- '14' com geração de emprego e renda para mais de 100 famílias;
- '15' desenvolvendo ações para a melhoria da qualidade de vida para o homem do campo, através de programas de melhoria da bovinocultura leiteira, como forma de dar sustentabilidade a esta atividade e gerando renda e contribuindo para a permanência do produtor rural no campo;
- '16' curso de educação sanitária, objetivando o ensino de como cuidar bem dos animais, de forma a ter um valor comercial melhor, como também evitando doenças ao rebanho;
- '17' concessão de Crédito Rural à pequena e micro-empresa e ainda, aos produtores rurais assegurar a produção e comercialização dos produtos de origem animal e vegetal, gerando emprego e renda;
- '18' palestras, encontros, dia de campo nos quais são abordados temas como a prática adequada de uso e manejo do solo, uso e cuidados com a água;
- '19' informações técnicas ao produtor rural para a melhoria da qualidade da produção;
- '20' desenvolver atividades educativas e fiscalizadoras da sanidade animal e vegetal no município de forma a promover, aumento da produção, geração de renda e qualidade de vida;
- '21' executar ações educativas e de fiscalização visando a defesa sanitária agrossilvopastoril do município de Colorado do Oeste – RO.

Tabela 12 – Da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste - RO:

EGRESSOS	CONTRIBUIÇÃO DA ESCOLA	PERCENTUAL
36	Contribui na formação profissional do egresso para a construção de conhecimento e de fomento à prática de atividades que promovessem a sustentabilidade sócio econômico do município de Colorado do Oeste - RO	97,30%
01	Não contribui na formação profissional do egresso para a construção de conhecimento e de fomento à prática de atividades que promovessem a sustentabilidade sócio econômico do município de Colorado do Oeste - RO	2,70%

6.2. O Egresso e a Sustentabilidade

Considerando a formação do discente, a pesquisa mostrou que o curso aprimorou no egresso aspectos de consciência e valorização dos princípios da cidadania, bem como, capacitou-o a agir com espírito empreendedor e atuar como agente transformador de sua realidade sócio-econômica-cultural.

Na percepção dos entrevistados sobre a sustentabilidade, a maior frequência 89,18% dos egressos entrevistados, demonstrou ter conhecimento sobre o tema e apenas, 10,82% desconhecem. A compreensão foi significativa, ao mesmo tempo em que as evidências ilustram a diversidade de significados apreendida e explicitada pelos egressos. Os diversos conceitos definidos pelos egressos possibilitou-nos observar que, na percepção deles, a *Sustentabilidade* está ligada diretamente às questões ambientais. Entretanto, outras questões foram abordadas, como a sustentabilidade associada à idéia de crescimento e de desenvolvimento econômico, a disponibilidade de recursos próprios para que um indivíduo se mantenha; a utilização dos recursos naturais de forma racional e que assegure as condições de sobrevivência das gerações futuras; e, ainda, questões diretamente relacionadas à geração de renda, emprego e ações que proporcionem melhoria da qualidade de vida da comunidade de forma a haver o equilíbrio entre os aspectos econômico, social e cultural.

Eis alguns conceitos definidos pelos egressos, que assim se expressaram sobre a Sustentabilidade:

É um termo relativamente novo, complexo e muitas vezes contraditório”. Há a preocupação de se manter, sustentar, interligar fatores de desenvolvimento social, econômico e agrícola, proporcionando o desenvolvimento de uma comunidade com a manutenção e preservação dos recursos naturais, do meio ambiente, de forma a garantir um futuro sustentável.

É tudo aquilo que envolve os aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais da sociedade humana para suprir as necessidades da geração presente sem afetar a possibilidade das gerações futuras de suprir as suas.

A sustentabilidade de uma comunidade deve ser construída a partir dos recursos produtivos como o trabalho, o capital, os recursos naturais e a tecnologia para produzir bens e serviços em quantidade e qualidade suficiente para o atendimento pleno das necessidades humanas atuais assegurando as condições para o atendimento das necessidades de gerações futuras.

É o desenvolvimento e crescimento social e econômico em equilíbrio com o meio ambiente, sem degradar os recursos naturais e assegurando a auto sustentabilidade das gerações presentes e futuras em um determinado espaço ou atividade.

Conjunto de ações que visam manter de forma harmoniosa as relações homem e meio ambiente, atendendo a quatro princípios básicos: socialmente justo, ecologicamente correto, economicamente viável e culturalmente aceita.

6.3. O Egresso e as Ações Promotoras da Sustentabilidade Sócio Econômica do Município de Colorado do Oeste - RO

Quanto às ações implementadas pelos egressos que na sua concepção contribuíram para a sustentabilidade sócio econômico do município de Colorado do Oeste - RO, 59,45% afirmaram ter desenvolvido atividades para a sustentabilidade sócio-econômica do município, os demais, afirmaram não implementar tais ações, num total de 40,55% dos egressos pesquisados. A Pesquisa mostra que os egressos estão desenvolvendo ações para a sustentabilidade, limitadas ao desenvolvimento de suas atividades profissionais em seu universo de trabalho, evidenciando a falta de envolvimento por parte do egresso, no fortalecimento de ações sustentáveis fora deste contexto, o que leva a perceber a necessidade por parte do egresso de ampliar a percepção de suas ações em outros espaços, família, igreja, associação, inexistindo essas ações em outros espaços, imprescindíveis para consolidar a sustentabilidade sócio-econômica do município de Colorado do Oeste – RO.

6.3.1. O Egresso e o Projeto INSEMINAR

Dentre as ações promotoras de sustentabilidade econômica e social do município de Colorado do Oeste – RO, destaca-se, nesse trabalho, o Projeto Inseminar que tem por objetivo promover o melhoramento do rebanho leiteiro do Estado de Rondônia, sob a coordenação e supervisão da EMATER/RO e que está implantado em seis pólos regionais, Ariquemes, Jaru, Ouro Preto, Pimenta Bueno, Rolim de Moura e *Colorado do Oeste* - RO. Em Colorado do Oeste – RO, o projeto tem como responsáveis pela execução e acompanhamento os egressos Danilo Simionatto e Anderson Kuhl.

O Projeto Inseminar é uma ação da Secretaria de Agricultura, Produção e Desenvolvimento Econômico e Social do Estado de Rondônia – SEAPES, que já possibilitou que pelo menos 23.000 (vinte e três mil) matrizes leiteiras fossem fecundadas através da inseminação artificial de forma positiva e o nascimento de 8.700 (oito mil e setecentos) novilhas e garrotes de alta linhagem em todo o Estado de Rondônia.

Inserido no Programa Pecuária Competitiva, o projeto recebeu investimentos no valor de R\$ 11.268,00 (onze milhões e duzentos e sessenta e oito mil reais) nos últimos quatro anos, e dentre os seus objetivos destacam-se: (1) difundir entre os agricultores de base familiar a biotecnologia de melhoramento genético, (2) fortalecer o associativismo via qualificação de mão-de-obra e (3) contribuir para a sustentabilidade do meio rural, potencializando os sistemas de produção de leite.

O Projeto foi implantado em 43 municípios do Estado e, para garantir a sua sustentabilidade, já foram capacitados 186 inseminadores, ligados às 186 associações beneficiadas pelo programa, sendo que, cada inseminador foi selecionado pelos próprios vizinhos agricultores de sua comunidade. Este é um trabalho de base, de orientação, de conscientização e qualificação do produtor para implantar essa tecnologia nas pequenas propriedades rurais. Dentre as ações de qualificação, o produtor recebe orientação para acasalamentos das F1 (bezerras nascidas na primeira geração) de forma a ser observado o grau do sangue das raças Gir e Holandesa na formação da base genética do rebanho. Após a capacitação, cada associação recebe, além de todo o material de consumo necessário, as 200 doses ofertadas, todas de sêmen de alta linhagem das raças Gir e Holandesa e uma botija com 30 litros de nitrogênio líquido, suficiente para mantê-las resfriadas.

Os resultados obtidos têm assegurado índices de prenhez em torno de 77%, o que demonstra a viabilidade da técnica para o pequeno produtor. Atualmente, 300 associações e mais de 1400 produtores estão sendo beneficiados com o projeto, no qual mais de 14.703 vacas ordenhadas, em 848 propriedades/estabelecimentos com produção de leite.

No Projeto Inseminar, em Colorado do Oeste – RO, a preocupação dos técnicos egressos é promover a qualificação do produtor como condição necessária à sustentabilidade do projeto. Além de preparar o produtor para a execução do processo de inseminação do animal, há a preocupação com os animais nascidos o que, para tanto, um curso específico para o manejo correto de bezerros é dado ao produtor como forma de assegurar a qualidade de vida do animal. Um dos objetivos dos técnicos com o projeto é assegurar o nascimento de animais com alto padrão genético (fêmeas) para a produção leiteira, (machos) para o corte. O projeto beneficia em Colorado do Oeste – RO, atualmente, 45 (quarenta e cinco) produtores, o qual já conta com cerca de 42 (quarenta e dois) animais nascidos. Para os técnicos, questões como a alimentação, cuidados higiênicos, sanidade, pastagem e meio ambiente, são fundamentais para garantirem a sustentabilidade do projeto, promover a qualidade de vida do produtor através da melhor produtividade do leite e, por conseguinte, a melhoria de sua renda e das suas condições de vida.

Para os técnicos Egressos, Danilo e Anderson, o desenvolvimento de ações para a melhoria da qualidade de vida do homem do campo, através de programas como o INSEMINAR, que vem gerando renda e contribuindo para a permanência do produtor rural no campo, são extremamente importantes para a sustentabilidade sócio-econômica do município de Colorado do Oeste - RO.

6.3.2. O Egresso e o Projeto de Assistência Técnica da EMATER-RO em Colorado do Oeste - RO

Outro importante papel desempenhado pelos egressos da EMATER está voltado para o trabalho de extensão rural desenvolvido junto aos produtores, cujo propósito é fomentar o desenvolvimento de atividades agrícolas voltadas para a produção de alimentos (arroz, feijão, soja, milho, etc).

Os egressos técnicos da EMATER, conforme evidenciou a pesquisa, tem realizado um trabalho importante de extensão nas atividades agrícolas do município, atividade esta, essencial à produção de alimentos e à garantia da sustentabilidade econômica dessas atividades produtivas.

Este trabalho toma uma importância maior nos dias atuais, quando se depara com uma crise financeira que assola o mundo, em especial, o Brasil. A crise já atingiu um dos setores que mais vêm contribuindo para o crescimento da economia brasileira. Conforme tem relatado alguns especialistas do setor, depois de bater recordes em 2007 e 2008, na safra de grãos, como soja e milho, deve ocorrer uma redução na produção em 2009. Produtos como o arroz, feijão, trigo, soja, milho e algodão, o Brasil produziu, na safra 2008, mais de 145 milhões de toneladas, esta safra recorde em 2008 ajudará o país a se proteger do que vem pela frente, afirmam os analistas do mercado agrícola.

Para a consultora de agroenergia Jacqueline Bierhals, é a crise econômica internacional no campo brasileiro: “Essa redução está bastante relacionada com a queda no preço internacional das comódites agrícolas e com uma grave restrição de crédito para financiamento das lavouras”.

Para Silvio Porto, diretor de logística e gestão da CONAB, não falta, nem faltará, dinheiro para financiar a safra. Além dos R\$ 78 bilhões já previstos no orçamento, o governo destinou mais R\$ 13 bilhões. E ainda chama a atenção para um dado também divulgado pelo IBGE: a área plantada é que vai ter um pequeno aumento. “É um dado extremamente positivo

e é uma demonstração clara que em muitos dos setores onde há uma possibilidade real de retração, na agricultura, nós estamos mantendo a área plantada".

Isto posto, as atividades desempenhadas pelos egressos nos processos de produção agrícola no município, através da assistência técnica e extensão rural, são fundamentais para a sustentabilidade da produção de alimentos, o fortalecimento de uma agricultura eficaz, capaz de assegurar aos produtores melhores níveis de produção e qualidade de vida.

6.3.3. O Egresso e o papel da Agência de Defesa Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON no município de Colorado do Oeste - RO

Outra ação importante para a sustentabilidade sócio econômica de Colorado do Oeste - RO são aquelas desenvolvidas pelos técnicos egressos da Escola Agrotécnica Federal, através da Agência de Defesa Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON - ULSAV – Unidade Local de Sanidade Animal e Vegetal de Colorado do Oeste – RO. A IDARON foi criada pela Lei Estadual nº. 215, de 19 de julho de 1999, é uma Entidade Autárquica Estadual, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura, Produção e do Desenvolvimento Econômico e Social – SEAPES, que tem como finalidade executar as atividades de vigilância e defesa sanitária animal e vegetal, bem como as atividades de inspeção, fiscalização, padronização, identificação e a classificação dos produtos e subprodutos de origem vegetal, florestal e animal. Atua preventivamente na defesa sanitária animal e vegetal, desde a fase de produção, até a certificação e manutenção de áreas livres de pragas e doenças e seu reconhecimento pelos mercados consumidores, com o objetivo de promover e gestionar pela conformidade e qualidade dos produtos agropecuários, em diversas fases de suas cadeias de produção, preservando o nível de emprego e renda do produtor agropecuário.

Dada a importância desse órgão para o município, os egressos desenvolvem um papel preponderante para que a agência possa atuar e alcançar os seus propósitos com eficácia. E cabe ao egresso o papel principal neste contexto, através da execução de ações para garantir a sanidade animal e vegetal, através da fiscalização, controle e extensão rural; e ainda, através de programas educativos, difusão de informações sobre o controle, medidas preventivas e eliminação de focos de pragas e doenças.

O município de Colorado do Oeste - RO tem um rebanho bovino da ordem de 222.276 cabeças em 1.364 propriedades rurais (Fonte: IBGE /Censo Agropecuária-2006), e uma população de 17.644 habitantes (Fonte: IBGE /Contagem da População-2007). Este contexto indica a importância da atuação desses profissionais para assegurar a sustentabilidade dessa importante atividade econômica. É através da fiscalização, da educação sanitária, do acompanhamento e controle de todo o rebanho e ainda realizando palestras e visitas técnicas, que os egressos levam ao produtor rural orientações que o ajude a compreender, entender e aplicar a legislação vigente, de forma a evitar doenças em seu plantel e garantindo a sustentabilidade dessa importante atividade econômica, responsável pela geração de emprego, renda e qualidade de vida para o produtor e para aqueles trabalhadores e trabalhadoras que dependem dessa atividade para o seu sustento.

Para uma melhor compreensão da importância da atividade pecuária no Estado, entraram em operação 14 frigoríficos e 55 laticínios na última década. Atraídas por incentivos fiscais e matéria-prima abundante, grandes indústrias como Bertin, Friboi, Minerva e Marfrig instalaram-se no Estado. Dona de um rebanho de 12 milhões de cabeças de gado, Rondônia produz 366 mil toneladas de carne. Maior produtor de leite do Norte e nono do país, o Estado registrou o recorde de 673 milhões de litros de leite no ano passado - 68% da produção foi exportada.

Para o Presidente da Federação das Indústrias de Rondônia (FIERO), Euzébio Guareschi, "a pecuária está mudando com o sistema de integração com a lavoura e o uso de subprodutos para alimentar o gado", avalia "E vamos ganhar ainda mais competitividade com

a intensificação do uso de tecnologia".

A pesquisa revelou que os egressos, técnicos da IDARON, desenvolvem um trabalho de assessoramento, acompanhamento e de fiscalização junto aos produtores rurais do município, ações estas imprescindíveis à sustentabilidade da Empresa Rural e dessa importante atividade produtiva. Os cuidados que os egressos têm com a sanidade animal do rebanho, asseguram uma produção com qualidade, e, por conseguinte, a garantia de dezenas de empregos à comunidade local. Dentre as empresas da atividade pecuária, destacamos a empresa Independência, do ramo de curtimento do couro bovino, que atualmente gera mais de 120 (cento e vinte) empregos diretos e mais de 300 indiretos e, ainda, em torno de R\$120.000,00 (cento e vinte mil) reais de ICM para o município de Colorado. (Empresa Independência Ltda: 2009)

Conforme dados fornecidos pela Agência IDARON, foram arrecadados R\$ 125.754,41 (cento e vinte e cinco mil setecentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e um centavos) no período de 01/01/2008 a 30/06/08, valor referente à Guia de Trânsito Animal-GTA cobrada pela Agência em decorrência da movimentação intraestadual e interestadual de animais. Salienta-se que essa movimentação de animais se dá em decorrência da comercialização entre produtores e entre produtores e os frigoríficos da região.

Os egressos atendem diariamente a dezenas de produtores que buscam aquela Agência para procederem às movimentações em seus rebanhos, as quais são devidamente controladas pelos egressos através de um sistema próprio do órgão. Não se vende, não transportam animais de propriedade sem o devido controle e autorização da IDARON.

Atividades de educação sanitária são realizadas nas escolas, em meios de comunicação, associações de produtores rurais, entre outros. O controle da legalidade do transporte dos animais é realizado periodicamente pelos egressos nas rodovias do município, através de barreiras sanitárias volantes, onde estes contam com o apoio da polícia militar para a segurança do desenvolvimento dessas atividades.

Para os egressos, a qualidade e a seriedade dos serviços prestados por eles aos produtores, através da Agência, são fundamentais para assegurar a aplicabilidade da legislação vigente, garantir a sanidade do rebanho e, com isso, promover a sustentabilidade das atividades produtivas inerentes à atividade pecuária do município.

Para Valéria Lúcia da Silva Oliveira, egressa e técnica da IDARON, a atividade pecuária, no município, é um fator gerador de emprego e renda, assegurando o sustento de dezenas de famílias, além de contribuir para a geração de receitas para o município. Segundo a técnica, para participar, desenvolver e atuar diretamente nessas atividades é preciso ter responsabilidade e compromisso profissional, pois trata de uma atividade essencial a sustentabilidade sócio-econômica do município, e qualquer fato, como, por exemplo, um foco da febre aftosa, promove a desestabilidade dessa atividade acarretando enormes prejuízos aos produtores e a toda a comunidade.

Os egressos ressaltam, ainda, as dificuldades que enfrentam na realização das atividades diárias do órgão, pois o mesmo atua como órgão fiscalizador e aplicador da legislação vigente para a sanidade do rebanho bovino, função esta que, muitas vezes, não é bem vista por parte de alguns produtores.

A pesquisa revelou que as atividades dos Assistentes Fiscais de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril são imprescindíveis para a sustentabilidade sócio-econômica do município.

6.3.4. O Egresso e a promoção da sustentabilidade: considerações e análises

As ações identificadas e implementadas pelos egressos para a sustentabilidade sócio econômica do município de Colorado do Oeste - RO estão condicionadas à melhoria de alguns fatores que são preponderantes para essa sustentabilidade, dos quais: problemas de gestão pública, o que nos permite inferir que a população está atenta aos problemas que ocorrem em nível local, mas que não se sentem partícipes dos processos decisórios; baixo nível de conscientização da população; desigualdade de oportunidades de obtenção de renda e de emprego; baixo nível educacional; a falta de dinamismo do setor privado e a preocupação com o material em detrimento do meio ambiente. Essas são questões vivenciadas na maioria das cidades brasileiras o que, para tanto, se faz necessário a consolidação de políticas públicas permanentes, elaboradas a partir da discussão e da participação da comunidade, como forma de garantir a sua aplicabilidade e a sua eficácia na consolidação de uma sustentabilidade sócio econômica que efetivamente promova o bem estar das comunidades com qualidade de vida e justiça social.

Questões como a geração de emprego e renda são imprescindíveis à sustentabilidade sócio-econômica do município de Colorado do Oeste - RO, para tanto, ações efetivas por parte do poder público municipal se tornam necessárias, como: atrair empresas para o município; criar condições para o acesso dos jovens ao emprego; políticas de fortalecimento da micro e pequena empresa; qualificação permanente do trabalhador; redução da carga tributária; oferecer infra-estrutura para as empresas; planejar ações públicas, incentivando a diversificação de negócios, ampliando as atividades de coleta e de reciclagem de lixo e investir em qualificação empresarial, promover a melhoria dos acessos às propriedades rurais e criar mecanismos permanentes de qualificação e requalificação do trabalhador rural.

A vinda de empresas para o município é primordial na geração de emprego e renda local. Isso mostra, ainda, a presença de algumas tendências apontadas por Sachs (2004) para o enfrentamento do desafio do desenvolvimento em termos do dinamismo do mercado interno e da criação de emprego decente, identificadas, sobretudo em termos da atração de empresas do setor industrial, do fortalecimento da micro e da pequena empresa e da necessidade de qualificação do trabalho e dos empresários.

Portanto, as evidências levantadas com uma mostra representativa dos egressos que desenvolvem atividades profissionais em Colorado do Oeste - RO permite inferir que os mesmos estão, aos poucos, se apropriando das novas discussões sobre a sustentabilidade. A dimensão econômico-produtiva continua a ser o maior foco das ações implementadas e, por conseguinte, passam a ter maior visibilidade por parte dos egressos, algo que não foge à lógica do imaginário de grande parte da população em nível mundial e, gradativamente, algumas novas roupagens vão tomando forma quando se pensa na sustentabilidade do desenvolvimento local.

7. CONCLUSÃO

A Pesquisa realizada permite traçar algumas considerações finais, a guisa de síntese e de reflexões. O conjunto de discussões, vistos como verdades provisórias, que, conforme um arcabouço teórico em construção, evidencia um avanço importante ao se considerar o pouco tempo em que o tema vem sendo tratado. O conceito de sustentabilidade pode até ser tratado de forma parcial, com ênfase em uma ou outra dimensão de análise, mas observa-se uma convergência em torno da sustentabilidade ampliada, envolvendo aspectos econômicos, produtivos, sociais, culturais, políticos, no âmbito das inter-relações, de novas territorialidades, de novas complexidades.

No 3º Congresso Internacional Transdisciplinaridade, Complexidade e Eco-formação na Universidade Católica de Brasília, ocorrido em 02 de setembro de 2008, na palestra de abertura, o sociólogo francês, Edgar Morin, retomou os principais temas do Pensamento Complexo e salientou a necessidade de mudança no pensamento, para colaborar na concretização de comportamentos que apontem para a solução de problemas planetários. Há uma exigência fundamental, a exigência da contextualização. Cada palavra depende de seu contexto e o mais importante é que o conhecimento pertinente precisa conhecer as ações e o contexto.

Nesse aspecto, o egresso, através de seu trabalho, conforme pesquisa realizada, e de suas ações conduzem a mudança do cidadão na sua forma de pensar, de maneira a colaborar na concretização de comportamentos que apontem para a solução de problemas planetários, não deixando de considerar a dimensão local.

É nesse sentido que a sustentabilidade do desenvolvimento avança por novas singularidades, estabelece sintonia entre movimentos únicos entre a esfera global e a esfera local, deixando vir à tona o que é peculiar. Torna-se oportuna a discussão sobre a dimensão produtiva redimensionada, na perspectiva de uma dinâmica produtiva que privilegie o mercado interno, a realidade de seus participantes, com a promoção do emprego e renda de dentro para fora, o que não significa perder a conexão com a dinâmica global, mas aproveitar oportunidades, se aproximar e reconhecer a realidade de seus participantes. O desenvolvimento local com sustentabilidade é uma das vertentes de análise que resgata o papel do território, do município, das cidades, enquanto mobilização de discussões, identificação de problemas e busca de soluções, uma forma de aproximação dos governos e dos habitantes, respondendo às suas inquietações e lhes dando voz ativa nas políticas públicas. O Estatuto da Cidade e o planejamento urbano têm sido instrumentos facilitadores desse processo e apontam para a emergência de formas democráticas e descentralizadas de gestão pública, de cidadania e de pertencimento.

A pesquisa aplicada no município de Colorado do Oeste - RO, pólo representativo de dinâmicas regionais e locais permitiu observar que o nível de apreensão do sentido do desenvolvimento econômico, em geral, e da sustentabilidade, em termos específicos, começa a incorporar aspectos qualitativos do crescimento econômico e a responsabilidade social e com o meio ambiente. A compreensão do sentido amplo, da inter-relação entre o crescimento econômico com a melhoria da qualidade de vida e do respeito ao meio ambiente, foi significativa.

O entendimento conceitual do Desenvolvimento Sustentável como aquele capaz de suprir as necessidades da geração presente, sem afetar a habilidade das gerações futuras de suprir as suas. Esta é a definição mais conhecida de desenvolvimento sustentável. Entretanto, o discurso não é homogêneo e há conflitos de interesse no interesse do que é sustentabilidade.

Nesse aspecto, vê-se a necessidade de inserção através de definições e ações, a

sustentabilidade no currículo e no contexto educacional da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste - RO, assegurando a construção de conhecimentos por parte do aluno e consolidação por parte dos professores, como forma de garantir que ações e projetos desenvolvidos alcancem metas concretas e eficazes, para a concretização da sustentabilidade educacional e sócio-econômica da comunidade, haja vista, que a sustentabilidade começa com mudanças internas, que impactam em mudanças de estilo de vida, que na construção de sistemas sustentáveis têm como estratégias a utilização de fontes de energias renováveis, a preservação de recursos naturais, desperdiçar ao mínimo e cooperar, de forma a mudar nossa civilização imatura e competitiva para uma sociedade madura e cooperativa. Diante disso, entende-se que a Escola Agrotécnica Federal poderá rever seus currículos, de forma a despertar e sensibilizar professores e alunos, com práticas educacionais interdisciplinares e transdisciplinares dentro da escola, para a construção de conhecimentos voltados para a sustentabilidade, não como teoria econômica ou tratado político, mas como uma filosofia de vida, pela qual, deve-se cuidar bem de nosso presente para que as gerações futuras tenham também a possibilidade de usufruir dos avanços tecnológicos e dos recursos naturais. É um modelo de atuação em que todos ganham: as pessoas, as empresas, a sociedade e o meio ambiente. Viver é se desenvolver e fazer negócios sem esquecer do meio ambiente e da melhoria dos padrões de vida de todas as pessoas.

Compreende-se ainda, que as ações implementadas na promoção da sustentabilidade econômica e social do município, estão sendo praticadas pelos egressos que atuam em empresas públicas estaduais, como, IDARON e EMATER, e nas Casas Agropecuárias, dada à filosofia ou finalidade dessas empresas, nas quais atuam aqueles egressos. Portanto, isso leva a entender que o egresso somente desenvolve atividades para a sustentabilidade se ele estiver trabalhando em um órgão ou empresa nas quais suas atividades estão voltadas para a produção e desenvolvimento de atividades ligadas ao setor primário da economia local. Outro dado revelado pela pesquisa mostra que a maioria dos egressos estão inseridos e desenvolvem suas Atividades nos setores produtivos urbanos, em detrimento a uma minoria que estão no meio rural. Isto posto, conclui-se que os técnicos formados pela escola estão atuando no meio urbano e que, apesar da escola formar técnicos oriundos da zona rural, esses profissionais não voltam para aquele meio. No caso específico do município de Colorado do Oeste - RO, problemas econômicos, social, estrutural, educacional contribuem de maneira inegável para a consolidação dessa situação.

Esta pesquisa conclui ainda que a atividade permanente de acompanhamento de Egressos é fundamental para conhecer a trajetória destes como forma da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste - RO avaliar a qualidade do curso que é oferecido por esta Instituição Federal de Ensino, para tanto, poderá criar o Portal do Egresso, com o objetivo de assegurar um canal amplo e permanente de comunicação entre a escola e seus ex-alunos.

Salienta-se, ainda, que a Política Permanente de Acompanhamento de Egressos, estabelece um canal permanente entre os egressos e a Escola, criando também instrumentos para avaliação e modernização do projeto político-pedagógico dos cursos oferecidos, além de estabelecer estratégias de ação para identificação de oportunidades de inserção do profissional egresso no mundo do trabalho local e regional e propor linhas de desenvolvimento de estudos e pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e atuação do profissional egresso da Instituição.

Em suma, esse contato permanente, ouvindo seus ex-alunos é imprescindível para que a Escola faça uma constante avaliação da qualidade do ensino ministrado, além de receber sugestões a serem implantadas para a melhoria da qualidade dos Cursos oferecidos. Podendo ainda essas informações serem utilizadas no processo de Avaliação Institucional de forma a possibilitar o autoconhecimento da Escola.

A inserção dos egressos no mundo do trabalho é um dado importante mostrado pela pesquisa e da qual se pode perceber, que 27,02% dos egressos entrevistados trabalham como técnicos em agropecuária ou técnicos agrícolas em empresas públicas, e 2,70% trabalham como técnicos em agropecuária ou técnicos agrícolas em empresas privadas e que 70,28% dos egressos trabalham em empresas privadas, não como técnicos em agropecuária ou técnicos agrícolas. Esses dados permitem inferir que a maioria dos egressos pesquisados estão inseridos no mundo do trabalho, mas não estão desenvolvendo atividades profissionais para as quais foram preparados, demonstrando a inexistência de um mundo do trabalho local, que efetivamente não absorve todos os profissionais colocados pela Escola à disposição da comunidade.

O desenvolvimento, em abordagens mais amplas, apresenta o crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, ou seja, como possibilidade de inclusão das “alterações da composição dos produtos e alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia).

E, nesse entendimento, a pesquisa demonstrou que as ações implementadas pelos egressos contribuem para a melhoria dos indicadores de bem estar econômico e social, especialmente a pobreza, o desemprego, a alimentação, as desigualdades, as condições de saúde, educação e moradia, criando efetivamente mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas e nos sistemas de produção agropecuárias do município de Colorado do Oeste – RO.

E ainda que as empresas, nas quais os egressos desenvolvem suas atividades, são empresas públicas que estão atuando nos processos de desenvolvimento de atividades ligadas ao setor primário da economia local, como EMATER, IDARON e Casas Agropecuárias. E ainda empresas privadas, ligadas a setores diversos, como comércio, em geral, de alimentos, produtos e prestadoras de serviços. Como, também, egressos que desenvolvem seus próprios negócios, implementando atividades ligadas ao ramo de sorveteria e produção de grãos (soja, milho, arroz), estes desenvolvem suas atividades juntamente com as suas famílias.

A pesquisa mostrou que apesar da maioria dos egressos estarem desenvolvendo suas atividades profissionais fora da área de formação, o egresso demonstra conhecimento sobre sustentabilidade e estes estão implementando atividades para a sustentabilidade sócio-econômica de Colorado do Oeste - RO.

Os dados demonstraram que o egresso tem um papel importante para o município de Colorado do Oeste - RO, pois são profissionais que estão à disposição da comunidade, através de empresas públicas e privadas, buscando de forma permanente colocar à disposição do produtor informações e conhecimentos que os levem a usar técnicas produtivas que promovam melhorias no sistema de produção e da qualidade de vida dos produtores e de suas famílias.

O papel institucional da EAFCO é de fomentar o desenvolvimento de tecnologias que permitam aos produtores, através da atuação dos egressos, desenvolverem atividades produtivas, de forma a contribuir para a sustentabilidade sócio-econômica do município. Daí a importância do acompanhamento do egresso, como instrumento que permitirá aferir se as ações didático-pedagógicas implementadas nos curso e propostas através do Projeto Político Pedagógico do Curso, do Projeto Político Pedagógico Institucional e da Missão da Escola, estão alcançando os objetivos propostos para a formação profissional do educando.

A pesquisa evidenciou que aspectos econômicos, sociais e ambientais dimensionam o desenvolvimento em sua perspectiva de sustentabilidade ressaltando a forte ligação entre a sustentabilidade econômica e a ambiental, e que os egressos estão, aos poucos, se apropriando de novas discussões sobre a sustentabilidade, e que a dimensão econômico-produtiva continua a ser o maior foco das ações implementadas e, por conseguinte, passam a ter maior visibilidade por parte dos egressos.

Observou-se que o nível de apreensão do sentido do desenvolvimento econômico, em geral, e da sustentabilidade, em termos específicos, começam a incorporar aspectos qualitativos do crescimento econômico, responsabilidade social e com o Meio Ambiente. Identificou-se que as ações implementadas na promoção da sustentabilidade econômica e social do município estão sendo praticadas pelos egressos que atuam em empresas Públicas Estaduais e nas Casas Agropecuárias, empresas essas, voltadas ao desenvolvimento de atividades ligadas ao setor primário da economia local.

Esclareceu ainda a importância da Escola inserir, em seu Currículo, ações didático-pedagógicas para a discussão da sustentabilidade sócio-econômica do município de Colorado do Oeste - RO.

Ressalta-se, ainda, a importância das Escolas Agrotécnicas no contexto de desenvolvimento local. E neste sentido, estas instituições estão sendo usadas pelo Governo brasileiro para implementar projetos e atividades de cooperação técnica em execução pelo Brasil e outros países em desenvolvimento. Como exemplo, a cooperação Sul-Sul do Brasil que é baseada nos princípios de solidariedade e de co-responsabilidade, sem fins lucrativos e desvinculados de interesses comerciais. Essa cooperação tem por objetivo compartilhar as experiências brasileiras bem sucedidas de desenvolvimento com as demandas manifestadas pelos próprios países receptores. Trata-se de um trabalho de construção conjunta, por meio de atividades e projetos de cooperação, cujo objetivo último é o desenvolvimento integral, ou seja, crescimento econômico do país recipiendário, com maior inclusão social e maior respeito ao meio ambiente.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Fernando. **Os Desafios da Sustentabilidade: uma ruptura urgente**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2007. 280 p.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por Uma Educação no Campo: 2ª Edição**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2005. 214 p.

BACHELARD, G. **O racionalismo aplicado**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. 244p.

BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento e Meio Ambiente - As estratégias de mudanças da Agenda 21: 8ª Edição**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2007. 159 p.

BECKER, B. K. **Amazônia: 5ª edição**. São Paulo: Ed. Ática, 1997. 112 p.

BECKER, H. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.

BECKER, Denizar Ferminiano. ALMEIDA, Jacione. SOTO, Willian Héctor Gómez. **Desenvolvimento Sustentável – Necessidade e/ou Possibilidade?: 4ª edição**. Santa Cruz do Sul: Editora EDUNISC, 2002. 241 p.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Regulamenta a implantação do disposto nos artigos 39 a 42 da Lei n.9.394/96 e Decreto n.2.208/97 e dá outras providências. Portaria n.646 de 14 de maio 1997. Diário Oficial da União, Brasília, 26 maio 1997. 2p.

_____. **Referencias Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico. Área Profissional de Agropecuária: Brasília-DF: 2000.**

_____. **Anais: Concepção, Experiências, Problemas e Propostas. Brasília-DF/Brasil 2003.**

_____. **Contribuição à construção de políticas para o Ensino Agrícola da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília-DF / Brasil 2007.**

CHIZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais: 8ª edição**. São Paulo: Cortez. 1991. 164p.

COOPER, D. R.; SHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em administração: 7ª edição**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

CORTEZ, Ana Tereza Cáceres. ORTIGOZA, Sílvia Aparecida Guarnieri. **Consumo Sustentável: 1ª edição**. São Paulo: Editora Unesp. 2007. 154p.

CURY, Carlos Jamil. **Educação e contradição**. São Paulo: Cortez, 1983. 146p.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais: 5º edição**. São Paulo: Atlas. 1986.

DEMO, Pedro. **Saber Pensar: 3º edição**. São Paulo: 2002. Editora Cortez. 159p.

DURKHEIM, E. **A divisão do trabalho social**. Lisboa: Editorial Presença, 1977. Ed.1987.

DURIGON, Valdemir Lúcio. **Concepção e prática de projetos educacionais em assentamentos rurais no Estado do Rio de Janeiro: o PRONERA no Zumbi dos Palmares em Campos dos Goytacazes**: Seropédica-RJ. Dissertação – UFRRJ, 2005.

FERNANDES, Francisco; LUFT, Celso Pedro; GUIMARÃES, F. Marques. **Dicionário Brasileiro Globo**: 56ª edição. São Paulo: Editora Globo. 2003.

FERREIRA, Aurélio Buarque Hollanda de. **Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**: 29ª edição. Rio de Janeiro: 1979. Editora Paz e Terra. 79 p.

_____, **Pedagogia da Autonomia**: 35ª edição. São Paulo: 2007. Editora Paz e Terra. 148 p.

GADOTTI, Moacir. **Educação contra a Educação**: 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 1988. 175p.

GAMA, Marcelo José da Silva. **Boletim Climatológico de Rondônia**. Porto Velho: 2000. 24 p.

GANDIM, L. A. **Qualidade total em educação: a fala mansa do neoliberalismo**. Revista da Educação AEC, v. 23, n. 92, 1994.

GIACAGLIA, Lia R. A., PENTEADO, Wilma M. A. **Orientação educacional na prática: princípios, técnicas, instrumentos**. São Paulo: Pioneira, 1994. 157p.

GUILHERME, Maria Lúcia. **Sustentabilidade sob a ótica Global e Local**: 1ª edição. São Paulo. 2007. 233 p.

ISSA K.; ORTIZ D. D. **O desafio da educação: a qualidade total**. São Paulo: Makron Books, 1994.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. 18ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1988. 87p.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Educação e trabalho no Brasil: o estudo da questão**. Brasília: INEP, 1991.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**: 3ª edição. São Paulo: Atlas, 1995. 270 p.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de Pesquisa**: 6ª edição. São Paulo: Atlas, 1995. 289 p.

- LEFF, Enrique. **A complexidade Ambiental**. São Paulo: Editora Cortez 2003. 342 p.
- LEITE, Sérgio Celani. **Escola Rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Editora Cortez. 2ª edição. 2002. 120 p.
- MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada: 3ª edição**. Porto Alegre: Bookman, 2001. 720 p.
- MATTAR, F.N. **Pesquisa de marketing**. São Paulo: Atlas, 1993. 350 p. v.1.
- MAZZOTTI, Alda Judith Alves; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais – Pesquisa Quantitativa e Qualitativa: 2ª edição**. São Paulo: Editora Pioneira. 1999,1998. 203 p.
- MELLO, M. M. **A reforma da educação profissional e o tecnólogo do vestuário: algumas implicações**. São Paulo: USP (Dissertação), 1999.
- MAFREDI, Sílvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez. 2002. 317 p.
- MORIN, Edgar. **A Cabeça Bem-Feita: 12ª edição**. Rio de Janeiro: 2006. Editora Bertrand Brasil. 128 p.
- NÉRICI, Imídeo Giuseppe. **Introdução à orientação educacional**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1986. 265p.
- OLIVEIRA, Gilson batista de. SOUZA-LIMA, José Edmilson de. **O Desenvolvimento Sustentável em Foco – Uma contribuição multidisciplinar**. São Paulo: ANNABLUME Editora. 2006. 168 p.
- PENA, Mônica Diniz Carneiro. **Acompanhamento de egressos: uma análise conceitual e sua aplicação no âmbito educacional brasileiro**. Análise da situação profissional nos cursos de Engenharia Industrial Elétrica e Mecânica do CEFET-MG. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2000. 157 p .(Dissertação, Mestrado em Educação Tecnológica).
- _____. **Escola-aluno-empresa: uma experiência em processo no CEFET/MG**. Educação e Tecnologia: periódico técnico-científico dos Programas de Pós-Graduação em Tecnologia dos CEFET's – PR/MG/RJ, Curitiba: CEFET/PR, n.2, p.127-135, ago. 1998.
- _____. **Egressos vozes ausentes no processo do estágio curricular**. In: Encontro Nacional de Estágios, 2, 1999, Belo Horizonte. Anais... apresentado na 2ª seção. Belo Horizonte: FIEMG/IEL, 1999. p. 3-12.
- PATTON, M. **Qualitative evaluatton methods**. Londres: 1986, Sage Publications.
- RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira – A Organização Escolar: 19ª edição**. São Paulo: 2003. Autores Associados. 207 p.
- RUSCHEINSKY, Aloísio. **Sustentabilidade: uma paixão em movimento**. Porto Alegre: Sulina, 2004. p 181.

SANDRINI, P. M. Qualidade total na educação: a mudança conservadora. Paradigmas de qualidade. **Revista da Educação AEC**, v. 23, n. 92, 1994.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um Discurso sobre as Ciências**: 4ª edição. São Paulo. Editora Cortez. 92 p.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001, p.19.

SELLTIZ, C. et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Herder, 1965. Capítulos 6, 7, 9 e 10.

SOBRAL, Francisco José. **A formação do técnico em agropecuária no contexto da agricultura familiar**. Tese de Doutorado. Campinas, Universidade de Campinas, UNICAMP, 2004.

TEIXEIRA, Marco Antonio Domingues; FONSECA, Dante Ribeiro da. **História Regional de Rondônia**: 2ª edição. Porto Velho: Rondoniana. 2001, p. 232.

9. REFERÊNCIAS DE SITES UTILIZADOS

BRASIL. Decreto-Lei nº. 9.613, de 20 de agosto de 1946. **Estabelece a Organização do Ensino Agrícola.** Presidência da República: Legislação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del9613.htm> Acesso em: 10. jul. 2008, 01:13:10.

_____. Lei nº 4.024. 20 de dezembro de 1961. **Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. In: Habilitações profissionais no ensino de 2º grau, Diretrizes, normas e legislação.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4024.htm > Acesso em: 10. ago. 2008, 11:50:10.

_____. Decreto nº. 60.731. 19 de maio de 1967. **Institui a Diretoria de Ensino Agrícola - DEA que absorveu as Diretorias do Ensino Agrícola, Industrial, Comercial e Secundário.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D60731.htm> Acesso em: 7. set. 2008, 8:10:20.

_____. Lei nº 5.692/71. 11 de agosto de 1971. **Fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm> Acesso em: 7. set. 2008, 9:50:20.

_____. Decreto nº 72.434. 09 de julho de 1973. **Cria a Coordenadoria Nacional do Ensino Agrícola – COAGRI.** Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/ReexecutaPesquisaRealizada.action?sequencialConsulta=20081120120640515&codigoPortal=0>> Acesso em: 8 set. 2008, 18:30:28.

_____. Decreto nº 83.935/79. **Trata da denominação de Escolas Agrotécnicas Federais.** Disponível em: < <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>> Acesso em: 10 set. de 2008, 00:15:28.

_____. Decreto nº 93.613/86. **Extintui a COAGRI, subordinando o Ensino Agrotécnico de 2º grau diretamente a Secretaria de Ensino de 2º grau - SESG.** Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>> Acesso em: 10 ag. de 2008, 16:25:32.

_____. Lei nº 8.028/90. **Subordina o Ensino Técnico à Secretaria Nacional de Educação Tecnológica – SENETE.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8028.htm> Acesso em: 9. ago. 2008, 23:40:20.

_____. **Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9294.htm> Acesso em: 10. out. 2008, 00:30:20.

_____. Decreto nº 2.208. 17 de abril de 1997. **Regulamenta o parágrafo 2º do Art. 36 e os Arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394/96,** que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: < www.presidenciadarepublica.gov.br> Acesso em: 10. set. 2008, 10:25:20.

Canal do Educador » Política Educacional » **Articulação do ensino médio e o ensino técnico**

Disponível em: <<http://www.educador.br/educador/educador/politica-educacional/articulacao-ensino-medio-ensino-tecnico.htm>> Acesso em: 10 nov. 2008, 13:29:10.
MEC / PDE. Concepções e Diretrizes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Disponível em: <<http://mec.gov.br>> Acesso em: 06 out. 2008, 02:30:15.

CRISE DE ALIMENTOS. Brasil e Argentina têm reação oposta à crise dos alimentos. Disponível em:

<http://oglobo.globo.com/pais/mat/2008/08/28/brasil_argentina_tem_reacao_oposta_crise_do_s_alimentos_diz_ny_times-547982879.asp> Acesso em: 28 ago. 2008, 00:30:10

IBGE. Censo Agropecuário 2006. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>> Acesso em: 10 set. 2008, 22:30:20.

IBGE. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1259&id_pagina=1> Acesso em: 06 nov. 2008, 17:50:30.

IBGE, Cidades. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em: 08 nov. 2008, 17:17:10.

IDARON. Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia. Disponível em: <<http://www.idaron.ro.gov.br>> Acesso em: 10 set. 2008, 01:20:30.

INEP. Censo Escolar 2007. Disponível em:

<http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/censo/escolar/news08_01.htm> Acesso em: 04 nov. 2008, 17:50:30.

INEP, Censo Educacional. 2005. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>> Acesso em: 10 nov. 2008, 13:29:10.

MESQUITA, H. A. de. Corumbiara: o massacre dos camponeses. Rondônia/Brasil 1995. *Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, vol. VI, nº 119 (41), 2002. [ISSN: 1138-9788]. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-41.htm>> Acesso em: 10 mar. 2008, 23:14:10.

MOTA DA, F.S. Meteorologia agrícola: 7ª edição. São Paulo: Nobel, 1983. 376 p.

MRE. Divisão de Atos Internacionais. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/b_timor_12_5667.htm> Acesso em: 16 out. 2008, 11:30:25.

OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales. Mudanças no mundo do trabalho: Acertos e desacertos na proposta curricular para o Ensino Médio (Resolução CNE 03/98). Diferenças entre formação técnica e formação tecnológica. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302000000100004&script=sci_arttext> Acesso em: 08 nov. 2008, 01:30:10.

WIKIPEDIA. Influência dos BRICs – Brasil, Rússia, Índia e China. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/BRIC>> Acesso em: 28 ago. 2008, 15:20:30.

UCB. 3º Congresso Internacional Transdisciplinaridade, Complexidade e Eco-formação. Disponível em: <http://www.egressos.ucb.br/003/00301009.asp?ttCD_CHAVE=5220> Acesso em: 16 set. 2008, 23:40:10.

10. ANEXO

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE-RO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO

COLORADO DO OESTE-RO

ORIGEM

Colorado do Oeste, Município situado ao Sul de Rondônia, teve sua origem no ano de 1973, quando 36 colonos atraídos pela terra fértil e convidativa para exploração agrícola, se fixaram na região do Rio Colorado.

O solo vermelho, com florestas exuberantes apresentando plantas indicativas de solos férteis, também despertou interesse de grupos, tais como: Terra Rica S.A (110.000 ha), Oscar Martinez (48.000 ha) e João Arantes do Nascimento (38.000 ha) que se instalaram visando assegurar as posses dessas terras com a implantação de agropecuária. Nesta fase inicia-se a disputa pela terra entre o grupo Terra Rica S.A e colonos pioneiros.

Nos anos de 1973 e 1974, os colonos, pressionados pelo poderio do Grupo Terra Rica, organizaram-se através de abaixo-assinado, reivindicando do Coordenador Regional do INCRA, Capitão Sílvio Gonçalves de Farias a posse da terra. O INCRA sensibilizado, diligenciou vistorias, constatando a existência desta terra altamente agricultável e devoluta, uma vez que constataram que os Grupos não tinham documentos da área em litígio, possibilitando, desta forma, a implantação de um (PIC) – Projeto Integrado de Colonização, culminando com a Portaria nº1.480 de 04/10/1973, Criando o Projeto Integrado de Colonização Paulo de Assis Ribeiro, nome derivado do primeiro Presidente do INCRA.

NOME

O nome é advindo do Rio Colorado que era travessia obrigatória para aqueles que destinavam ao km 21, onde seria instalado o Núcleo Urbano do futuro Projeto.

COLONIZAÇÃO

Criado o Projeto, inicia-se através do INCRA, o processo seletivo para o assentamento das famílias para ocuparem a terra. Em 1975 foram as primeiras 36 famílias, intensificando o processo de assentamento em 1976, com mais de 3.500 famílias atraídas do Sul do País, totalizando em 1979, 4.500 famílias, com módulos agrícolas de aproximadamente 100ha.

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA.

Implantando o núcleo urbano de Colorado, Distrito de Vilhena, em 1976, a evidência do desenvolvimento da região, reservaram-se áreas para expansão e interiorização dos colonos, o

que culminou no surgimento dos Distritos de Cabixi e Cerejeiras, em 1979.

Em 16/06/1981, Colorado é emancipado, passando a categoria de Município, tendo sido introduzido a expressão “do Oeste”, por encontrar-se à Oeste da Capital, Porto Velho a uma distância de 784 km, e para diferenciar-se de outros Municípios Brasileiros com o mesmo nome; sua economia, fundamentada na pujante produção agrícola, fez surgir novos povoados tais como: Rondolândia, Alto Guarajús, Nova Esperança, Planalto São Luiz, Verde Seringal e Vitória da União, os dois últimos surgidos em 1988, e recentemente, Novo Colorado e Perobal.

A partir de 1983, alguns Distritos alcançaram a independência político-administrativa, passando a categoria de Município, a saber: Cerejeiras em 1983, Cabixi em 1988 e Nova Esperança em 1992, que a partir desta data, passou a denominar-se Corumbiara.

ASPECTOS ADMINISTRATIVOS

Em 1978, foi nomeado Administrador do Núcleo Urbano de Colorado do Oeste, o comerciante no ramo de Farmácia, Sr. JÔ YUTAKA SATO;

Em 1979 e 1980, teve como Administradores nomeados pelo então Prefeito do Município de Vilhena, Renato Coutinho dos Santos, o Sr. ÂNGELO ANGELIN, substituído pelo Sr. REDITÁRIO CASSOL, que em sua gestão fundou os Núcleos Urbanos de Cabixi e Cerejeiras, tendo sido substituído pelo Engenheiro Agrônomo IDEVANIR FERRARINI que administrou até as proximidades da Emancipação Político-Administrativa de Colorado, quando foi substituído pelo funcionário do INCRA, JOÃO NUNES DE MORAES, o qual, em 16/06/1981 à 05/10/1983, dirigiu o destino do mais novo Município de Rondônia, como Prefeito nomeado pelo então Coronel JORGE TEIXEIRA DE OLIVEIRA, Governador do Ex-Território e do Estado de Rondônia.

A 28/08/1983, foi eleito e empossado no dia 06/10/1983, o 1º Prefeito eleito pelo povo, Sr. MARCOS DONADON, com mandato que durou até 31/12/1988, tendo sofrido intervenção Administrativa pelo Governo do Estado, no meado de sua gestão, retornando após e cumprindo o mandato em 31/12/88.

No dia 01/01/89, foi empossado o 2º Prefeito eleito, Sr. AUGUSTO SÉRGIO CARMINATO, eleito em 03/10/88, que administrou até 23/10/89, quando teve seu mandato cassado pela Câmara Municipal de Colorado do Oeste, e a 24/10/89, foi empossado o Vice-Prefeito Sr. VILSON MOREIRA, que terminou o mandato em 31/12/92.

No dia 01/01/93, assumiu o 3º Prefeito Eleito, Sr. MELKISEDEK DONADON, eleito em 03/10/92, que administrou o Município até 02/10/95, quando renunciou o mandato juntamente com o Vice-Prefeito, Sr. EDSON LOPES DA SILVA, assumindo o Cargo, o Presidente da Câmara, Sr. ANTÔNIO VALDECI DA SILVA, interinamente no período de 02/10/95 até 31/12/96, quando em 01/04/96 foi eleito pelos Vereadores, em eleição interna, para cumprir o mandato até 31/12/96, tendo, porém, sido afastado do Cargo de Prefeito por liminar do MM. Juiz Eleitoral local, Dr. Glodner Luiz Pauletto, em 06/09/96 e retornando após Liminar obtida do Supremo Tribunal em 11/09/96, cumprindo o mandato até 31/12/96.

No dia 01/01/97, assumiu o 4º Prefeito Eleito, Sr. EDSON LOPES DA SILVA, eleito em 03/10/96, com mandato até 31/12/2000.

No dia 01/01/2001, assumiu o 5º Prefeito Eleito, Sr. CERENEU JOÃO NAUE, eleito em Outubro de 2000, juntamente com seu Vice-Prefeito WILTON CÉSAR DE SOUZA.

No dia 01/01/2005, assumiu o 6º Prefeita Eleita, Sr^a. MIRIAN DONADON CAMPOS, eleito em Outubro de 2004, juntamente com seu Vice-Prefeito MARCIO BATISTA DONADON.

ASPECTOS FÍSICOS

O Município de Colorado do Oeste –RO, abrange uma área de 1.580,00 Km², o que

representa 0,65% do Estado de Rondônia; possui uma área urbana de 15,74 km² ou 1.574,67 há. Limita-se ao Norte com o Município de Vilhena, ao Sul, com o Município de Cabixi, a Leste com o Estado de Mato Grosso e Vilhena, e a Oeste, com os Municípios de Cerejeiras e Corumbiara.

O clima é equatorial úmido, com precipitações pluviométricas anuais de 2.300mm, tendo como período de maior incidência de Outubro a Março. A temperatura varia de 36°C a máxima, e a mínima de 12°C.

O relevo da área urbana é ondulado, e na área rural são de evidentes ondulações mais acentuadas, com serras e morros altos.

O solo apresenta predominância de T.R.E – Associação de terra roxa estruturada, textura argilosa, fase pedregosa III, mais produtivo vermelho escuro, textura argilosa com cascalho, fase pedregosa II, ambos eutríficos T.B.A, moderado, relevo ondulado, mais brunize avermelhado, textura média-argilosa, relevo ondulado, todas fases floresta equatorial perenifolia e L.E.A – Associação de latossolo vermelho escuro + latossolo vermelho-amarelo, ambos élicos e moderados, textura muito argilosa, fase floresta equatorial subperenifolia relevo plano.

A hidrografia é composta de micro-bacias formada por inúmeros córregos e rios que compõem a bacia do rio Guaporé que é navegável.

Sua população é de 21.998 habitantes. Destes, 14.665 moram na área urbana e 7.333, moram e sobrevivem nos setores primários, espalhados pela área Rural e nos núcleos urbanos de Novo Colorado e Perobal, tendo sua taxa de crescimento anual negativa.

ASPECTOS FISIAGRÁFICOS

a) – CLIMA DO MUNICÍPIO

Tipo: Quente e úmido

Temperatura: média anual 24°C, máxima de 36°C, mínima 12°C.

Média anual de precipitação pluviométrica: 2.234 mm.

Meses onde se encontra maior precipitação: Janeiro à Março.

b) – HIDROGRAFIA DO MUNICÍPIO

Rio(s) perene(s): Colorado, Escondido, Belo, Enganado, todos compõem a Bacia do Rio Guaporé (este navegável) divisa do Brasil e Bolívia.

Riachos: Hermes, Malacacheta e Sete Voltas, este responsável pelo abastecimento de água tratada à população.

Represa Pública de importância econômica para a comunidade:

Hidrelétrica

Castamann gera 01: 2.500 kwh, 01: c/1.500 kwh; 01 e c/ 400 kwh: 01

Total: 03 que abastece a área urbana de Colorado do Oeste, com extensão da rede para os Municípios de Cabixi, Corumbiara e Cerejeiras.

c) VEGETAÇÃO PREDOMINANTE: Floresta Equatorial

d) SOLOS PREDOMINANTES:

Tipo: Latossolo Vermelho-amarelo distrófico (Prozorico)

Textura: Argilosa.

Obs: O mapa de levantamento de reconhecimento de baixa intensidade dos Solos do Estado de Rondônia, efetuado pelo Serviço Nacional de Levantamento e Conservação de solos da EMBRAPA em 1983, nos dá os seguintes dados:

d.1) Grupo de Solo – TER (predominante no Município);

d.2) Aptidão Agrícola – 1 aB (c);

LIMITES DO MUNICÍPIO

1 – Através do Decreto nº81.272 de 30 de Janeiro de 1978, a localidade de Colorado foi transformada em Distrito do Município de Vilhena, com limites assim definidos – começa na linha de cumeada da serra dos Parecis na altura da cabeceira do Rio Tanaru, onde começa o limite com o Município de Vilhena; segue pela dita linha de cumeada da Serra dos Parecis, no sentido leste, até encontrar a linha divisória com o Estado do Mato Grosso.

2 – O Município foi criado pela Lei nº6.921, de 16 de junho de 1981, assinada pelo Presidente da República João Batista Figueiredo, com área desmembrada do município de Vilhena. Os limites do novo Município foram fixados pelo Decreto nº86.529, de 03 de Novembro de 1981, ficando assim definidos: - Começa no Rio Guaporé na foz do Rio Mequéns; sobe o Rio Mequéns até a sua cabeceira; daí pelo divisor das vertentes da margem direita do Rio Verde até o ponto de encontro com a linha de cumeada da Serra dos Parecis; segue a linha de cumeada da Serra dos Parecis até encontrar a cabeceira do rio Vermelho até o Rio Cabixi; desce o Rio Cabixi até o Rio Guaporé; desce o Rio Guaporé até a foz do Rio mequéns, ponto de partida.

3 – Através do Decreto-Lei nº071, de 05 de Agosto de 1983, o Município cedeu área territorial para a criação do Município de Cerejeiras. Os novos limites do município foram fixados inicialmente pelo Decreto nº1.396, de 10 de Agosto de 1983, e novamente definidos pela Lei nº005 de 21 de Novembro de 1983, sem alterações em relação a primeira definição, com a seguinte redação: - Começa no Rio Guaporé, no cruzamento com o Meridiano 61° 00' 00"; segue o dito meridiano até o igarapé Pimenteiras; sobe o igarapé Pimenteiras até a sua nascente no divisor de águas dos Rios Guaporé/Corumbiara; daí pelo dito divisor até encontrar o cruzamento do meridiano 61° 00' 00" com o Rio Corumbiara; desce o Rio Corumbiara até o Rio Verde, seu afluente; sobe o Rio Verde até a sua nascente na linha de cumeada da Serra dos Parecis; segue pela linha cumeada da Serra dos Parecis até encontrar a cabeceira do Rio Vermelho ou colorado; desce o rio Vermelho ou Colorado até o Rio Cabixi; desce o Rio cabixi até o Rio Guaporé; desce o Rio Guaporé até o meridiano 61° 00' 00", ponto de partida.

4 – Através da lei nº208, de 06 de julho de 1988, o Município cedeu área territorial para a criação do Município de Cabixi, passando a ter os seguintes limites: - começa na foz do Rio Vermelho ou colorado no rio cabixi; desce o rio Cabixi até encontrar o ponto que medeia as linhas 6 e 7; daí segue pela linha que medeia as linhas 6 e 7 até o Igarapé Pimenteiras; sobe o Igarapé Pimenteiras até sua nascente, no divisor de águas do rio Corumbiara/Guaporé; segue por este divisor de águas até encontrar o cruzamento do meridiano 61° 00' 00" com o Rio Corumbiara; desce o Rio Corumbiara até o Rio Verde, seu afluente; sobe o Rio Verde até a sua nascente, na Serra dos Parecis; daí segue pela linha de cumeada da Serra dos Parecis até a nascente do rio vermelho ou Colorado até o rio Cabixi, ponto de partida.

5 – Através da Lei nº377, de 13 de fevereiro de 1992, o Município cedeu área territorial para a criação do Município de Corumbiara, passando a ter os seguintes limites: - Começa na foz do Rio Vermelho ou colorado no Rio Cabixi; desce o Rio cabixi até encontrar o ponto que medeia às linhas 6 e 7; daí segue pela linha que medeia as linhas 6 e 7 até o Igarapé Pimenteiras; sobe o Igarapé Pimenteiras até sua nascente, no divisor de águas dos Rios Corumbiara/Guaporé; segue por este divisor de águas até encontrar o cruzamento do meridiano 61° 00' 00" com o Rio Corumbiara; daí continua pelo divisor de águas dos Rios Corumbiara/Guaporé até o divisor de água dos Rios Corumbiara/Escondido; segue por este divisor de águas até a linha de cumeada da Serra dos Parecis; segue por esta linha de cumeada até a nascente do Rio Vermelho ou Colorado até o Rio Cabixi, ponto de partida.

Fonte: Secretaria Estadual de Planejamento, Coordenação Geral e Administração – SEPLAD do Município de Colorado do Oeste - RO.

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

POPULAÇÃO		
TOTAL	17.644	100,00%

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

IDH	0,739	10° EM RONDÔNIA
-----	-------	-----------------

A metodologia de cálculo do IDH envolve a transformação destas três dimensões em índices de longevidade, educação e renda, que variam entre 0 (pior) e 1 (melhor), e a combinação destes índices em um indicador síntese. Quanto mais próximo de 1 o valor deste indicador, maior será o nível de desenvolvimento humano do país ou região.

DADOS IMPORTANTES

1. Entidades públicas ou privadas prestadoras de assistência técnica e extensão rural:

PROFISSIONAL NA ÁREA	CEPLAC	EMATER	IDARON	PREFEITURA
Técnico em agropecuária	03	05	06	
Extencionista Rural	01			
Médico Veterinário		01	01	
Extencionista Social, Superior		03		
Engenheiro Florestal		01		
Engenheiro Agrônomo		03		01
TOTAL	04	13	07	01

2. Canais de comunicação existentes:

- Estação de Rádio FM: 02
- Estação de Rádio FM Comunitária: 01
- Canais de Televisão (com alcance local): 01
- Repetidoras de TV: 02
- Postos Telefônicos: 02
- Sistema de Telefonia Fixa: 01
- Sistema de Telefonia Móvel: 04

3. Postos de Saúde Existentes:

- Área Urbana : 04

4. Número e Composição de Patrulha Mecanizadas Existentes:

- Trator de esteira : 01
- Pá carregadeira : 02
- Motoniveladora : 03
- Caminhões : 05

5. Número de Revendas de Equipamentos e Produtos Agropecuários:

- Revendedoras : 04

6. Entidades representativas de classes existentes no Município:

- Sindicato dos Funcionários Públicos Federais;
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
- Sindicato Patronal;
- Sindicato dos Trabalhadores na Educação;
- Sindicato dos servidores Municipais do Cone Sul

7. Cooperativas (05) /Cooperados (346):

- Cooperativa Mista Agropecuária Santa Isabel Ltda - COMASI.
- Cooperativa Mista Agropecuária Alto Alegre Ltda - COMISA.
- Cooperativa Mista Agropecuária da Linha Zero Um - COMAPROR.
- Cooperativa Mista Agropecuária São Paulo Ltda - COMASP.
- Cooperativa Mista dos Feirantes Produtores de Colorado do Oeste Ltda - CONFECOL.

8. Associações de Produtores Rurais formalizadas:

- Associação dos produtores Rurais da Linha Mini Eixo - APRUME.
- Associação dos Produtores Rurais da Linha Seis - CAÇULA.
- Associação Rural Coloradense Para Ajuda Mútua - ARCOLPAM.
- Associação dos Produtores Rurais de Nova União - APRONOVA.
- Associação dos Produtores Rurais de São Miguel Arcanjo - APRODUTIVA.
- Associação de Produtores Rurais Regente Feijó - ASPREF.
- Associação dos Produtores Rurais Novo Colorado - NOVO COLORADO.
- Associação dos Piscicultores de Colorado do Oeste - APISCOL.
- Associação dos Produtores Rurais do Vale do Enganado - ASPROVEN.
- Associação dos Produtores Rurais da Linha 6 – ASPROBAM.
- Associação dos Produtores Rurais do Alto Cerrado – ASPRAC.
- Associação APROCA.
- Associação NOVO TEMPO.
- Associação APRAVIVA.
- Associação ASPROJA.
- Associação ASCCOL.
- Associação ASPRODOIS.
- Associação Clube das Mães Unidas Venceremos
- Associação ALTO ALEGRE.
- Associação APROFLAC.
- Associação COONUCO.
- Associação URPR.
- Associação ASPRORURAL.

9. Clubes de Serviços:

- Maçonaria
- Lions Clube

10. Setor Industrial, Agroindustrial, Comercial e de beneficiamento:

- Fabrica de Cabos de Vassoura: 01
- Beneficiamento de madeira: 10
- Beneficiamento de cereais (arroz, milho e café): 21
- Laticínios: 03
- Fabricas de langeries: 05
- Fabrica de fraldas descartáveis: 01

- Fábrica Nitrogênio Líquido: 01
- Indústria de confecções: 02
- Fabrica de Urucum – FIRACE: 01
- Independência Curtume: 01
- Feira livre: 01
- Mercados de médio e pequeno porte: 23

11. Serviços:

- Consultório Dentário: 09
- Escritório de Advocacia: 06
- Bradesco S.A.: 01
- Posto da Caixa Econômica: 01
- Banco do Brasil S.A.: 01
- Cooperativa de Crédito – COLCREDI: 01
- Cooperativa de Crédito – SICRED: 01

11. Estradas:

- Estradas Inter-municipais: 101 km
- Estradas vicinais: 499 km

PERFIL DO PRODUTOR RURAL

Segundo levantamento feito pela EMATER junto aos agricultores e familiares no dia a dia da extensão rural, com visitas e reuniões e outros métodos maçais, chegamos à conclusão de que os principais problemas que afetam o desenvolvimento do meio rural são:

- O alto índice de analfabetismo e o baixo nível tecnológico existente, distancia os produtores da adoção de novas tecnologia, impedindo com isso o crescimento das organizações sociais rurais, entravando assim o desenvolvimento rural. Devido a tal fato, a Agropecuária na maior parte ainda é de uma forma primitiva, e em consequência os produtores ficam impedidos de verticalizarem sua produção, vendendo seus produtos a preços muito baixo e ficando a mercê dos atravessadores;
- População com baixo poder aquisitivo, ficando assim distanciados e impedidos de desfrutar de um padrão de bem estar social digno de um ser humano, tais como: Serviços Saúde, Escola, água tratada, meios de locomoção e aquisição de bens de consumo e lazer;
- Falta de infra-estruturas básicas para alavanca a produção e possibilitar a fixação do homem no campo evitando assim o êxodo rural.

Vale salientar que, a EMATER-RO como empresa responsável pela assistência técnica e extensão rural no Estado, vem atuando na região há vários anos na tentativa de reverter à situação, e vários fatores têm contribuído para isso, tais como:

- O potencial natural da região, hoje assinalado pela EMBRAPA/PLANAFLORO na segunda aproximação do zoneamento agroflorestal do Estado como solos com potenciais favoráveis a agricultura intensiva, devido a sua fertilidade, topografia e hidrografia.
- A injeção contínua de créditos agropecuários na região por vários anos consecutivos, nas áreas de custeio e investimento (Destoca de áreas para plantio de lavoura, implantação de lavouras, construção de infra-estruturas nas propriedades,

formação e reforma de pastagem e melhoramento genético do rebanho com a introdução de animais melhorado).

LEVANTAMENTO DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA DA REGIÃO

PRODUTO	ÁREA PLANTADA/ ha	PRODUÇÃO/ t
ARROZ	1700	7.140
BANANA	236	1114
CACAU	387	150
CAFÉ	150	150
FEIJÃO	450	324
MANDIOCA	80	1360
MILHO	1400	4200
SOJA	1900	5700

ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS

Grupo de Área (há)	Estrutura Fundiária
	NÚMERO DE PROPRIEDADES
De 0 a 20 ha	751
De 20 a 50 ha	444
De 50 a 100 ha	428
Maior de 100 ha	285

PRODUÇÃO AGRÍCOLA

PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS.	UNIDADE	ÁREA PLANTADA	
		MECANIZADA	TOCO
ABACAXI	Ha	50	--
ACEROLA	Ha	3	--
ARROZ	Ha	1700	500
BANANA	Ha	236	--
CACAU	Ha	396	--
CAFÉ	Ha	150	--
CAJU	Ha	2	--
CITRUS	Ha	23	--
COCO	Ha	187	--
CUPUAÇU	Ha	6	--
FEIJÃO	Ha	150	235
GOIABA	Ha	1.5	--
GRAVIOLA	Ha	3	--
MADIOCA	Ha	76	--
MARACUJÁ	Ha	1	--
MILHO	Ha	1170	2730
OLERICULTURA	Ha	53	--

PIMENTÃO	Ha	3	--
PIMENTA DO REINO	Ha	3	--
PINHO CUIABANO		--	300
PUPUNHA		28	--
SERINGUEIRA		1	--
SOJA		1.026.5	--
TECA		--	60
TOMATE	Ha	6	--
URUCUM	Ha	66	--
UVA	Ha	1.5	--
MELANCIA	Ha	10	
FEIJÃO	Ha	450	80

PECUÁRIA - PRINCIPAIS REBANHOS

PRINCIPAIS ESPÉCIES	REBANHOS		
	CABEÇAS	CAIXAS	HECTARES
BOVINOS DE CORTE ATÉ 4 MESES	M . 10.392 F . 10.507		
BOVINOS DE LEITE ATÉ 4 MESES	M . 3.377 F . 3.530		
BOVINOS DE CORTE 4 A 12 MESES	M . 13.466 F . 13.434		
BOVINOS DE LEITE 4 A 12 MESES	M . 3.850 F . 4.683		
BOVINOS DE CORTE 12 A 24 MESES	M . 18.491 F . 19.000		
BOVINOS DE LEITE 12 A 24 MESES	M . 2.536 F . 6.225		
BOVINOS DE CORTE 24 A 36 MESES	M . 2.941 F . 14.777		
BOVINOS DE LEITE 24 A 36 MESES	M . 995 F . 5.815		
BOVINOS DE CORTE MAIS DE 36 MESES	M . 4.208 F . 49.233		
BOVINOS DE LEITE MAIS DE 36 MESES	M . 5608 F . 58.972		
TOTAL DE BOVINOS DE CORTE	M58.898 F . 116.690		
TOTAL DE BOVINOS DE LEITE	M. 11.658 F . 39.751		
TOTAL GERAL DE BOVINOS	226.997		
BUBALINO ATÉ 4 MESES	M . 03 F . -04		
BUBALINO 4 A 12 MESES	M . 03 F . 07		
BUBALINO 12 A 24 MESES	M . 06 F . 04		

BUBALINO 24 A 36 MESES	M. -08 F. - 05		
BUBALINO MAIS DE 36 MESES	M. 03 F. 16		
TOTAL GERAL DE BUBALINOS	M. 23 F. 36		
SUINOS	6.765		
EQUINOS	3.462		
CAPRINOS	219		
AVES	65.016		
OVINOS	2399		
APICULTURA		60	
PSICULTURA			18.56
CANINOS	2.725		
MUARES	276		

PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS

DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
LEITE/DIA	LITROS	70.000
MEL/ANO	KG	24.000
FARINHA DE MANDIOCA	SC	15.000
QUEIJO/DIA	KG	5.300

ORGANIZAÇÕES SOCIAIS RURAIS

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	PARTICIPANTES
COOPERATIVAS	05	346
ASSOCIAÇÕES	22	1.087
SINDICATOS	04	4.500
GRUPO DE JOVENS RURAIS	09	105
GRUPO DE MULHERES	03	312

SISTEMA EDUCACIONAL – INSTITUIÇÕES DE ENSINO

ADMINISTRAÇÃO	FUNDAMENTAL		MEDIO		TÉCNICO	SUPERIOR
	RURAL	URBANO	RURAL	URBANO	URBANO	URBANO
MUNICIPAL	07					
ESTADUAL		07		02		
FEDERAL					01	
PARTICULAR		01		01		01
NUNEROS DE SALAS DE AULAS ESTADUAL					Nº. 84 SALAS	

TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS

CRECHE:
PRÉ-ESCOLAR:

067 ALUNOS
274 ALUNOS.

ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE DE ENSINO MUNICIPAL:	461 ALUNOS
ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE ESTADUAL:	1.299 ALUNOS
ENSINO MÉDIO DA REDE ESTADUAL	766 ALUNOS
ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DA REDE PARTICULAR:	060 ALUNOS
ENSINO FUNDAMENTAL EDUCAÇÃO ESPECIAL REDE ESTADUAL	022 ALUNOS
CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA DA REDE FEDERAL:	361 ALUNOS
NÍVEL SUPERIOR DA FAEC (PEDAGOGIA E LETRAS):	330 ALUNOS.

PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS DO MUNICÍPIO:

- 1º - PECUÁRIA;
- 2º - AGRICULTURA;
- 3º - COMÉRCIO;
- 4º - INDÚSTRIA;
- 5º - EXTRAÇÃO VEGETAL;
- 7º - EXTRAÇÃO MINERAL.

SAUDE E SANEAMENTO

HOSPITAL PÚBLICO

A Unidade Mista de Saúde e o Único estabelecimento hospitalar do Município, nas clínicas médicas Obstétrica, e Pediátrica. Conta com dois médicos por dia que atende aos serviços de consultas ambulatoriais e atendimentos de urgências e emergências.

O serviço de apoio a diagnóstico é feito por um bioquímico por dia, limitados a exames básicos como os de urina, fezes e hemograma. Exames de maior complexidade são coletados as amostras e encaminhados para análise em outros centros, normalmente para a cidade de Porto Velho, Capital do Estado, dista do Município cerca de 800Km. O serviço de radiografia é limitado aos atendimentos de profissionais de nível médio, pela ausência de médico radiologia no Município, especialidade rara na região. O atendimento fisioterapêutico feito por dois profissionais da área que atendem à UMS e a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e também o Centro de Saúde I. Os casos mais graves de doenças são encaminhados para outros centros de saúde, principalmente para a cidade de Vilhena, município vizinho de melhor estrutura.

O Município é hoje, habilitado na Gestão Plena da Atenção Básica, devido a insuficiência de recursos, sobretudo o humano, é carente de profissionais especializados, o resulta no grande número de pacientes encaminhados e conseqüentes despesas de transporte, encarecendo os custos da saúde.

O quadro abaixo mostra a capacidade operacional do Setor Saúde no Município:

Profissional	Quantidade	particular	Público	Hab/profissional
Médico	06	0	06	2750
Enfermeiros	14	00	14	7332
Odontólogos	11	10	01	4400
Bioquímicos	04	01	03	5500
Fisioterapeuta	02		02	11000
Psicólogo	01	0	01	
Ass. Social	01	0	01	

FONTE: SMS

O Município dispõe de 2,7 leitos para cada 1000 habitantes.

O atendimento preventivo é feito na Rede Básica de Saúde, que consiste em 03 centros de saúde, que são ponto de apoio para os programas de combate as endemias, imunização, Agentes Comunitários de Saúde e Núcleo de Educação em Saúde.

PROJETO ALVORADA

De iniciativa do Governo Federal, tem por finalidade diminuir as desigualdades sociais, melhorando a qualidade de vida, introduzindo nessas regiões programas que podem efetivamente contribuir para a geração de renda, acesso a educação e melhoria das condições de saúde.

CENTRO COLORADENSE PARA A INFANCIA E ADOLESCENCIA

Fundado em 1983, com o objetivo de atender as famílias carentes que se concentrava neste setor, Construído em madeira com área de aproximadamente 500m³, hoje em estado precário, e seu tamanho não atende a demanda atual, necessitando ampliação, para fazer frente de forma eficiente as atividades a seguir descritas:

PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL – PETI

Atividades Educativas

Reforço Escolar;

Atividades Culturais;

Dança e recreação;

Atividades Esportivas e Socializadoras;

Atividades Complementar Escolar.

ATIVIDADES SÓCIO EDUCATIVAS

Palestras sobre:

Cuidados com a higiene;

Cuidados com a saúde bucal;

Exercício da cidadania.

PROJETO RODA MOINHO

Implantado Em setembro de 2001 no Bairro Mutirão, atende atualmente a 60 crianças em risco nutricional. A Pastoral da Criança faz o acompanhamento do quadro nutricional através de pesagem periódica da criança, que mesmo quando recuperadas são mantidas no programa para monitoramento. Quatro funcionários se juntam, a seis voluntários para realizarem as seguintes atividades:

TRABALHO COM AS MÃES DA COMUNIDADE

- Confeção de multimistura;
- Confeção de produtos de limpeza
- Aula de corte e costura;
- Aula de pintura;
- Aula de artesanato em geral.
- Palestra sobre higiene bucal;
- Palestra sobre relacionamento pais/filho;
- Palestra sobre como evitar verminose.

As instalações físicas atuais atende a 40% da demanda da comunidade, o que significa

necessidade de ampliação, para absorver um grande contingente de crianças hoje fora do projeto.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES – DADOS GERAIS

01. Hotéis: 03 com 95 Leitos
02. Estação de Rádio: 02
03. Jornais: 01
04. Repetidoras de TV: 02
05. Bancos: 04
06. Telefones: 2.000
07. Pontos de Iluminação: 3.100 (Ligações Urbanas Col./3000)
08. Hospital Público: 01
09. Médicos: 07
10. Restaurantes e Peixaria: 02
13. Cerâmicas: 02
14. Auto Escola e Despachante: 03
15. Indústria Madeireira: 02
16. Posto de Combustível: 04
17. Farmácia e Drogarias: 10
18. Sorveterias: 04
19. Mecânica de Serviços em Geral: 19
20. Eletrônicas: 03
21. Agência dos Correios: 01
22. Laboratórios: 02
23. Floricultura e Art. De Presentes: 01
24. Empreiteira de Terraplanagem: 02
25. Padaria e Confeitaria: 03
26. Selaria e Sapataria: 01
27. Lojas Agropecuária: 04
28. Comércio e Mercarias: 62
29. Comércio de Gás: 03
30. Alfaiataria: 03
31. Joalheria e relojoaria: 02
32. Ótica: 02
33. Metalúrgicas: 04
34. Funerária: 01
35. Máquinas Cerealistas: 05
36. Auto Peças em Geral: 03
37. Cartórios: 02
38. Comércio de Materiais de Construção: 04
39. Comércio de Informática e Contábil: 11
40. Gráfica e Papelaria: 03
41. Casas de carnes: 03
42. Transportadora e Agência: 04
43. Churrascaria e Restaurante: 02
44. Consertos e Refrigeração: 03
45. Lanternagem e Pintura: 06
46. Cirurgião-Dentista: 06
47. Escolas Particulares: 01

48. Estúdios Fotográficos: 03
49. Serviços (Postos) Telefônicos: 0
50. Vídeos Locadoras: 03
51. Pontos de Moto Táxi: 04
52. Academias: 01
53. Lojas e Armarinhos: 32
54. Borracharia e Venda de Pneus: 05
55. Lanchonetes e Bares: 66
56. Concessionária de Motos: 01
57. Marcenaria e Fábrica de Móveis: 07
58. Laticínios: 02
59. Auto Elétricas: 03
60. Ferreiros: 03
61. Bicletarias: 04
62. Lavador de Carros e Motos: 02
63. Salão de Cabeleireiros: 17
64. Comércio de Jogos Eletrônicos e Bilhares: 04
65. Livrarias: 02
66. Clubes: 05 (CTG, ASMUC, ASBERON, ASER, AEC).
67. Templos Religiosos: 14
68. Efetivo da PM (Polícia Militar) Local: 27
69. Edificações na Área Urbana: 8.050
70. Usina Hidrelétrica c/ geração de 2.500 kva: 01; c/ 1.500 kva: 01 e com 400 kva: 01. Total: 03 usinas.

ÓRGÃOS PÚBLICOS INSTALADOS NO MUNICÍPIO

1. Prefeitura Municipal;
 - 1.1 Coordenadoria Municipal de Transporte e Trânsito;
 - 1.2 Procuradoria Geral do Município;
 - 1.3 Auditoria Geral do Município;
 - 1.4 Secretaria Municipal de Administração e Finanças;
 - 1.5 Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social;
 - 1.6 Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;
 - 1.7 Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
 - 1.8 Secretaria Municipal de Saúde;
 - 1.9 Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento;
 - 1.10 Secretaria Municipal de Agricultura e Meio ambiente
2. Câmara Municipal;
3. Ministério Público;
4. Fórum – 1ª e 2ª Vara;
5. Fórum Eleitoral;
6. SEDAN – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental;
7. IDARON – Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril;
8. Delegacia de Polícia Civil;
9. Polícia Militar;
10. EMATER – Escritório Local e Regional;
11. TRT – Tribunal Regional do Trabalho;
12. FNS – Fundação Nacional de Saúde;
13. SEFAZ – Secretaria de Estado da Fazenda;

14. OAB – Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Colorado;
15. Centro de Ensino Supletivo;
16. CAERD – Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia;
17. CIRETRAN – Circunscrição Estadual de Trânsito;
18. CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento;
19. DER – Departamento de Estradas e Rodagem;
20. SEDUC – Delegacia da Secretaria de Estado de Educação e Cultura;
21. TELERON – Telecomunicações do Estado de Rondônia;
22. INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;
23. INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social;
24. CEPLAC – Comissão do Plano da Lavoura Cacaueira;
25. Defensoria Pública;
26. Correios;
27. CERON – Centrais Elétricas de Rondônia;
28. Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Paulo de Assis Ribeiro;
29. Escola Estadual de Ensino Fundamental Julieta Vilela Veloso;
30. Escola Estadual de Ensino Fundamental Cecília Meireles;
31. Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Manuel Bandeira;
32. Escola Estadual de Ensino Fundamental Marcos Donadon;
33. Escola Estadual de Ensino Fundamental 16 de Junho;
34. Escola Estadual de Ensino Fundamental Ângelo Angelin;
35. Centro Educacional de Ensino Fundamental e Médio Dimensão;
36. CESUC – Centro de Ensino Superior de Colorado do Oeste;
37. APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais;
38. Centro de Estudos Supletivos – Tancredo de Almeida Neves;
39. E.A.F. – Escola Agrotécnica Federal;
40. Pré-Escolar Pingo de Gente;
41. Tiro-de-Guerra.

EVENTOS CULTURAIS

1. Festa Farroupilha;
2. Exposição Agropecuária e Industrial;
3. Feira Tecnológica e do Livro;
4. Movimento de Artes e Exposição Ambiental.

DIVERSOS

1. Empresas Cadastradas no Município de Colorado do Oeste = 418;
2. Empresas Prestadoras de Serviços = 138;
3. Comércio Varejista = 182;
4. Profissionais Liberais = 128;
5. Indústrias ramos diversos = 43;

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento / Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste -RO.